

<p>PROTOCOLO GERAL</p> <p>NUP</p> <p>64192.000748/2024-61</p>	<div><p>MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA (Comando de Elementos de Fronteiras/1948)</p></div>	<p>ASSUNTO</p> <p>PE 01/2024</p>
<p>SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO COMANDO DO CMA</p>		

INTERESSADO: 4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA

ASSUNTO: Serviços de telecomunicações através de link de acesso à internet via satélite com uso da rede de satélites em órbita baixa (LEO)

COMPOSIÇÃO: PROCESSO DE LICITAÇÃO - Folhas _____ a _____ - VOLUME I									
MOVIMENTO DO PROCESSO									
DESTINO		DATA			DESTINO		DATA		
1					15				
2					16				
3					17				
4					18				
5					19				
6					20				
7					21				
8					22				
9					23				
10					24				
11					25				
12					26				
13					27				
14					28				

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

ÍNDICE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2024-CMA
(Processo Administrativo nº 64192.000748/2024-61)

Ord	Tema	Assunto	Folha
1	Preâmbulo	Índice	-
2	Preâmbulo	Lista Verificação PREGOEIRO (Anexo I)- Antes da Publicação do Edital (MPDG)	1
3	Preâmbulo	Termo de Abertura do Processo	17
4	Preâmbulo	Requisição Chefe 4º CTA	18
5	Agentes	Ato de Designação do OD (boletim interno CMA)	21
6	Agentes	Ato de Nomeação da EPC (boletim interno)	23
7	Agentes	Ato de Designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio	24
8	Planejamento	DFD/PGC	26
9	Planejamento	Documento de Formalização da Demanda (DFD)	28
10	Planejamento	Estudo Técnico Preliminar	33
11	Planejamento	Matriz de Gerenciamento de Riscos	55
12	Planejamento	PP- Relatório da Pesquisa de Preços	58
13	Planejamento	PP- Tabela de Exclusão de Preços Discrepantes	65
14	Planejamento	PP- Mapa Comparativo de Preços	66
15	IRP	Documentos Relativos à IRP	68
16	Justificativas	Termo de Justificativas do OD	157
17	Justificativas	Termo de Justificativas Técnicas Relevantes	166
18	Justificativas	Declaração de Utilização de Modelos AGU/MGI	192
19	Edital Pré	Edital- Antes Parecer Jurídico	195
20	Edital Pré	TR/PB e demais Anexos ao Edital- Antes Parecer Jurídico	211
21	Exame Jurídico	Ofício de Remessa à CJU/AGU (SFC)	
22	Exame Jurídico	Pedido Informações- CJU/AGU (Cota) (SFC)	
23	Exame Jurídico	Resposta a Pedido de Informações- CJU/AGU (Cota) (SFC)	
24	Exame Jurídico	Parecer Jurídico (SFC)	
25	Justificativas	Termo de Justificativas Complementares do OD	
26	Justificativas	Termo de Justificativas Técnicas Complementares	
27	Justificativas	Documentos Complementares- Após Parecer Jurídico	
28	Edital Pós 1	Edital- Após Parecer Jurídico- Versão 1	
29	Edital Pós 1	TR/PB e demais Anexos ao Edital- Após Parecer Jurídico- Versão 1	



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS -
CNMLC/DECOR/CGU

LISTA DE VERIFICAÇÃO
 (Contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC)

--

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DE SOLUÇÃO DE TIC	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo? ¹	Sim	Termo Abert/17
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? ²	Sim	Justificativas Técnicas 2.2/167
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? ³	Sim	EPC/23 Desig Pregoeiro/24
Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? ⁴	Sim	Justif OD 2.1/ 157
O valor da contratação atrai a incidência da IN 94/2022? ⁵	Sim	TR/221
Caso o valor estimado da contratação atraia a necessidade de sua aprovação pelo Órgão Central do SISP, ela foi obtida? ^{6 7}	Não se aplica	Justificativas Técnicas 2.3/168
A Administração registrou que o objeto da contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD nº 94/2022? ⁸	Sim	Justificativas Técnicas 2.4/169
A Administração certificou que na elaboração do edital e de seus anexos foram observadas as vedações do art. 5º da IN SGD nº 94/2022? ⁹	Sim	Justificativas Técnicas 2.5/170
A Administração registrou que a pretendida contratação está em consonância com o PDTIC? ¹⁰	Sim	Justificativas Técnicas 2.6/171
A Administração registrou que a pretendida contratação está alinhada à Estratégia de Governo Digital? ¹¹	Sim	Justificativas Técnicas 2.7/172
Quando a contratação tiver por objetivo a oferta digital de serviços públicos, a Administração registrou que ela está integrada à Plataforma gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e	Não se aplica	-

suas atualizações? ¹²		
A pretendida contratação consta no Plano de Contratações Anual, ou é dispensada do referido registro? ¹³	Sim	PGC/26 Justificativas Técnicas 2.8/173
A Administração registrou ter observado os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP? ¹⁴	Sim	Justificativas Técnicas 2.9/173
Caso a solução escolhida, resultante do Estudo Técnico Preliminar, contenha item presente nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas publicados pelo Órgão Central do SISP no âmbito do processo de gestão estratégica das contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado previsto no § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2022, os documentos de planejamento da contratação utilizaram todos os elementos constantes no respectivo Catálogo, tais como: especificações técnicas, níveis de serviços, códigos de catalogação, PMC-TIC, entre outros? ¹⁵	Não se aplica	-
Os artefatos de planejamento da contratação foram elaborados de forma digital, em sistema disponibilizado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia? ¹⁶	Sim	ETP/33 MGR/55 Pesq preços/58
Consta documento de formalização de demanda, elaborado pela área requisitante, contendo os elementos indicados no art. 10, § 1º, da IN SGD nº 94/2022? ^{17 18}	Sim	DFD/28
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com as leis orçamentárias? ¹⁹	Sim	Justificativas OD 2.3/160
A Área de TIC avaliou o alinhamento da contratação ao PDTIC e ao Plano Anual de Contratações e indicou o Integrante Técnico para composição da Equipe de Planejamento da Contratação? ²⁰	Sim	DFD/28
Após manifestação da área técnica, a autoridade competente da área administrativa indicou o Integrante Administrativo? ²¹	Sim	DFD/28
A Autoridade competente decidiu motivadamente pelo prosseguimento da contratação? ²²	Sim	Despacho Req/19
Foi publicado o ato de instituição da Equipe de Planejamento da Contratação pela Área Administrativa? ²³	Sim	BI/23
Os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação tiveram ciência expressa das suas indicações e das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados? ²⁴	Sim	DFD/28

Havendo acumulação de papéis de integrante requisitante e técnico da equipe de planejamento da contratação, foi apresentada a devida justificativa com base na excepcionalidade do caso? ²⁵	Não se aplica	Sem acumulação
Em caso de indicação de autoridade máxima da área de TIC para integrar a equipe de planejamento da contratação, foi apresentada a devida justificativa? ²⁶	Não se aplica	-
Foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar da Contratação, exigido pelo art. 9º, II, e art. 11 da IN SGD nº 94/2022? ²⁷	Sim	ETP/33
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação e, quanto aos demais elementos previstos no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, estão contemplados ou há justificativa para sua ausência? ²⁸	Sim	ETP/33
O Estudo Técnico Preliminar contempla todos os elementos compreendidos no art. 11 da IN SGD nº 94/2022? ²⁹	Sim	ETP/33
O Estudo Técnico Preliminar da Contratação foi aprovado e assinado pelos Integrantes Técnico e Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC? ³⁰	Resposta	ETP/33
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? ³¹	Sim	ETP/33
Utilizou-se o Modelo de Termo de Referência elaborado pela Secretaria de Governo Digital, conforme art. 8º, §2º da IN SGD nº 94/2022 ^{32 33 34}	Sim	Declaracao Utilizacao Modelos/192
Foram incluídas no Termo de Referência, no que couber, requisitos e obrigações de Segurança da Informação e Privacidade – SIP? ³⁵		TR/221
Foi elaborado Termo de Referência, exigido pelo art. 9º, III, e art. 12 da IN SGD 94/2022, contemplando os elementos previstos no art. 12 da mesma IN? ^{36 37 38}	Sim	TR/221
A definição do objeto da contratação foi feita de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento da solução, e contém a indicação do prazo de duração do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação? ³⁹	Sim	TR/221 Especificações Técnicas/252
O objeto da contratação contempla, de forma	Sim	TR/221

detalhada, o quantitativo de bens e serviços necessários para sua composição, bem como o código do Catálogo de Materiais ou Serviços, disponível no Portal de Compras do Governo Federal? ⁴⁰		
A justificativa para a contratação contemplou as exigências do artigo 15 da IN SGD nº 94/2022 e, em caso de compras, também do art. 12, § 7º, da mesma IN? ⁴¹	Sim	ETP/33
Tratando-se de licitação para fornecimento de bens, em caso de indicação de uma ou mais marcas ou modelos, o que se admite apenas excepcionalmente, foi apresentado o estudo técnico, fundamentado nas alíneas do art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021, que justifique essa opção? ⁴²	Não se aplica	-
Caso o objeto contratual diga respeito a algum dos itens abaixo, foi atestado nos autos o cumprimento do Anexo I da IN SGD nº 94/2022? - Licenciamento de software e serviços agregados; - Solução de autenticação para serviços públicos digitais; - Serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de software; - Infraestrutura de centro de dados, serviços em nuvem, sala-cofre ou sala segura; - Contratação de empresas públicas de tecnologia da informação e comunicação; - Serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de portais na internet; - Aquisições de ativos de tecnologia da Informação e Comunicação.	Não se aplica	
Em caso de verificação de Amostra de Objeto (IN SGD nº 94/2022, art. 2º, XXIV), os procedimentos e critérios para sua realização constam do Termo de Referência? ⁴³	Não se aplica	-
Há justificativa para o parcelamento ou não da solução de TIC? ⁴⁴	Sim	ETP/33
Em caso de licitação por preço global, foi observado que cada serviço ou produto do lote deve estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, permitindo a identificação do preço individual e a eventual incidência das margens de preferência? ⁴⁵	Não se aplica	-
Há avaliação da viabilidade de permissão de consórcio ou subcontratação, com respectiva justificativa? ⁴⁶	Sim	Justificativas Técnicas 2.11/174
A especificação dos requisitos da contratação foi realizada conforme o art. 16, I e II, e parágrafo único, da IN SGD nº 94, de 2022? ⁴⁷	Sim	ETP/33 TR/221

As responsabilidades da contratante, contratada e órgão gerenciador (quando aplicáveis) foram definidas em conformidade com os requisitos do artigo 17 da IN SGD nº 94/2022?	Sim	TR/221
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo ⁴⁸ ?	Sim	Justificativas Técnicas 2.18/180 TR/221
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	Sim	TR/211
Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las? ⁴⁹	Não se aplica	
Foi elaborado Modelo de Execução do Contrato com base nas exigências do art. 18 da IN SGD nº 94/2022?	Sim	TR/211
A forma de pagamento foi definida em função dos resultados? ⁵⁰	Sim	TR/211
Em caso de contratação de serviços de TIC, o processo conta com Termo de Compromisso e Termo de Ciência? ⁵¹	Sim	TR/211
O Modelo de Gestão do Contrato contempla as exigências do art. 19 da IN SGD nº 94/2022?	Sim	TR/211
Foram fixados valores e procedimentos para retenção/glosa no pagamento, nos termos do art. 19, III, da IN SGD nº 94/2022?	Sim	TR/211
Foram definidas as sanções administrativas, nos termos do art. 19, IV, da IN SGD nº 94/2022?	Sim	TR/211
Em caso de previsão de reajuste de preços por aplicação de índice, nas contratações de serviços de Tecnologia da Informação, foi previsto o índice de correção monetária ICTI (art. 24)?	Sim	Contrato/268
Caso tenha havido a opção por orçamento sigiloso, foi apresentada a competente justificativa? ⁵²	Não se aplica	-
O Termo de Referência foi assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da área de TIC, com posterior aprovação pela autoridade competente? ⁵³	Não	Trata-se de Minuta
Foi realizada análise de riscos, incluindo elaboração de Mapa de Gerenciamento de Riscos, devidamente assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, cujas informações podem ser utilizadas como insumos	Sim	Matriz Riscos/55

para a construção da Matriz de Alocação de Riscos? ⁵⁴		
Os autos estão instruídos com o edital da licitação? ⁵⁵	Sim	Edital/195
Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização? ⁵⁶	Sim	Edital/195 Declaracao Utilizacao Modelos/192
Eventuais alterações implementadas nas minutas em relação aos modelos padronizados de Termo de Referência, Edital e Contrato foram destacadas no texto, e, se necessário, explicadas?	Sim	Edital/195 Declaracao Utilizacao Modelos/195
A Administração justificou o critério de julgamento adotado, inclusive para afastar ou não o critério de técnica e preço, considerando o disposto no art. 36 da Lei nº 14.133/2021? ⁵⁷	Sim	Justificativas Técnicas 2.13/176
Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? ⁵⁸	Não se aplica	-
Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade? ⁵⁹	Sim	Justificativas Técnicas 2.24.6/188
Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? ⁶⁰	Sim	Edital/195
Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? ⁶¹	Sim	Justificativas Técnicas 2.10/174
Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? ⁶²	Sim	Justificativas Técnicas 2.11/174
Caso não conste minuta de contrato como anexo ao edital, a utilização de instrumento assemelhado foi justificada? ⁶³	Não se aplica	Minuta Contrato/268

VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
A estimativa de preço da contratação foi realizada pelo Integrante Técnico com o apoio do Integrante Administrativo para elaboração do orçamento detalhado, composta por preços, com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação? ⁶⁴	Sim	Relatório Pesquisa de Preços/58
Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de	Sim	Mapa Pesquisa Preços/58

bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? ⁶⁵		
Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo? ⁶⁶	Sim	Relatório Pesquisa de Preços/58
Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados? ⁶⁷	Sim	Mapa Pesquisa Preços/58
A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021? ⁶⁸	Sim	Relatório Pesquisa de Preços (nota técnica)/58
Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes? ⁶⁹	Sim	Relatório Pesquisa de Preços (nota técnica)/58
Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano? ⁷⁰	Sim	Relatório Pesquisa de Preços (nota técnica)/58
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas? ⁷¹	Não se aplica	
Caso a estimativa de preço tenha sido derivada	Não se aplica	

exclusivamente de propostas de fornecedores, foi lavrada a pertinente justificativa, especificando que não foi possível obter preços de contratações similares de outros entes públicos ou do Painel de Preços? ⁷²		
Caso a estimativa de preço tenha sido derivada exclusivamente de propostas de fornecedores, foram considerados os valores praticados diretamente pelos fabricantes, ou justificada a impossibilidade? ⁷³	Não se aplica	
Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo? ⁷⁴	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? ⁷⁵	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável? ⁷⁶	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado? ⁷⁷	Não se aplica	
Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita? ⁷⁸	Não se aplica	
A Administração certifica que para fins de estimativa de valor de itens que constam do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas foi utilizado o menor dos valores entre o Preço Máximo de Compra	Não se aplica	

de Item de TIC (PMC-TIC) e o valor obtido com a pesquisa de preços?? ⁷⁹		
Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação? ⁸⁰	Não se aplica	
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19? ⁸¹	Sim	Justificativas OD 2.4/162
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? ⁸²	Sim	Justificativas OD 2.2/159
Consta indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica, caso não seja SRP? ⁸³	Não se aplica	É SRP

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA <u>AQUISIÇÕES</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Não se aplica - Suprimida		

VERIFICAÇÃO <u>ESPECÍFICA</u> PARA CONTRATAÇÃO DE <u>SERVIÇOS EM GERAL</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização? ⁸⁴	Sim	Justificativas Técnicas 2.21/183
Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento? ⁸⁵	Sim	ETP 27/47
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? ⁸⁶	Sim	Justificativas Técnicas 2.20/182
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade? ⁸⁷	Sim	Justificativas Técnicas 2.25/198
Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços? ⁸⁸	Não se aplica	
Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor	Não se aplica	

inferior ao definido em lei ou ato normativo e foi justificada referida fixação? ⁸⁹		
Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos? ⁹⁰	Não se aplica	
Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado? ⁹¹	Sim	TR/211
Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato? ⁹²	Sim	Edital 3.8.5/197
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado? ⁹³	Não se aplica	Apenas 1 empresa

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Não se aplica - Suprimida		

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Não se aplica - Suprimida		

FREDSON DE OLIVEIRA CECCON – STpdf

Pregoeiro

¹ ON-AGU 2/2009: “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.”

² Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14.133/21

³ Art. 7º, *caput*, da Lei 14.133/21

⁴ Art. 7º, §1º, da Lei 14.133/21. Art. 12 do Decreto 11.246/22.

⁵ Art.1º, § 1º, da IN SGD nº 94/2022: “Art. 1º As contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP serão disciplinadas por esta Instrução Normativa.

§ 1º Para contratações cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou seja, contratações diretas por dispensa em razão do valor que são normatizadas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, e suas atualizações, a aplicação desta norma é facultativa, exceto quanto ao disposto nos arts. 6º e 24 desta Instrução Normativa, devendo o órgão ou entidade realizar procedimentos de contratação adequados, nos termos da legislação vigente”.

⁶ Art. 1º, §2º, da IN SGD nº 94/2022. O decreto 7.579/2011 dispõe: “Art. 9º-A O Órgão Central do SISP estabelecerá os limites de valores a partir dos quais os órgãos setoriais, seccionais e correlatos do SISP submeterão processos de contratação de bens ou serviços de tecnologia da informação e comunicação à sua aprovação.”

⁷ O art. 2º da IN SGD 06/2023 estabelece os valores – 20 (vinte) milhões de reais, salvo nos casos previstos no seu art. 3º. A mesma instrução traz o procedimento a ser seguido para a obtenção da autorização em questão.

⁸ IN SGD 94/2022: “Art. 3º Não poderão ser objeto de contratação:

I - mais de uma solução de TIC em um único contrato, devendo o órgão ou entidade observar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 12; e

II - os serviços dispostos no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, inclusive a gestão de processos de TIC e a gestão de segurança da informação.

Parágrafo único. O apoio técnico aos processos de gestão, de planejamento e de avaliação da qualidade das soluções de TIC poderá ser objeto de contratação, desde que sob supervisão exclusiva de servidores do órgão ou entidade.

Art. 4º Nos casos em que a avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC seja objeto de contratação, a contratada que provê a solução de TIC não poderá ser a mesma que avalia, mensura ou apoia a fiscalização.

Parágrafo único. A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato, conforme dispõe o art. 26, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022”.

⁹ Embora os modelos de edital da AGU possam trazer os alertas para essas vedações, é importante conferir se durante a elaboração não passou despercebida alguma delas: “Art. 5º É vedado: I - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado; II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado; III - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado; IV - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; V - reembolsar despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada; VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado; VII - prever em edital exigência que os fornecedores apresentem, em seus quadros, funcionários capacitados ou certificados para o fornecimento da solução, antes da contratação; VIII - adotar a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, salvo mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos; IX - contratar por postos de trabalho alocados, salvo os casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido; X - fazer referências, em edital ou em contrato, a regras externas de fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços que possam acarretar na alteração unilateral do contrato por parte da contratada; XI - nas licitações do tipo técnica e preço, incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da solução de TIC a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame; XII - aceitar autodeclarações de exclusividade, ou seja, cartas ou declarações emitidas pela empresa proponente afirmando que seu próprio produto é exclusivo no mercado; e XIII - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.”

¹⁰ IN SGD nº 94/2022, art. 6º, I.

¹¹ IN SGD nº 94/2022, art. 6º, II.

¹² IN SGD nº 94/2022, art. 6º, III.

¹³ IN SGD nº 94/2022, art. 7º. Atentar para as exceções à obrigatoriedade de registro no Plano anual previstas no art. 1º, parágrafo único, e art. 7º, ambos do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

¹⁴ IN SGD nº 94/2022, art. 8º, §2.

¹⁵ IN SGD nº 94/2022, art. 9º, §6º. Na contratação de soluções de TIC é importante analisar a incidência dos princípios do art. 3º da Lei nº 14.129, de 2021, tais como o da interoperabilidade.

¹⁶ IN SGD nº 94/2022, art. 9º, §8º.

¹⁷ O Documento de Formalização da Demanda (DFD) é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14.133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14.133/21 e art. 7º do Decreto 10.947/22, já citados.

¹⁸ Art. 10. [...]

§ 1º O Documento de Formalização de Demanda a que se refere o inciso I deverá conter, no mínimo:

- a) justificativa da necessidade da contratação;
- b) descrição sucinta do objeto;
- c) quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;
- d) estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado;
- e) indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade;
- f) grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;
- g) indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e
- h) nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

¹⁹ Art. 18 da Lei 14.133/21.

²⁰ IN SGD nº 94/2022, art. 10, II.

²¹ IN SGD nº 94/2022, art. 10, III, primeira parte.

²² IN SGD nº 94/2022, art. 10, III, segunda parte.

²³ IN SGD nº 94/2022, art. 10, IV.

²⁴ IN SGD nº 94/2022, art. 10, §2º.

²⁵ IN SGD nº 94/2022, art. 10, §3º.

²⁶ IN SGD nº 94/2022, art. 10, §4º.

²⁷ Art. 18, §1º, da Lei 14.133/21

²⁸ Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/21. Os incisos obrigatórios são:

“I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas”.

²⁹ Art. 11. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será realizado pelos Integrantes Técnico e Requisitante, compreendendo, no mínimo, as seguintes tarefas:

I - definição e especificação das necessidades de negócio e tecnológicas, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição;

II - análise comparativa de soluções, que deve considerar, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação, observando:

- a) necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas;
- b) as alternativas do mercado;
- c) a existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações;

- d) as políticas, os modelos e os padrões de governo, a exemplo dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico - ePwg, padrões de Design System de governo, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, quando aplicáveis;
- e) as necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual;
- f) os diferentes modelos de prestação do serviço;
- g) os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;
- h) a possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço;
- i) a ampliação ou substituição da solução implantada; e
- j) as diferentes métricas de prestação do serviço e de pagamento;

III - análise comparativa de custos, que deverá considerar apenas as soluções técnica e funcionalmente viáveis, incluindo:

- a) cálculo dos custos totais de propriedade (Total Cost Ownership - TCO) por meio da obtenção dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia técnica estendida, manutenção, migração e treinamento; e
- b) memória de cálculo que referencie os preços e os custos utilizados na análise, com vistas a permitir a verificação da origem dos dados;

IV - estimativa do custo total da contratação; e

V - declaração da viabilidade da contratação, contendo a justificativa da solução escolhida, que deverá abranger a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

§ 1º As soluções identificadas no inciso II consideradas inviáveis deverão ser registradas no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, dispensando-se a realização dos respectivos cálculos de custo total de propriedade.

³⁰ IN SGD nº 94/2022, art. 11º, §2º. Caso a autoridade máxima da Área de TIC venha a compor a Equipe de Planejamento da Contratação, a autoridade que assinará o Estudo Técnico Preliminar da Contratação será aquela superior à autoridade máxima da Área de TIC (IN SGD nº 94/2022, art. 11º, §3º).

³¹ Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14.133/21. Art. 16, I, “g”, da IN SGD nº 94/2022.

Obs.: Recomenda-se a consulta ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.

³² Disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao>. Acesso em 14 mar. 2023.

³³ IN SGD nº 94/2022: “Art. 8º [...] § 2º As contratações de soluções de TIC devem atender às normas específicas dispostas no ANEXO I e observar os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP.”

³⁴ Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14.133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas; art. 9º, §3º, da IN ME nº 81/2022.

³⁵ IN SGD nº 94/2022, Anexo I, item 7.

³⁶ O órgão ou entidade interessada em participar de uma contratação conjunta no Sistema de Registro de Preços deverá fundamentar a compatibilidade do seu Estudo Técnico Preliminar e demais documentos de planejamento da contratação com o Termo de Referência do órgão gerenciador, nos termos do art. 9º, § 2º, da IN SGD nº 94/2022.

³⁷ Art. 18, II, da Lei 14.133/21; IN ME nº 81/2022.

³⁸ Art. 12. O Termo de Referência será elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação a partir do Estudo Técnico Preliminar da Contratação, incluindo, no mínimo, as seguintes informações:

I - definição do objeto da contratação, conforme art. 13;

II - código(s) do Catálogo de Materiais - Catmat ou do Catálogo de Serviços - Catser relacionado(s) a cada item da contratação, disponíveis no Portal de Compras do Governo federal;

III - descrição da solução de TIC, conforme art. 14;

IV - justificativa para contratação da solução, conforme art. 15;

V - especificação dos requisitos da contratação, conforme art. 16;

VI - definição das responsabilidades da contratante, da contratada e do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, conforme art. 17;

VII - Modelo de Execução e Gestão do Contrato, conforme arts. 18 e 19;

VIII - estimativas de preços da contratação, conforme art. 20;

IX - adequação orçamentária e cronograma físico-financeiro, conforme art. 21;

X - regime de execução do contrato, conforme art. 22;

XI - critérios técnicos para seleção do fornecedor, conforme art. 23; e

XII - índice de correção monetária, quando for o caso, conforme art. 24.

§ 1º Nos casos de necessidade de verificação de Amostra de Objeto, os procedimentos e critérios objetivos a serem utilizados na sua avaliação deverão constar no Termo de Referência.

³⁹ IN SGD nº 94/2022, art. 13.

⁴⁰ art. 12, II e 14 da IN SGD nº 94/2022.

⁴¹ IN SGD 94/2022: “Art. 12. [...]”

§ 7º Para compras, o termo de referência deverá conter os elementos previstos no art. 12 desta Instrução Normativa, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso. [...]

Art. 15. A justificativa para contratação deverá conter, pelo menos:

I - o alinhamento da solução de TIC com os instrumentos de planejamento elencados no art. 6º;

II - a relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto;

III - a forma de cálculo utilizada para a definição do quantitativo de bens e serviços que compõem a solução;

IV - os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação; e

V - a motivação para permitir adesões por parte de órgãos ou entidades não participantes, nos casos de formação de Ata de Registro de Preços passível de adesões.

Parágrafo único. A justificativa deve ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar as reais necessidades da contratação.”

⁴² Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

⁴³ IN SGD nº 94/2022, art. 12, §1º.

⁴⁴ IN SGD nº 94/2022, art. 12, §§ 2º, I e 3º.

⁴⁵ IN SGD nº 94/2022, art. 12, §4º.

⁴⁶ IN SGD nº 94/2022, art. 12, § 2º, II.

⁴⁷ Art. 16. Na especificação dos requisitos da contratação, compete:

I - ao Integrante Requisitante, com apoio do Integrante Técnico, definir, quando aplicáveis, os seguintes requisitos:

a) de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução de TIC;

b) de capacitação, que definem a necessidade de treinamento, de carga horária e de materiais didáticos;

c) legais, que definem as normas com as quais a solução de TIC deve estar em conformidade;

d) de manutenção, que independem de configuração tecnológica e que definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva (melhoria funcional);

e) temporais, que definem datas de entrega da solução de TIC contratada;

f) de segurança e privacidade, juntamente com o Integrante Técnico; e

g) sociais, ambientais e culturais, que definem requisitos que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União;

II - ao Integrante Técnico especificar, quando aplicáveis, os seguintes requisitos tecnológicos:

a) de arquitetura tecnológica, composta de hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interfaces, dentre outros;

b) de projeto e de implementação, que estabelecem o processo de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação, dentre outros;

c) de implantação, que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção, dentre outros;

d) de garantia e manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção, acionamento da garantia e a comunicação entre as partes envolvidas;

e) de capacitação, que definem o ambiente tecnológico dos treinamentos a serem ministrados, os perfis dos instrutores, dentre outros;

f) de experiência profissional da equipe que executará os serviços relacionados à solução de TIC, que definem a natureza da experiência profissional exigida e as respectivas formas de comprovação dessa experiência, dentre outros;

g) de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a solução de TIC, que definem cursos acadêmicos

e técnicos, formas de comprovação dessa formação, dentre outros;

h) de metodologia de trabalho;

i) de segurança da informação e privacidade, juntamente com o Integrante Requisitante; e

j) demais requisitos aplicáveis.

Parágrafo único. A Equipe de Planejamento da Contratação deverá garantir o alinhamento entre os requisitos definidos no inciso I e especificados no inciso II deste artigo.

⁴⁸ art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021.

⁴⁹ O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que “o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. Já o art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas nos casos especificados no item da lista de verificação. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

⁵⁰ IN SGD nº 94/2022, art. 18, IV. Súmula TCU 269: Nas contratações para a prestação de serviços de tecnologia da informação, a remuneração deve estar vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não o permitirem, hipótese em que a excepcionalidade deve estar prévia e adequadamente justificada nos respectivos processos administrativos.

⁵¹ art. 18, V, “a” e “b”, da IN SGD nº 94/2022.

⁵² Art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

⁵³ Art. 12, §6º, da IN SGD nº 94/2022.

⁵⁴ IN SGD nº 94/2022, art. 38. Art. 18, X, da Lei nº 14.133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

⁵⁵ Art. 18, V, da Lei 14.133/21.

⁵⁶ Art. 19, IV e §2º, e art. 25, §1º, da Lei nº 14.133/21.

⁵⁷ “Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta. § 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;

II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;

III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;

IV - obras e serviços especiais de engenharia;

V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação.”

⁵⁸ Art. 24, par. ún., da Lei 14.133/21.

⁵⁹ art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.

⁶⁰ Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21. Embora os modelos de editais devam trazer essa cláusula, o item da Lista é uma cautela para confirmar que a versão final manteve essa cláusula obrigatória.

⁶¹ Art. 9º, I, “a”, e art. 16 da Lei nº 14.133/21.

⁶² Art. 9º, I, “a”, e art. 15 da Lei nº 14.133/21.

⁶³ art. 95 da Lei 14.133/2021.

⁶⁴ Art. 18, IV, da Lei 14.133/21. Art. 20 da IN SGD nº 94/2022. Art. 9º da IN SEGES 65/21, c.c. art. 30, X, da IN SEGES 5/2017;

⁶⁵ Art. 23 da Lei 14.133/21.

⁶⁶ Art. 6º, §5º, da IN SEGES nº 65/21.

⁶⁷ Art. 6º, §6º, da IN SEGES nº 65/21.

⁶⁸ Art. 3º da IN SEGES 65/21.

⁶⁹ Art. 5º e §1º da IN SEGES nº 65/21.

⁷⁰ Art. 5º, II, da IN SEGES 65/21.

⁷¹ Art. 5º, IV, e art. 6º, §5º, da IN SEGES 65/21.

⁷² IN SGD nº 94/2022, art. 20, §1º.

⁷³ IN SGD nº 94/2022, art. 20, § 2º.

⁷⁴ Art. 5º, IV, da IN SEGES 65/21.

⁷⁵ Art. 5º e §2º, inc. I, da IN SEGES 65/21.

⁷⁶ Art. 5º e §2º, inc. II, da IN SEGES 65/21.

⁷⁷ Art. 5º e §2º, inc. III, da IN SEGES 65/21. Prevê o art. 4º da IN SEGES 65/21, referido no item: “Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.”

⁷⁸ Art. 5º e §2º, inc. IV, da IN SEGES 65/21.

⁷⁹ IN SGD nº 94/2022, art. 20, §§ 3º e 4º.

⁸⁰ Art. 18, XI, da Lei 14.133/21. Art. 10 da IN SEGES 65/2021.

⁸¹ Prevê o art. 3º do referido Decreto: “Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República. § 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º: I - titulares de cargos de natureza especial; II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e III - dirigentes máximos das entidades vinculadas. § 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º. § 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.”

⁸² Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: “As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000”.

⁸³ Art. 18, IV, da Lei 14.133/2021.

⁸⁴ Art. 47, I, da Lei 14.133/21

⁸⁵ Art. 47, II, da Lei 14.133/21

⁸⁶ Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14.133/21

⁸⁷ Art. 48 da Lei 14.133/21

⁸⁸ Art. 47, §2º, da Lei 14.133/21

⁸⁹ Art. 48, II, da Lei 14.133/21

⁹⁰ Art. 48, III, da Lei 14.133/21

⁹¹ Art. 48, VI, da Lei 14.133/21

⁹² Art. 48, parágrafo único, da Lei 14.133/21

⁹³ Art. 49 da Lei 14.133/21



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Pregão Eletrônico nº 01/2024
Processo Administrativo nº 64192.000748/2024-61

Em conformidade com o disposto no CAPÍTULO II (DA FASE PREPARATÓRIA), Seção I (Da Instrução do Processo Licitatório), da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, autuo, nesta data, o Processo Administrativo referente à dispensa de licitação acima indicada, cujos objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas à Requisição..

Manaus-AM,

FREDSON DE OLIVEIRA CECCON - ST
Auxiliar da SLC/4º CTA



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA
(Centro de Processamento de Dados nº 5/1978)

DlEx (Requisição) nº 002-Sec Contr Li/DA/4º CTA

Manaus, AM, 5 de março de 2024.

Do Chefe do 4º Centro de Telemática de Área

Ao Sr Ordenador de Despesas do Cmdo CMA

Assunto: contratação de serviço de telecomunicações de acesso à internet via satélite

Referência: art. 13 das IG 12-02

Anexo: Termo de Referência

Nos termos do contido no art. 13 das IG 12-02, solicito providências desse Ordenador de Despesas no sentido de aprovar o registro de preços para contratação de serviços continuados de link de internet via satélite com uso da rede de satélites em órbita baixa (LEO) em Organizações Militares subordinadas ao Comando Militar da Amazônia.

JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de conectar as unidades militares do Exército Brasileiro instaladas no território da Amazônia Ocidental fornecendo serviços de comunicação estratégica.



SÉRGIO RICARDO MARTINS ROSA- TC
Chefe do 4º Centro de Telemática de Área


1. Concordo com a justificativa apresentada; e
2. Encaminhe-se ao OD para aprovação e início do processo correspondente.

Documento assinado digitalmente
gov.br LEANDRO ANTUNES PAZ
Data: 06/03/2024 16:47:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEANDRO ANTUNES PAZ – Ten Cel
Fiscal Administrativo do Cmdo CMA

DESPACHO DO OD:

1. Autorizo os procedimentos para a contratação e determino a abertura do processo correspondente;
2. O Ch Sec Aqs e demais interessados adotem as providências, de acordo com as normas em vigor.

Documento assinado digitalmente
 **SANDRO ROGERIO FERREIRA GOMES**
Data: 07/03/2024 15:40:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES- Cel R1
Ordenador de Despesas do Comando do CMA

DOCUMENTOS DE DESIGNAÇÃO DE AGENTES

Cmt da Gd do QG/CMA-Gd	3º Sgt JOSE BRUNO, do 4 ° CTA
Permanência C Com C2/2ª Seq CMA	1º Sgt MAX, da Cia C/CMA
Gd do QG/CMA	12 (doze) Sd da Cia C/CMA
Gd do Mirante	3 (três) Sd do 4º CTA
Telefonista de Dia	Sd RIKSON, da Cia C 12ª RM

(Nota nº 15631, de 25 de maio de 2023, do Aj G 9)

2ª Parte INSTRUÇÃO

Sem Alteração

3ª Parte ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. ASSUNTOS GERAIS

a. ALTERAÇÕES DE OFICIAIS

Prestador de Tarefa por Tempo Certo - Exoneração

"PORTARIA Nº 68-E1-CMA, DE 12 DE MAIO DE 2023 - O COMANDANTE MILITAR DA AMAZÔNIA, no uso da competência que lhe foi conferida pela Portaria nº 218/Cmt Ex, de 20 de março de 2017, resolve: EXONERAR, ex officio, o Coronel da Reserva Remunerada (0236838322) AMILTON DA SILVA SANTOS, Prec-CP nº 961569342, do Comando do Comando Militar da Amazônia (Manaus-AM), a partir de 30/05/2023, de acordo com a alínea h) do inciso II do Art. 11 da Port nº 218-Cmt Ex, de 20 MAR 17, e de acordo com a alínea i) do inciso II do Art. 22 da Port DGP/C Ex nº 063, de 05 ABR 21."

Cel R/1 **AMILTON DA SILVA SANTOS**

Em consequência:

- o Cmt 12ª RM, o Ch 1ª Sec Cmdo CMA, o Ch SIP/12; e
- os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Transcrito do DOU Nº 92, de 16 MAIO 23)

(Nota nº 15468, de 16 de maio de 2023, do Aj G 6)

b. DIVERSOS

1) Rol dos Responsáveis - Administração

Designo o Agente Público para compor o Rol de Responsáveis do Comando do Comando Militar da Amazônia.

Gen Ex RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES
Dirigente Máximo

Cel CLAUDIO MARCOLINO ALVES
Encarregado do Setor de Pessoal (titular)

Cel R/1 SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES
Ordenador de Despesas

TC MADSON ANDRÉ SILVA DO VALE
Fiscal Administrativo (titular)

TC RENATO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR
Encarregado do Setor de Pagamento de Pessoal (titular)

Cap PAULO ILAIR PINTO DA SILVA
Encarregado do Setor de Pessoal (substituto)

1º Ten MARCOS GALVÃO MARINHO
Encarregado do Setor de Licitações (titular)

1º Ten DHEMESON RAILSON DA SILVA E SILVA
Fiscal Administrativo (substituto)
Encarregado do Setor de Almoxarifado (substituto)

1º Ten JOSY PAULA TRAVASSOS ALVES
Encarregado do Setor Financeiro (titular)

1º Ten ERIKA CASTRO RIBEIRO BATISTA
Encarregado do Serviço de Transporte Administrativo (titular)

1º Ten CLAUDIO ANTONIO SALVADOR DE SOUZA
Encarregado do Setor dos Registros de Gestão (titular)

1º Ten MARCUS VINICIUS GONÇALVES DA SILVA
Encarregado do Setor Financeiro (substituto)
Encarregado do Setor dos Registros de Gestão (substituto)

1º Ten PAULO RICARDO BATISTA DOS SANTOS
Encarregado do Setor de Almoxarifado (titular)
Encarregado do Setor de Aprovisionamento (substituto)

1º Ten ROGÉRIO ALVES DA SILVA
Encarregado do Setor de Licitações (substituto)

2º Ten JOSÉ LEÔNIDAS TEIXEIRA DE ABREU
Encarregado do Setor de Pagamento de Pessoal (substituto)

Chefe do Comitê

Maj FERNANDO DA SILVA DUTRA

Adjunto do Comitê

Maj EDUARDO DE CASTRO BARROS XAVIER

Membro

Maj JOAO DE DEUS REIS DA SILVA JUNIOR

Membro

Cap CARLOS ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA

Membro

Cap EDILTON JOSÉ LOPES

Membro

1º Ten ISRAEL BRAGA AMARAL E SILVA

Membro

Compete ao Comitê:

a) Elaborar o PDTIC conforme portaria supracitada; e

b) Em consequência, os militares envolvidos e os demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

1. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Designação

Tendo em vista o contido no Documento de Formalização da Demanda, s/nº, de 28/08/23, do Chefe da Divisão Técnica, que trata da necessidade de Contratação de de empresa especializada no fornecimento de Internet via Satélite, designo os militares abaixo discriminados para compor a **Equipe de Planejamento da Contratação**, conforme previsto no inciso IV do art. 2º e inciso IV do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 DEZ 22, que dispõe sobre o Processo de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal.

Os membros da Equipe deverão, no que couber, realizar os atos relativos à fase de **planejamento da contratação** e suas etapas de Estudo Técnico Preliminar, de Gerenciamento de Riscos e de elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, às quais lhes foram dadas ciência expressa, ficando automaticamente destituída quando da assinatura do contrato, tudo conforme § 4º e 5º do art. 9, § 2º do art. 10 e § 9º do art. 29 da referida Instrução Normativa.

1º Ten ELTON ASTUR KELLER

Integrante Requisitante

2º Ten RAPHAEL PINTO DE SOUZA

Integrante Técnico

S Ten FREDSON DE OLIVEIRA CECCON

Integrante Administrativo

Em consequência, a SLC/Div Adm, os militares designados e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

m. EXAME DE PAGAMENTO - Pessoal a ser Examinado - Transcrição

Matéria transcrita do BI/CMA Nr 34, de 20 FEV 24, do Cmdo CMA

"De acordo com o § 2º, § 3º e § 5º do Art 4º das Normas para o Exame de Pagamento de Pessoal, aprovadas pela Port Nr 002-SEF, de 3 FEV 14 (EB90-N-02.001), sejam examinados pela Equipe de



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

DESIGNAÇÃO DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

PREGÃO Nº 01/2024-Cmdo CMA/4º CTA

Processo Administrativo nº 64192.000748/2024-61

Objeto: Serviços continuados de link de internet por meio Cabo/Fibra Ótica

Em conformidade com o caput, § 1º e 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, designo os militares abaixo nominados para acompanhar, tomar decisões e executar quaisquer atividades necessárias ao bom andamento da licitação acima indicada, até a sua homologação, segundo as regras de atuação previstas no Decreto nº 11.246, de 2 de outubro de 2022.

Ord	Nome	OM	Função ¹
1	ST FREDSON DE OLIVEIRA CECCON	4º CTA	Pregoeiro ²
2	2º Ten - RAPHAEL PINTO DE SOUZA	4º CTA	Membro da Equipe de Apoio ³

Manaus, AM

Documento assinado digitalmente
gov.br SANDRO ROGERIO FERREIRA GOMES
Data: 07/03/2024 15:40:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES - Cel R1
Ordenador de Despesas do Comando do CMA

-
- 1 § 2º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.
§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço e, preferencialmente, de minutas de editais (art. 14 do Decreto nº 11.246).
- 2 § 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro (art. 8º da Lei nº 14.133/2021).
- 3 § 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe (art. 8º da Lei nº 14.133/2021).

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(DFD, ETPC, MGR, Quantitativos)

Documento de Formalização da Demanda

Número do Documento de Formalização da Demanda: 4/2023

1. Informações Básicas

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Divisão Administrativa 4CTA	01/10/2024 01:00	160016	AILTON XAVIER DE SA
Descrição sucinta do objeto			
Item 7 e 8 - An A - PDR - Contratação do serviço de links de internet SATELITAL para o 4º CTA			

2. Justificativa de necessidade

(A fase de Planejamento da Contratação tem início com o recebimento do Documento de Formalização/Oficialização da Demanda, elaborado pela Área Requisitante)

1. O Comando do Comando Militar da Amazônia, por intermédio do 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA), no cumprimento de suas atribuições institucionais, tem a necessidade de conectar as unidades militares do Exército Brasileiro instaladas no território da Amazônia Ocidental (AC, AM, RO, RR), fornecendo serviços de comunicação estratégica de telefonia, videoconferência e comunicação de dados.
Além de manter a segurança cibernética dos enlaces estabelecidos, gerenciando os sistemas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) sob sua responsabilidade e garantindo a disponibilidade, a confiabilidade e a integridade das informações.
2. A fim de manter a permanente interligação dos vários órgãos e entidades apoiados, dependentes das soluções de comunicações estratégicas, é indispensável a contratação de uma ou mais soluções de conectividade para atender as Organizações Militares (OM) orgânicas do Comando Militar da Amazônia localizados em áreas não atendidas por infraestrutura de cabeamento físico, por cabo, de internet.
3. A contratação de enlaces satelitais faz-se necessária, principalmente em regiões desprovidas de infraestrutura de cabeamento terrestre ou rádio.
4. Os links satelitais ou via cabo são necessários para manter a Rede Privativa Corporativa de Dados do Exército (EBNet), instituída pelo Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx), que é o resultado da interligação de vários componentes, quais sejam: Rede de Longa Distância Contratada, Rede EBNet Fronteira, Redes Metropolitanas e Rede Rádio Fixa.
5. O(s) serviço(s) pretendido(s) não se encontra(m) abrangido(s) por nenhuma das vedações previstas no Decreto nº 9.507, de 2018, devendo ser preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação de terceiros, pois:
 - 5.1. A execução do objeto não é atribuição inerente a nenhuma categoria funcional abrangida pelo plano de cargos do Órgão contratante, ou seja, não há previsão no quadro de pessoal de profissional habilitado a executar o serviço, por não se constituir em atividade inerente ao seu pessoal;
 - 5.2. O objeto não envolve tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;
 - 5.3. O objeto não é estratégico para o órgão e sua terceirização não colocará em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;
 - 5.4. O objeto não é relacionado ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção.
6. Além disso:
 - 6.1. A parcela de maior relevância da contratação é constituída da prestação de serviços e não caracterizada como fornecimento de mão de obra;
 - 6.2. A execução do objeto complementarará e integrar-se-á a projetos em andamento, seguindo os padrões e as diretrizes técnicas estabelecidas;
 - 6.3. A relação entre empregados da contratada e a Administração não caracterizará pessoalidade e subordinação direta.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	ASSINATURA DO SERVIÇO DE LINK VIA SATÉLITE	27,00	50.193,33	1.355.219,91
2	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	ASSINATURA DO SERVIÇO DE LINK VIA SATÉLITE	18,00	48.612,30	875.021,40

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Para análise do responsável pela consolidação das demandas, inclusão e aprovação no Plano de Contratações Anual (PCA)

AILTON XAVIER DE SÁ

Chefe da Divisão Administrativa do 4º CTA

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA
(Centro de Processamento de Dados nº 5/1978)

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA- TIC
(art. 8º do Decreto nº 10.947/2022 e art. 10 da IN SGD/ME nº 94/2022)

INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação

Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO: 30/12/2023

1.2. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de Internet via Satélite, com pontos de velocidade mínima de 40 Mbps.

1.3. GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU DA CONTRATAÇÃO

Alta

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. O Comando do Comando Militar da Amazônia, por intermédio do 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA), no desempenho de suas atribuições institucionais, tem a

necessidade de conectar as unidades militares do Exército Brasileiro instaladas no território da Amazônia Ocidental (AC, AM, RO, RR), fornecendo serviços de comunicação estratégica de telefonia, videoconferência e comunicação de dados. Além de manter a segurança cibernética dos enlaces estabelecidos, gerenciando os sistemas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) sob sua responsabilidade, a fim de manter a disponibilidade, a confiabilidade e a integridade das informações.

2.1.2. Complementará e integrar-se-á aos projetos em andamento, seguindo os padrões e as diretrizes técnicas estabelecidas;

2.1.3. É constituída da prestação de serviços e não caracterizada como fornecimento de mão de obra;

2.1.4. O objeto contribuirá para o alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico do Órgão e do Escalão Superior (CITEx), em especial os seguintes:

- OET 01- Entregar serviços alinhados com os requisitos do Exército Brasileiro.
- OET 02- Aperfeiçoar a Governança de TI do SisTEx.
- OET 04- Aperfeiçoar a Infraestrutura de Hospedagem e das Redes Corporativas.
- OET 05- Ampliar a Capacidade de Atuação no Espaço Cibernético.

2.2. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM O OBJETO DE OUTRO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

2.2.1. Trata-se de uma solução simples/única, **SEM** a necessidade de outras contratações correlatas ou interdependentes para completar suas funcionalidades.

3. MATERIAIS/SERVIÇOS (quantidade e estimativa preliminar de valor)

Item	Classe/Grupo	Descrição da Classe	Quantidade	Valor Total (R\$)
1	0842	SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE INTERNET	A definir no ETP	A definir no ETP

Os quantitativos e a estimativa de valor da contratação serão oportunamente definidos durante o estudo técnico preliminar da contratação.

4. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Área Requisitante: Divisão Técnica - Seção de Projetos

Responsável(eis) pela demanda

Nome: Maj EDUARDO DE CASTRO BARROS XAVIER

CPF: 515.941.702-82

Cargo/Função: Chefe

INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, a fase de Planejamento da Contratação terá início com a instituição da Equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente da Área Administrativa e ocorrerá após:

“I - envio pela área requisitante para a área de TIC do: Documento de Formalização da Demanda, utilizado para registrar a necessidade no PCA; registro do alinhamento da necessidade ao PDTIC vigente e Indicação do integrante Requisitante;

II - avaliação pela área de TIC do alinhamento da contratação ao PDTIC e ao PCA e indicação do integrante Técnico;

III - Indicação do Integrante Administrativo e decisão motivada pela autoridade competente da Área Administrativa sobre o prosseguimento da contratação; e

IV - Publicação do ato de instituição da Equipe de Planejamento da Contratação pela Área Administrativa.”

Desse modo, as áreas requisitante, técnica e administrativa, indicam a seguir os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação visando a dar prosseguimento à contratação.

Visando a dar prosseguimento à contratação indica(m)-se a seguir o(s) **Integrante(s) Requisitante(s)** para composição da Equipe de Planejamento da Contratação.

Nome: 1º Ten ELTON ASTUR KELLER	CPF: 717.623.532-53
E-mail: adjsecpjt1@4cta.eb.mil.br	Telefone: 92 3659-1032
<p>DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA</p> <p>Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE REQUISITANTE definidas na Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação (§ 2º do art. 10 da IN SGD/ME nº 94/2022).</p> <p style="margin-top: 20px;">Manaus-AM</p> <p style="margin-top: 20px;">ELTON ASTUR KELLER - 1º Ten Integrante Requisitante</p>	

Para instituição da Equipe de Planejamento da Contratação, conforme dispõem o inciso IV do art. 2º e o inciso IV do art. 10, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e conforme o art. 29, § 9º da norma, uma vez verificado o alinhamento das necessidades aos respectivos Planos Diretores de Tecnologia da Informação dos órgãos, indica(m)-se a seguir o(s) **Integrante(s) Técnico(s)** para composição da Equipe de Planejamento da Contratação.

Nome: 2º Ten RAPHAEL PINTO DE SOUZA	CPF: 818.528.272-20
E-mail: adjsecpjt2@4cta.eb.mil.br	Telefone: 92 3659-1032
<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA</p> <p>Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE TÉCNICO definidas na Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação (§ 2º do art. 10 da IN SGD/ME nº 94/2022).</p> <p style="text-align: center;">Manaus-AM</p> <p style="text-align: center;">RAPHAEL PINTO DE SOUZA- 2º Ten Integrante Técnico</p>	

Indica(m)-se o(s) seguinte(s) **Integrante(s) Administrativo(s)** para composição da Equipe de Planejamento da Contratação.

Nome: Maj AILTON XAVIER DE SÁ	CPF: 548.280.075-04
E-mail: chslc@4cta.eb.mil.br	Telefone: 92 3659-1074
<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA</p> <p>Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE ADMINISTRATIVO definidas na Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação (§ 2º do art. 10 da IN SGD/ME nº 94/2022).</p> <p style="text-align: center;">Manaus-AM</p> <p style="text-align: center;">AILTON XAVIER DE SÁ- Maj Integrante Administrativo</p>	

Conforme preceitua a IN SGD/ME nº 94/2022, tendo em vista a pertinência da contratação, acolhem-se as indicações dos integrantes requisitante(s), técnico(s) e administrativo(s). Diante disso, **institui-se a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)**, com a designação e a composição acima discriminadas, que deverá conduzir todas as atividades necessárias ao Planejamento da Contratação e apoiar, no que for determinado pelas áreas responsáveis, a Seleção do Fornecedor.

À consideração da área técnica.

EDUARDO DE CASTRO BARROS XAVIER- Maj
Requisitante da Demanda

DE ACORDO. Encaminhe-se à consideração da área administrativa.

EDUARDO DE CASTRO BARROS XAVIER- Maj
Chefe da Divisão Técnica do 4ºCTA

APROVAMOS. Fica instituída a Equipe de Planejamento da Contratação nos termos propostos.

GABRIEL SOUSA DA SILVA - Maj
Chefe da Divisão Administrativa do 4ºCTA

Estudo Técnico Preliminar 5/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64192.000748/2024-61

2. Aprovação da Autoridade Máxima Área TIC

(Art. 11. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será realizado pelos Integrantes Técnico e Requisitante, compreendendo, no mínimo, as seguintes tarefas:

(..)

§ 2º O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será aprovado e assinado pelos Integrantes Técnico e Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC. § 2º do art. 11 da IN SGD/ME 94/2022)

APROVO, em conformidade com o § 2º do art. 11 da IN SGD/ME 94/2022, o presente Estudo Técnico Preliminar, motivado pelo atendimento preciso, suficiente e claro aos requisitos técnicos relativos à necessidade da contratação e à solução escolhida.

CARLOS ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA - Cap
Autoridade Máxima da Área de TIC do 4º CTA

3. Objeto do ETP

Estudo técnico preliminar da viabilidade da contratação do serviço de telecomunicação para prover a comunicação de dados em Unidades Militares do Exército Brasileiro que integram o Comando Militar da Amazônia e suas respectivas OM (Organização Militar), para atender necessidades do 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA).

4. Introdução

(I - Estudo Técnico Preliminar - ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação. inciso I do art. 3º IN SEGES/ME 58/2022)

(O Estudo Técnico Preliminar da Contratação tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação. art. 11 da IN SGD/ME 94/2022)

1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

2. Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam a assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou Projeto Básico decorrente.

5. Classificação Quanto ao Grau de Sigilo

(2.2. Fundamentação da contratação:

a) Os Estudos Preliminares serão anexos do TR ou PB, quando for possível a sua divulgação;

b) Quando não for possível divulgar os Estudos Preliminares devido a sua classificação, conforme a Lei nº 12. 527, de 2011, deverá ser divulgado como anexo do TR ou PB um extrato das partes que não contiverem informações sigilosas. Item 2.2 do Anexo V da IN SEGES/MPDG 5/2017)

(X) Não sigiloso. Pode ser divulgado integralmente junto com o termo de referência ou projeto básico (alínea b), Inciso XXIII, art. 6º, Lei nº 14.133/2021).

() Sigiloso. Somente pode ser divulgado junto com o termo de referência ou projeto básico um extrato das partes que não contiverem informações sigilosas, conforme Lei nº 12.527, de 2011.

6. Natureza dos Serviços/Bens

1. Os **serviços/bens são considerados “comuns”**, pois enquadram-se na classificação dos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021: “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

3. A prestação dos serviços/fornecimento dos bens não implica na utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

7. Duração Inicial do Contrato

(Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: (...) art. 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021)

1. Por tratar-se de contratação contínua, a duração inicial do contrato será de 01 (um) ano, prorrogável nas hipóteses previstas nos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Transição Contratual

Art. 35. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar:

I - a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;

II - a entrega de versões finais dos produtos e da documentação;

III - a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC;

IV - a devolução de recursos;

V - a revogação de perfis de acesso;

VI - a eliminação de caixas postais; e

VII - outras que se apliquem.

art. 35 da IN SGD/ME 94/2022)

Não haverá a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas na execução do objeto contratual.

9. Normativos que Disciplinam a Solução

1.

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regulamenta as licitações e os contratos administrativos.

2.

Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia.

3.

Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.

4.

Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta.

5.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

6.

Portaria SLTI/MPDG nº 20, de 14 de julho de 2016, que dispõe sobre orientações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação.

7.

Portaria nº 1.545-C Ex, 30 de junho de 2021, que aprova a política de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do Exército.

8.

Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998, da ANATEL, que regras sobre sigilo, prevenção à fraude e apoio à segurança pública

10. Processo de Contratação de Soluções TIC



1. O processo de contratação de soluções de TIC no âmbito da Administração Pública federal é realizado de acordo com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, de 23 de dezembro de 2022.

2. Este processo é composto por 3 (três) fases sequenciais:

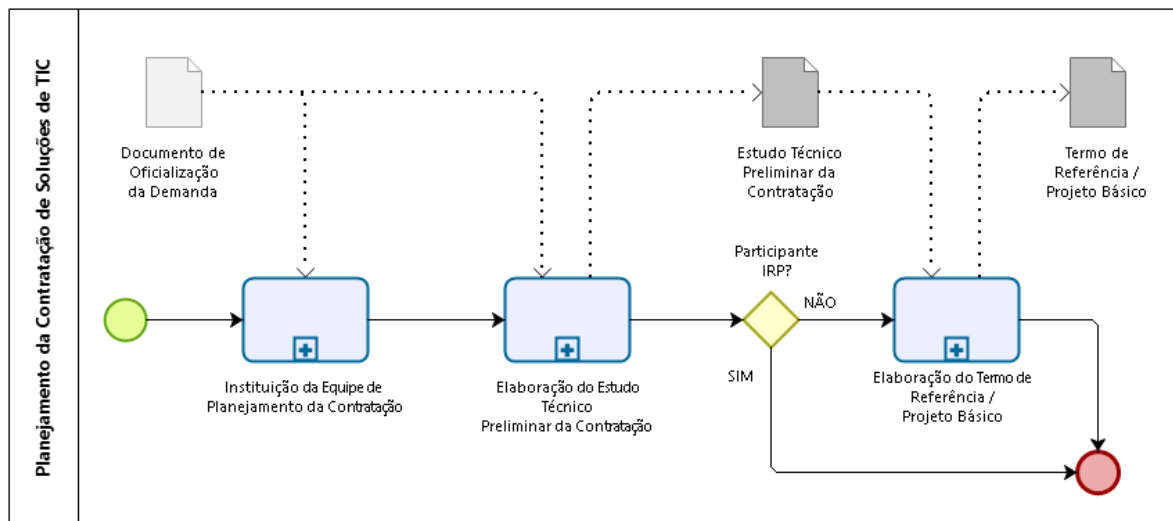
2.1. **Planejamento da Contratação;**

2.2. Seleção do Fornecedor; e

2.3. Gestão do Contrato.

3. Em paralelo a estas fases ocorre o Gerenciamento de Riscos.

4. Este Estudo Técnico Preliminar da Contratação está inserido na **FASE 1 - Planejamento da Contratação** e sua confecção está regulada por intermédio da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, de 8 de agosto de 2022.



11. Enquadramento no Conceito de Solução TIC

1. Para o presente Estudo Técnico Preliminar da Contratação foi adotada a definição de SOLUÇÃO DE TIC do inciso VII do art. 2º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022:

"VII - solução de TIC para fins desta Instrução Normativa: conjunto de bens e/ou serviços que apoiam processos de negócio mediante a conjugação de recursos de TIC, de acordo com as premissas definidas no Anexo II desta Instrução Normativa"

2. Além disso, considerando que o Anexo II da referida Instrução Normativa, estabelece 13 (treze) categorias de recursos de TIC, compostas por bens e serviços suscetíveis a integrar uma solução de TIC, concluiu-se que o objeto da presente contratação enquadra-se na(s) seguinte(s) categoria(s) de recursos de TIC:

CATEGORIA 6: COMUNICAÇÃO DE DADOS

a) **São considerados recursos de TIC a transmissão digital de dados e informações entre dispositivos**, sistemas e redes de comunicação, incluindo acesso à Internet (como links MPLS, WAN/LAN), soluções de videoconferência, de transmissão e recebimento de mensagens de texto (SMS) e de recebimento ou processamento de dados satelitais;

b) Excluem-se dessa categoria os serviços de telefonia fixa comutada (STFC), Serviço Móvel Pessoal (SMP), VoIP (telefonia baseada em voz sobre IP), centrais telefônicas, PABX (física ou virtual) ou infraestrutura de telefonia interna ou externa destinada ao tráfego de voz digital ou não digital.

(O critério utilizado para definir os serviços que compõem esta categoria fundamentou-se na relação direta entre o tráfego de dados e a composição do ciclo de vida da informação, que suporta os processos de negócio em meio digital da organização.)

12. Descrição da necessidade

Internet para formação do backbone Satelital (I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. inciso I do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

1. O Comando do Comando Militar da Amazônia, por intermédio do 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA), no cumprimento de suas atribuições institucionais, tem a necessidade de conectar as unidades militares do Exército Brasileiro instaladas no território da Amazônia Ocidental fornecendo serviços de comunicação estratégica de telefonia, videoconferência e comunicação de dados. Além de manter a segurança cibernética dos enlaces estabelecidos, gerenciando os sistemas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) sob sua responsabilidade e garantindo a disponibilidade, a confiabilidade e a integridade das informações.

2. A fim de manter a permanente interligação dos vários órgãos e entidades apoiados, dependentes das soluções de comunicações estratégicas, bem como garantir a manutenção da segurança cibernética dos enlaces estabelecidos, é indispensável manter a conectividade às **organizações militares apoiadas pelo 4º CTA**.

3. Atualmente os contratos Nr 22/2021, 23/2021, 24/2021, 25/2021, 26/2021, 27/2021, 28/2021, 29/2021, 30/2021, 31/2021, 32/2021, 33/2021 e 34/2021, preveem o fornecimento de Internet satelital aos Pelotões Especiais de Fronteira, com intuito de manter a conectividade operacional, administrativa e o estado de prontidão no âmbito do Comando Militar da Amazônia.

4. Ao longo da vigência dos contratos, verificou-se que o provimento fornecido pela vencedora dos certames não mostrou-se adequado para a realidade regional amazônica. Este fato gerou sanções à empresa vencedora e o comprometimento dos serviços contratados, impactando na operacionalidade da tropa.

5. Neste sentido, verificou-se a necessidade do incremento e da continuidade do serviço de provimento de acesso à Internet por meio satelital, bem como da melhoria da qualidade do sinal e possibilidade de adição de outras Organizações Militares.

6.

Este cenário se deve à necessidade de manutenção do estado de prontidão operacional dessas organizações militares, além da conjuntura da política externa sulamericana, alinhada com a necessidade de segurança cibernética da Força Terrestre.

7. A conexão torna-se crucial para o pleno funcionamento das OM atendidas para a integração ao sistema de informação de dados corporativos, provendo o acesso aos sistemas e serviços de telecomunicações relevantes a cada uma delas.

8. A necessidade da contratação se evidencia pela proximidade do termo final do prazo de vigência contratual sem possibilidade de prorrogação, portanto, torna-se imperativo que sejam tomadas as medidas técnico-administrativas cabíveis para evitar-se o comprometimento dos serviços prestados, em consonância com o interesse público, sendo o presente estudo técnico parte dessas medidas.

13. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão Técnica/4º CTA	CARLOS ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA - Cap

14. Necessidades de Negócio

(II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho. inciso II do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

(Art. 16. Na especificação dos requisitos da contratação, compete:

I - ao Integrante Requisitante, com apoio do Integrante Técnico, definir, quando aplicáveis, os seguintes requisitos:

a) de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução de TIC; IN SGD/ME 94/2022)

Principais requisitos definidos pela área requisitante para atender às necessidades de negócio (requisitos que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução; não tecnológicas):

1. CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

- 1.1. Os serviços serão prestados de forma permanente e contínua, pois são essenciais ao cumprimento das atribuições institucionais da Contratante e visam a atender necessidades que exigem a prestação dos serviços continuamente, por mais de um exercício financeiro.
- 1.2. Por tratar-se de contratação contínua, a duração inicial do contrato será de 01 (um) ano, prorrogável nas hipóteses previstas nos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. EXCLUSIVIDADE DA MÃO DE OBRA

- 2.1. Os serviços NÃO impõem a necessidade de dedicação exclusiva de mão de obra, pois o seu modelo de execução contratual não exige, nem necessita que:
 - 2.1.1. os empregados da Contratada fiquem à disposição, nas dependências da Contratante ou de terceiros, para a prestação dos serviços;
 - 2.1.2. a Contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outro contrato; e
 - 2.1.3. a Contratada permita a fiscalização pela Contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados ao seu contrato.

3. FORNECIMENTO DO MATERIAL

- 3.1. O fornecimento de material é condição indispensável na prestação do serviço, a empresa contratada, deverá fornecer todos os itens necessários para execução do serviço;
- 3.2. O fornecimento do material é condição intrínseca sem ele o qual não é apto para ser realizado, ficando a contratante responsável pelos equipamentos deixado em **comodato**, sendo de sua responsabilidade;

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não existe a necessidade subcontratação por outras empresas para a implementação, manutenção e fornecimento abrangendo o serviço como um todo. Assim, a **subcontratação do objeto deve ser expressamente vedada.**

4.2. Considerando a não admissão da subcontratação, a CONTRATADA DEVE ser **autorizado/credenciado para comercialização de serviço corporativo** junto ao provedor de serviço de Internet via Satélite de baixa órbita, cuja comprovação poderá ser realizada mediante apresentação de documento do próprio provedor ou mediante disponibilidade da informação em site oficial.

15. Necessidades Tecnológicas

1. **REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA** (requisitos relativos ao hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interfaces, dentre outros)

1.1. **Conexão à internet via satélite de baixa órbita (LEO)**

1.2. **Obrigatoriamente enlace Satelital.**

1.3. **Velocidade mínima de 80 Mbps Download.**

1.4. **PROJETADA PARA AUTOINSTALAÇÃO, deve permitir que a instalação seja executada pelo usuário final.**

2. **REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO** (requisitos de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a solução de TIC, que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação, dentre outros; estabelecem técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação, dentre outros)

2.1. Não se aplica

3. **REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO** (requisitos que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção, dentre outros).

3.1. Possuir fiscal, representante da Administração, com qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução.

4. **REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO** (requisitos que definem a forma como será conduzida a manutenção, acionamento da garantia e a comunicação entre as partes envolvidas; definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa)

4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.2. No caso de reiterados defeitos sistemáticos durante o período de garantia da solução, a CONTRATADA deverá providenciar a sua substituição, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.3. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§ 2º do art. 44 da IN nº 5/2017-SEGES/MPDG).

5. **REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA EQUIPE QUE PROJETARÁ, IMPLEMENTARÁ E IMPLANTARÁ A SOLUÇÃO** (requisitos que definem a natureza da experiência profissional exigida e as respectivas formas de comprovação dessa experiência, dentre outros)

5.1. Não se aplica. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a contratação.

6. **REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE** de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a solução de TIC (requisitos que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação, dentre outros)

6.1. Não se aplica. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a contratação

7. **REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO**

7.1. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e/ou por via telefônica.

- 7.2. Ser acompanhada de relatórios diários/mensais contendo as informações relativas aos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 7.3. A CONTRATADA deve fornecer os meios de contato com seu preposto, como endereço, telefone, e-mail, fax, site, nome e cargo.
- 7.4. O recebimento do objeto de dará em 2 etapas: provisório e definitivo.

16. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

1. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO (requisitos que definem a necessidade de treinamento, de carga horária e de materiais didáticos, perfis dos instrutores, dentre outros)

Não se aplica. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da contratação.

2. REQUISITOS DE LEGAIS (requisitos que definem as normas com as quais a solução deve estar em conformidade)

- 2.1. Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de TI pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal.
- 2.2. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 2.3. Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998, da ANATEL e suas atualizações.
- 2.4. Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013 e suas atualizações.
- 2.5. Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019 e suas atualizações.
- 2.6. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do 4º CTA.
- 2.7. Ser implantada em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, particularmente:
 - 2.7.1. NR 06:1978 MTE - Equipamentos de Proteção Individual.
 - 2.7.2. NR 10:1978 MTE - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
 - 2.7.3. NR 16:1978 MTE - Atividades e Operações Perigosas (Explosivos; Inflamáveis; Exposição a Roubos ou outras Espécies de Violência Física nas Atividades Profissionais de Segurança Pessoal ou Patrimonial; Energia Elétrica; em Motocicleta; Radiações Ionizantes ou Substâncias Radiotivas).
 - 2.7.4. NR 26:1978 MTE - Sinalização de Segurança.
 - 2.7.5. NR 18:1978 MTE - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção

3. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO (requisitos que independem de configuração tecnológica e que definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa)

- 3.1. Os serviços de suporte técnico deverão estar disponíveis em horário integral, na modalidade 24x7x365 (24 horas por dia x 7 dias por semana) durante toda vigência do contrato.

4. REQUISITOS TEMPORAIS (requisitos que definem data de entrega da solução)

- 4.1. Ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do aceite da nota de empenho, carta contrato, autorização ou ordem de serviço / fornecimento, ou instrumento equivalente.
- 4.2. Ter sua execução iniciada no prazo de 10 (dez) dias da entrega formal da Ordem de Serviço, ou a partir da data nela indicada.
- 4.3. Ser recebida provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, para verificação de sua conformidade com as especificações.
- 4.4. Ser recebida definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório.
- 4.5. A conclusão dos serviços deverá ocorrer durante a vigência do contrato, sendo de responsabilidade da CONTRATADA fazê-lo no menor período possível.
- 4.6. Após o recebimento da Ordem de Serviço / Fornecimento de Bens e antes de início da execução, a CONTRATADA deverá informar o cronograma de execução para CONTRATANTE.

5. REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE (7.1. O Termo de Referência ou Projeto Básico para contratação de Soluções de TIC deve conter, no que couber ao objeto contratado, requisitos e obrigações de Segurança

da Informação e Privacidade - SIP, devendo o órgão ou entidade empregar, conforme critérios próprios, aqueles requisitos que forem imprescindíveis, considerando a legislação vigente e os riscos de segurança da informação e privacidade. Item 7.1 do Anexo I da IN SGD/ME 94/2022)

- 5.1. Ser homologado por órgão ou agência governamental, quando exigido.
- 5.2. Ser precedida da assinatura do termo de confidencialidade sobre as instalações e o local de trabalho.
- 5.3. A execução do serviço deverá atender os requisitos de segurança, segundo as normas nacionais e internacionais pertinentes ao ambiente objeto do projeto.
- 5.4. Os empregados da CONTRATADA deverão estar providos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados aos riscos da atividade, quando for o caso.
- 5.5. A CONTRATADA não poderá divulgar, mesmo que em caráter estatístico, quaisquer informações originadas da CONTRATANTE, sem a sua prévia autorização.

6. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS (definem requisitos que a solução deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e meio ambiente, dentre outros)

6.1. Critérios de Sustentabilidade

- 6.1.1. Consultada a lista de atividades abrangidas por disposições normativas de caráter ambiental, constante do **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis**, da AGU, não se encontrou relação DIRETA entre o a solução pretendida e aqueles ali descritos.
- 6.1.2. Consideradas a natureza e as características do objeto licitado, **NÃO foram encontrados critérios relevantes alcançados pela legislação incidente em vigor**, em especial o Decreto nº 7.746/2012, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/10

6.2. Bem-estar social da sustentabilidade (direitos sociais, trabalhistas, humanos, etc)

- 6.2.1. deve-se exigir, como condição para participação na licitação, a exigência de declaração expressa de que o licitante interessado não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal.
 - 6.2.1.1. . A limitação do trabalho do menor se constitui em critério de sustentabilidade, em sua dimensão do bem-estar social, por estar relacionado com a efetivação de direitos sociais, como saúde, educação e segurança, entre outros, assim como a garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores.

7. GARANTIA DE CONTRATAÇÃO (definem requisitos para a exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021)

7.1. NÃO há necessidade da exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

- 7.1.1. A contratação não envolve a execução de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 7º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.
- 7.1.2. Não se identifica riscos para a administração que possam ser mitigados pela garantia da execução.
- 7.1.3. O limite máximo legalmente previsto para exigência da garantia (5% do valor do contrato, conforme § 2º do art. 98 da Lei nº 14.133/2021) é manifestamente irrelevante e insuficiente para assegurar:
 - **a. a plena execução dos serviços;**
 - **b. a mitigação ou compensação dos prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; e**
 - **c. o pagamento dos prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.**

7.1.4. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada podem ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados. As sanções administrativas previstas na legislação pertinente, bem como as elencadas neste instrumento são suficientemente aptas a desestimular o descumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Contratada.

8. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS (definem requisitos de habilitação exigíveis do prestador da solução)

8.1. Qualificação Técnica:

- **a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional:**
 - Não se Aplica;

- **b) Capacidade técnico-operacional:**
 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (atestados de capacidade técnica):
 - **Apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, referentes a fornecimento de serviços de enlaces por link Satelital na velocidade mínima de 80 MBps.**
- **c) Capacidade técnico-profissional**
 - Comprovação da qualificação do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, para as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação:
 - **Não se Aplica;**
- **d) indicação, mediante declaração formal, de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto:**
 - **Não se Aplica;**
- **e) Atestado de vistoria, comprovando que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação:**
 - **Não se Aplica;**
- **f) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial:**
 - **- Apresentação do Termo de Autorização, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para prestação de serviços de telecomunicações em toda área de abrangência do respectivo objeto, ou ainda, a comprovação de sua isenção (§ 3º do art. 53 do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998, da ANATEL).**

8.2. Qualificação Econômica:

- **Não se Aplica;**

9. REQUISITOS PARA AMOSTRA/PROVA DE CONCEITO (definem requisitos exigíveis de avaliação de conformidade da solução)

9.1.

Não se Aplica;

17. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

(V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala. inciso V do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

(art. 15. A justificativa para contratação deverá conter, pelo menos:

(...)

II - a relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto. inciso II do art. 15 da IN SGD/ME 94/2022)

1. Para formulação da estimativa das quantidades a serem contratadas foram feitos levantamentos das necessidades atuais e das perspectivas de demandas no curto e médio prazo.
2. Por tratar-se de link de conectividade, a quantidade é definida pela taxa de transmissão em Mbps (megabits por segundo), usado em referência a velocidades de download na velocidade mínima de 80 MBps.
3. **Órgãos apoiados:**

Conforme DEMONSTRATIVO DE PONTOS DE PRESENÇA, anexo a este Estudo Técnico.

Como resultado, a estimativa dos quantitativos de serviço demandado foi consolidada a seguir:

Item	Descrição/Especificação	Unid Fornec	Qtd	Pontos de Presença (PP)	Qtd Total (12 X PP)
1	<p>SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO EM LOCAL FIXO)</p> <p>Descrição:</p> <p>Plano de Dados conhecida no mercado como “empresarial” ou “corporativa”, Plano de 12 meses,, franquia mínima de 2 TB, com pontos de velocidade mínima de 80 Mbps, upload 20 Mbps e latência não superior a 120 (milissegundos), com FORNECIMENTO dos equipamentos necessários à execução do serviço, suporte técnico e manutenção.</p>	Mensalidade	12	59	708
2	<p>SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO ITINERANTE)</p> <p>Descrição:</p> <p>Plano de Dados conhecida no mercado como “empresarial” ou “corporativa”, Plano de 12 meses, franquia mínima de 1 TB, com pontos de velocidade mínima de 80 Mbps, upload 20 Mbps e latência não superior a 120 (milissegundos), com FORNECIMENTO dos equipamentos necessários à execução do serviço, suporte técnico e manutenção.</p>	Mensalidade	12	24	288

4. Para formulação da estimativa das quantidades a serem contratadas, conforme exigido no inciso II do art. 7º do Decreto nº 11.462/2013, foram feitos levantamentos das necessidades, considerando a situação atual da infraestrutura instalada, bem como a sua readequação e incremento, e o histórico das contratações semelhantes.

5. A estimativa da contratação baseia-se na experiência de aquisições anteriores, na estimativa da necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, na previsão de acréscimo de atividades e, principalmente, na previsão de expansão dos sistemas projetados para atender as necessidades e particularidades existentes.

6. A projeção inicial trata-se de uma estimativa dos quantitativos a serem contratados. O real quantitativo a ser adquirido será definido com exatidão, durante a vigência da ata de registro de preços, mediante a conjugação do binômio necessidade x capacidade (dotação orçamentária).

18. Planejamento Institucional

("Art. 6º As contratações de soluções de TIC no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP deverão estar:

I - em consonância com o PDTIC do órgão ou entidade, elaborado conforme Portaria SGD/MEnº 778, de 4 de abril de 2019, e suas atualizações;

II - alinhadas à Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e suas atualizações; e

III - integradas à Plataforma gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, quando tiverem por objetivo a oferta digital de serviços públicos."

(...)

Art. 15. A justificativa para contratação deverá conter, pelo menos:

I - o alinhamento da solução de TIC com os instrumentos de planejamento elencados no art. 6º.

(art. 6º e inciso I do art. 15 da IN 94/2022)

1. A contratação contribuirá para o alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico do Órgão 4º CTA e do seu Escalão Superior (CITEx), em especial os seguintes:

- 1.1. **OET 02 - Aperfeiçoar a Governança de TI do SisTEx.**
- 1.2. **OET 03 - Maximizar a Eficiência Administrativa.**
- 1.3. **OET 04 - Aperfeiçoar a Infraestrutura de Hospedagem e das Redes Corporativas.**
- 1.4. **OET 05 - Ampliar a Capacidade de Atuação no Espaço Cibernético.**

2. A contratação está em consonância com o PDTIC e contribuirá para o alcance dos seus objetivos.

3. A contratação não está diretamente alinhada à Estratégia de Governo Digital e não se integrará à Plataforma gov.br, por não ter por objetivo a oferta digital de serviços públicos.

19. Levantamento de soluções

(III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;

c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e

d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

inciso III do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

1. Com base nas contratações anteriores efetuadas pelo 4º CTA e estudo de propostas junto a fornecedores de novas metodologias utilizadas no mercado, chegou-se a duas soluções possíveis:

- a. renovação do contrato vigente.**
- b. contratação de empresa com maior velocidade de transmissão de dados com tecnologia satélite de baixa órbita.**

20. Análise comparativa de soluções

(II - A análise comparativa de soluções consiste na identificação e comparação dos diferentes aspectos qualitativos em termos de benefícios ou obstáculos para o alcance dos objetivos da contratação, além do aspecto econômico.

Inciso II do art. 11 IN SGD/ME 94/2022)

ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES

SOLUÇÃO A - renovação do contrato vigente.

SOLUÇÃO B - Nova contratação.

Vantagens solução A:

Já está implantada.

Desvantagens Solução A:

conectividade via satélite com maior latência;
menor capacidade de transmissão de dados;
tecnologia obsoleta.

Vantagens solução B:

conectividade via satélite com menor latência (na faixa de 20 a 50ms);
maior capacidade de transmissão de dados;
tecnologia mais atual.
Solução que melhor atende as necessidades da administração é a Solução B

Desvantagens Solução B:

Solução ainda não foi implantada.

21. Registro de soluções consideradas inviáveis

1. Da análise das alternativas disponíveis no mercado resultou a conclusão de que NÃO HOUVE soluções consideradas inviáveis.

22. Análise comparativa de custos (TCO)

(III - análise comparativa de custos, que deverá considerar **apenas as soluções técnica e funcionalmente viáveis**, incluindo:

- a) cálculo dos custos totais de propriedade (Total Cost Ownership - TCO)** por meio da obtenção dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia técnica estendida, manutenção, migração e treinamento; e
- b) memória de cálculo** que referencie os preços e os custos utilizados na análise, com vistas a permitir a verificação da origem dos dados. Inciso III do art. 11 IN SGD/ME 94/2022)

1. Considerando-se a natureza dos itens que compõem a solução, torna-se manifestamente dispensável a análise comparativa de custos, representada pelo Custo Total de Propriedade (TCO), obtido por meio da composição dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, o que inclui os custos de aquisição, insumos, garantias e manutenção da solução como um todo.

23. Descrição da solução de TIC a ser contratada

(IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; inciso IV do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

Contratação de Serviço de Internet Satelital na velocidade mínima de 80Mbps de Download e 40 Mbps de upload.

1. PADRÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

1.1. Os serviços deverão ser prestados com base nos parâmetros de aferição da qualidades assim resumidos:

Ord	Indicador	Meta a Cumprir
1	Percentual de Disponibilidade (D)	D 95,0%
2	Latência Média Mensal (Ln)	Ln 100 ms
3	Velocidade de Download (VDL)	Conexão 40 Mbps

2. SUPORTE TÉCNICO

2.1. A CONTRATADA deverá manter uma estrutura de atendimento especializada, adequada para comportar o volume total de chamados registrados para suporte aos serviços contratados, contemplando recursos humanos, hardware, software, telefonia, estação de gerenciamento proativo e demais complementos que garantam o pleno funcionamento da solução de Central de Atendimento.

24. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 5.000.000,00

(VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação. inciso VI do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

- 1. O valor dos custos estimado da contratação é o acima indicado.
- 2. Os preços unitários referenciais e as memórias de cálculo foram consolidados no MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS e nas TABELAS DE EXCLUSÃO DE PREÇOS DISCREPANTES.
- 3. Os documentos que deram suporte à elaboração da estimativa do valor da contratação integram o levantamento de mercado.

25. Justificativa técnica da escolha da solução

(XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. inciso XIII do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

- 1. A solução escolhida atende adequadamente às necessidades técnicas identificadas, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, apresentando os melhores resultados, segundo as argumentações que constam no Item "Benefícios a Serem Alcançados com a Contratação" deste Estudo Técnico Preliminar.

26. Justificativa econômica da escolha da solução

("XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina." inciso XIII do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

("Art. 44. Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa." Lei nº 14.133/2021)

1. A solução escolhida atende adequadamente às necessidades identificadas, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, apresentando os melhores resultados na relação custo e benefícios, quando comparada às demais alternativas, segundo as argumentações que constam no Item "Benefícios a Serem Alcançados com a Contratação" deste Estudo Técnico Preliminar.
2. As especificações técnicas expressam as necessidades da Administração e, por isso, se restringem estritamente àquelas necessárias ao alcance dos resultados e objetivos pretendidos nas compras públicas.
3. Critérios diversos, como comparativos de preços e desempenho, quantidade de ofertas disponíveis no mercado, prazos de entrega e facilidade de manutenção, foram usados na determinação da fase do ciclo de vida em que se encontra os bens pretendidos (lançamento, seleção, menor preço e substituição) tendo sido evitados os que se encontram posicionados na fase de lançamento e de substituição.

27. Parcelamento ou NÃO da Solução

1. Na composição dos itens que constituem o objeto, foi observada a regra do parcelamento prevista no Inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021, segundo a qual as contratações de SERVIÇOS devem atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
2. Com fundamento no art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021, o objeto foi parcelado, com vistas ao melhor aproveitamento do mercado e à ampliação da competitividade. Como resultado, o objeto foi reduzido a unidades de itens indivisíveis e independentes, respeitada a integridade qualitativa do item, não cabendo mais subdividi-los para que possam ser licitados e contratados distintamente, pois não se mostra técnica e economicamente viável.
3. O objeto não pode ser contratado em parcelas ainda menores, caso contrário, não estariam assegurados, concomitantemente, os requisitos essenciais para o parcelamento, a saber:
 - a. ser técnica e economicamente viável;
 - b. não haver prejuízo para o conjunto da solução;
 - c. não haver perda de escala; e
 - d. haver melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

28. Guias, manuais e modelos do SISP

1. Na elaboração dos autos do presente processo foram observadas as últimas versões atualizadas dos guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e disponíveis na página eletrônica do Governo Digital

29. Plano Contratações Anual (PCA)

1. O Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, dispõe sobre o **Plano Contratações Anual (PCA)** e institui o **Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC)** no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2. O PGC consiste na ferramenta informatizada, integrante do SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais), disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para elaboração do PCA pelas UASG dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
3. A presente contratação encontra-se inserida no Plano Contratações Anual (PCA), nos termos do Decreto nº 10.947 /2022.

30. Benefícios a serem alcançados com a contratação

(X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. inciso X do art. 9º da IN SEGES/ME 58/2022)

(art. 15. A justificativa para contratação deverá conter, pelo menos:

(...)

IV - os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação. inciso IV do art. 15 da IN SGD/ME 94/2022)

1. Obter bens/serviços com especificações adequadas aos variados e rígidos requisitos demandados pela área de TI.
2. Adequar o ambiente para novas demandas de TI.
3. Proporcionar o suporte adequado às atividades técnicas e administrativas do Órgão.
4. Proporcionar o suporte adequado às atividades realizadas nas organizações militares apoiadas.
5. Melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo 4º CTA.
6. Assegurar a autenticidade, confiabilidade e integridade das informações providas pelos sistemas corporativos via portais intranet e internet.

31. Providências a serem Adotadas

*(XI - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, **necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores** ou de empregados para fiscalização e gestão contratual; inciso XI do art. 9º IN 58/2022)*

1. QUANTO AO ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DE CAPACITAÇÃO

- 1.1. Não se aplica

2. QUANTO À NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 2.1. Não há a necessidade de adequação do ambiente do 4º CTA para que a contratação surta seus efeitos.

3. QUANTO AO ACOMPANHAMENTO DOS RISCOS

- 3.1. O Mapa de Riscos deverá ser atualizado após a fase de Seleção do Fornecedor e após a ocorrência de eventos relevantes, durante a gestão do contrato.
- 3.2. As ações de tratamento dos riscos e de contingência não recairão necessariamente sobre a Equipe de Fiscalização do Contrato, responsável pelo contínuo gerenciamento dos riscos.

32. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELTON ASTUR KELLER

Integrante Requisitante

RAPHAEL PINTO DE SOUZA

Integrante Técnico

33. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

33.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara esta contratação.

O presente estudo preliminar evidencia que a forma de contratação que maximiza a probabilidade de alcance dos resultados pretendidos, minimiza os riscos pertinentes e observa os princípios da economicidade, eficácia e eficiência consiste na solução escolhida, desde que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos no termo de referência/projeto básico.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pontos Presenca.pdf (35.78 KB)

Anexo I - Pontos Presenca.pdf



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

Tabela A

Localização dos Pontos de Presença (PP) - LOCAL FIXO

Ord	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	Endereço	PP
1	4º B Av Ex	Manaus	AM	Estr. da Hospedaria s/n, Colônia Oliveira Machado	1
2	12º BSup (2ª Cia Sup)	Rio Preto da Eva	AM	Km 54 AM-010	1
3	BI 02 (CIGS)	Rio Preto da Eva	AM	Km 54 AM-010	1
4	Cmdo 2ª Bda Inf SI	São Gabriel Da Cachoeira	AM	Área Capitão Nobuo Oba, Cachoeirinha (Ponto 1)	1
5	Cmdo 2ª Bda Inf SI	São Gabriel Da Cachoeira	AM	Área Capitão Nobuo Oba, Cachoeirinha (Ponto 2)	1
6	21ª Cia E Cnst	São Gabriel Da Cachoeira	AM	Área Cap Nobuo Oba S/Nr Cachoeirinha	1
7	H Gu SGC	São Gabriel Da Cachoeira	AM	Rua Quintino De Sá Cavalcanti, 250 Dabaru	1
8	Cmdo Fron Solimões/8º BIS	Tabatinga	AM	Praca Colômbia, S/N Centro	1
9	H Gu Tbt	Tabatinga	AM	Av Da Amizade, S/N Centro	1
10	Cmdo 16ª Bda Inf SI	Tefé	AM	Estr. Do Aeroporto 4174, Tefé	1
11	3º BIS	Barcelos	AM	Av Frei Matias Boa Ventura S/N Mariuá	1
12	7º BECnst	Rio Branco	AC	BR 364	1
13	Cmdo 17ª Bda Inf SI	Porto Velho	RO	Rua Duque De Caxias, 935 Caiari	1
14	Cmdo 1ª Bda Inf SI	Boa Vista	RR	Avenida Marques De Pombal, S/N 13 de Setembro	1
15	1ª Cia Esp Fron/34º BIS	Clevelândia Do Norte	AP	Rua Lira Castro, s/n Clevelândia do Norte, Município de Oiapoque	1
16	DEF-Vila Brasil/34º BIS	Oiapoque	AP	Fronteira Brasil-Guiana Francesa, às margens do Rio Oiapoque	1
17	1º PEF- Tiriós/34º BIS	Tiriós	PA	Parque Nacional do Tumucumaque, distância de 10 km da fronteira com o Suriname	1
18	1º PEF/8º BIS	Palmeiras do Javari	AM	Palmeiras do Javari, às margens do rio Javari	1
19	2º PEF/8º BIS	Ipiranga	AM	Ipiranga, às margens do rio Içá	1
20	3º PEF/8º BIS	Vila Bittencourt	AM	Vila Bittencourt, às margens do rio Japurá	1
21	4º PEF/8º BIS	Estirão do Equador	AM	Estirão do Equador, às margens do rio Javari	1
22	1º PEF/5º BIS	Yauaretê	AM	Sediado em Yauaretê, distrito de São Gabriel da Cachoeira	1
23	2º PEF/5º BIS	Querari	AM	Sediado em Querari, distrito de São Gabriel da Cachoeira	1
24	3º PEF/5º BIS	São Joaquim	AM	sediado em São Joaquim, distrito de São Gabriel da Cachoeira.	1
25	4º PEF/5º BIS	Cucuí	AM	sede na cidade de Cucuí	1
26	5º PEF/5º BIS	Maturacá	AM	Sediado em Maturacá, distrito de São Gabriel da Cachoeira	1
27	6º PEF/5º BIS	Pari-Cachoeira	AM	sede em Pari-Cachoeira, distrito de São Gabriel da Cachoeira	1
28	7º PEF/5º BIS	Tunuí	AM	sede em Tunuí-Cachoeira, distrito de São Gabriel da Cachoeira	1
29	1º PEF/7º BIS	Bonfim	RR	sede em Bonfim	1

Ord	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	Endereço	PP
30	2º PEF/7º BIS	Normandia	RR	sede em Normandia	1
31	3º PEF/7º BIS	Pacaraima	RR	sede em Pacaraima	1
32	4º PEF/7º BIS	Surucucu	RR	sede em Surucucu	1
33	5º PEF/7º BIS	Auaris	RR	sede em Auaris	1
34	6º PEF/7º BIS	Uiramutã	RR	sede em Uiramutã	1
35	1ª CEF/4º BIS	Epitaciolândia	AC	sede em Epitaciolândia	1
36	2ª CEF/4º BIS	Assis Brasil	AC	sede em Assis Brasil	1
37	3º PEF/4º BIS	Plácido de Castro	AC	sede em Plácido de Castro	1
38	4º PEF/4º BIS	Santa Rosa do Purus	AC	sede em Santa Rosa do Purus	1
39	Dst/61º BIS	Marechal Thaumaturgo	AC	sede em Marechal Thaumaturgo	1
40	Dst/61º BIS	São Salvador	AC	sede em São Salvador	1
41	1º PEF/6º BIS	Príncipe da Beira	RO	sede em Príncipe da Beira	1
42	2º PEF / 4º BIS	Assis Brasil	AC	sede em Assis Brasil	1
43	61º BIS	Cruzeiro do Sul	RO	sede em Cruzeiro do Sul	1
44	CFRO / 6º BIS	Guajará-Mirim	RO	sede em Guajará-Mirim	1
45	Cmdo 17ª Bda Inf SI	Porto Velho	RO	sede em Porto Velho	1
46	H Gu PV / 12ª RM	Porto Velho	RO	sede em Porto Velho	1
47	1º PEF / 6º BIS	Príncipe da Beira	RO	sede em Príncipe da Beira	1
48	BI-02 CIGS	Rio Preto da Eva	AM	sede em Rio Preto da Eva	1
49	22º Pel PE	São Gabriel da Cachoeira	AM	sede em São Gabriel da Cachoeira	1
50	2º B Log SI	São Gabriel da Cachoeira	AM	sede em São Gabriel da Cachoeira	1
51	2º Pel Com SI	São Gabriel da Cachoeira	AM	sede em São Gabriel da Cachoeira	1
52	CFRN / 5º BIS	São Gabriel da Cachoeira	AM	sede em São Gabriel da Cachoeira	1
53	PEAD-CMM / CMA	São Gabriel da Cachoeira	AM	sede em São Gabriel da Cachoeira	1
54	PEAD-CMM / CMA	Tabatinga	AM	sede em Tabatinga	1
55	16ª Ba Log SI	Tefé	AM	sede em Tefé	1
56	16ª Pel Com SI	Tefé	AM	sede em Tefé	1
57	17º BIS	Tefé	AM	sede em Tefé	1
58	34º Pel PE	Tefé	AM	sede em Tefé	1
59	HTS	Tefé	AM	sede em Tefé	1

TOTAL	59
--------------	-----------

Tabela B

Localização dos Pontos de Presença (PP) - UTILIZAÇÃO ITINERANTE

Ord	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	Endereço
1	CECMA	Manaus	AM	3
2	CIGS	Manaus	AM	1
3	4º BAvEx	Manaus	AM	1
4	1º B Com GE SI	Manaus	AM	1
5	Nu 4º BIM	Manaus	AM	1

Ord	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	Endereço
6	3ª Cia FE	Manaus	AM	1
7	1º BIS (Amv)	Manaus	AM	1
8	54º BIS (Amv)	Humaitá	AM	1
9	2º Pel Com SI	São Gabriel da Cachoeira	AM	1
10	21ª Cia E Cnst / 2º Gpt E	São Gabriel da Cachoeira	AM	1
11	21ª Cia E Cnst / 2º Gpt E (BR 307)	São Gabriel da Cachoeira	AM	1
12	16ª Pel Com SI	Tefé	AM	1
13	6º BEC / 2º Gpt E / Dst Est Eq/AM	Estirão do Equador		1
14	1º Pel Com SI	Boa Vista	RR	1
15	6º BEC / 2º Gpt E / Dst BR-432/RR	Cantá	RR	1
16	6º BEC / 2º Gpt E / Dst BR-174/RR	Pacaraima	RR	1
17	17º Pel Com SI	Porto Velho	RO	1
18	5º BEC / 2º Gpt E / Dst Op JARU	Jaru	RO	1
19	7ºBEC / 2º Gpt E / Dst Pst Pou Dec	Santa Rosa do Purus	AC	1
20	7º BEC / 2º Gpt E Dst BR-317	Senador Guimard	AC	1
21	8º BEC /2º Gpt E/ Mód Flu Rondon	Santarém	PA	1
22	8º BEC / 2º Gpt E / Dst BR-156	Matapi	AP	1

TOTAL	24
-------	----

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
3/2024	FREDSON DE OLIVEIRA CECCON	29/02/2024 14:12
Objeto da Matriz de Riscos		
serviços de telecomunicações através de link de acesso à internet via satélite		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Definição do objeto	Falta de clareza pelo quanto às especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação	Planejamento	Administração	Extremo	
Impactos						
1	Desperdício de recurso público					
Ações Preventivas						
P-01	Definição dos critérios de qualidade a serem verificados			Responsável: RAPHAEL PINTO DE SOUZA		
Ações de Contingência						
C-01	Desclassificação da licitante com propostas em desconformidade com os critérios de qualidade definidos			Responsável: FREDSON DE OLIVEIRA CECCON		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Coleta insuficiente ou inadequada de preços	1) Imaturidade da Equipe de Planejamento de Contratação; 2) Pressão corporativa para conclusão do planejamento	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Estimativas de preços sem o devido embasamento					
2	Aceitação de preços acima da faixa de preços praticada no mercado (sobreprego)					
Ações Preventivas						
P-01	Consultar diversas fontes para obter os preços			Responsável: RAPHAEL PINTO DE SOUZA		
P-02	Elaborar memória de cálculo das estimativas de preço, isto é, os procedimentos adotados para se obter os preços coletados, bem como anexar as evidências das pesquisas, inclusive os ofícios do órgão solicitando as propostas de preços			Responsável: RAPHAEL PINTO DE SOUZA		
Ações de Contingência						
C-01	Revisão dos artefatos produzidos no planejamento das contratações por servidor sênior, de modo a verificar se os preços dos itens a contratar foram estimados adequadamente			Responsável: FREDSON DE OLIVEIRA CECCON		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Execução de contratações desalinhadas dos planos do escalão superior	Falha no alinhamento estratégico pela alta administração	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Não contribuir para o alcance dos objetivos do escalão superior					
2	Desperdício de recursos públicos					
Ações Preventivas						
P-01	Garantir o cumprimento dos planos do órgão			Responsável: RAPHAEL PINTO DE SOUZA		
Ações de Contingência						
C-01	Revisar o alinhamento das contratações em andamento			Responsável: FREDSON DE OLIVEIRA CECCON		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

RAPHAEL PINTO DE SOUZA

Integrante Técnico EPC

ELTON ASTUR KELLER

Integrante Requisitante EPC

FREDSON DE OLIVEIRA CECCON

Integrante Administrativo EPC

PESQUISA DE PREÇOS

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
13/2024	160016	Rascunho	FREDSON DE OLIVEIRA CECCON
Título: Internet via satélite			
Observações:			
Total de itens cotados: 2		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 99.900,0000	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26557 - Acesso a internet via satélite	MEGA BITS/SEGUNDO	12
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 4.085,8900	R\$ 4.149,0400	R\$ 4.162,5000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 1,1337%		
Desvio Padrão: 47,0397		
Maior Preço: R\$ 4.198,7300		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 4.198,7300	28/12/2023	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 1.315,0000	29/09/2023	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 896,0000	21/09/2023	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 585,0000	14/06/2023	Não
5	II	ATA SRP 045/2023 - Contratações Similares pela Administração Pública	12		R\$ 4.085,8900	23/02/2024	Sim
6	II	Defensoria Publica do Estado do Amapá - Contratações Similares pela Administração Pública	12		R\$ 4.162,5000	13/02/2024	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
26557 - Acesso a Internet Via Satélite	MEGA BITS/SEGUNDO	12

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 1,1337%
R\$ 4.085,8900	R\$ 4.149,0400	R\$ 4.162,5000	Desvio Padrão: 47,0397
			Maior Preço: R\$ 4.198,7300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 4.198,7300	28/12/2023	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 1.315,0000	29/09/2023	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 896,0000	21/09/2023	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 896,0000	21/09/2023	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	MEGA BITS/SEGUNDO	R\$ 585,0000	14/06/2023	Não
6	II	ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nr 45 /2023 - Contratações Similares pela Administração Pública	12		R\$ 4.085,8900	19/02/2024	Sim
7	II	Defensoria Pública do Estado do Amapá - Contratações Similares pela Administração Pública	12		R\$ 4.162,5000	13/02/2024	Sim

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Nota Técnica

"Art. 3º A pesquisa de preços **será materializada em documento** que conterá, no mínimo: (...)”IN SEGES/ME nº 65/2021

I - DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO

1. O objeto da contratação é o **acesso à internet via satélite**

II - IDENTIFICAÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA PESQUISA

1. A responsabilidade pela aplicação dos procedimentos administrativos para a realização da presente pesquisa de preços vai indicada ao final desta nota técnica, como signatário.

III - CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

1. Como fontes de preços, foram consultadas aquelas previstas nos parâmetros elencados no art. 5º da IN SEGES/ME nº 65 /2021, sempre que possível, de forma combinada.
2. Foram priorizados os parâmetros estabelecidos nos **incisos I (sistemas oficiais de governo) e II (contratações similares feitas pela Administração Pública)** do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021 e recorrido aos demais parâmetros, como secundários, sempre que necessários e disponíveis, a fim de tornar a pesquisa de preços mais ampla, por abranger as diversas

origens de dados possíveis para cada caso específico, uma vez que a utilização de uma menor quantidade de fontes pode não refletir a realidade dos preços praticados no mercado.

3. As fontes e os valores coletados estão explicitados no início do corpo deste Relatório de Pesquisa de Preços (itens cotados).
4. Os PARÂMETROS / FONTES DE CONSULTA efetivamente consultadas nesta pesquisa de preços são indicados no item a seguir.

IV - PARÂMETROS / FONTES DE CONSULTA

1. Os valores de referência apresentados neste relatório foram obtidos por meio de pesquisa ampla, detalhada, transparente e cuidadosa, de modo a configurar um juízo seguro de que os preços orçados estão compatíveis com os que são comumente praticados no mercado, sendo observada, inclusive, a utilização de forma combinada ou não dos seguintes parâmetros previstos no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021:

I - composição de **custos unitários menores ou iguais à mediana** do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, **como Painel de Preços** ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(X) UTILIZADA NESTA PESQUISA () NÃO UTILIZADA NESTA PESQUISA

II - **contratações similares feitas pela Administração Pública**, em execução ou concluídas no **período de 1 (um) ano anterior** à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

(X) UTILIZADA NESTA PESQUISA () NÃO UTILIZADA NESTA PESQUISA

III - dados de **pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência** formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de **sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**, desde que **atualizados** no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de **até 6 (seis) meses de antecedência** da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

() UTILIZADA NESTA PESQUISA (X) NÃO UTILIZADA NESTA PESQUISA

IV - **pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de **6 (seis) meses de antecedência** da data de divulgação do edital; ou

() UTILIZADA NESTA PESQUISA (X) NÃO UTILIZADA NESTA PESQUISA

V - **pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas**, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de **até 1 (um) ano anterior** à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

() UTILIZADA NESTA PESQUISA (X) NÃO UTILIZADA NESTA PESQUISA

V - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

1. As séries de preços coletados, incluindo os valores que posteriormente foram considerados inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, foram discriminadas no corpo deste Relatório de Pesquisa de Preços, e nos seus anexos TABELA DE EXCLUSÃO DE PREÇOS DISCREPANTES e MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS.
2. Os preços coletados que não correspondem ao **parâmetro I** (sistemas oficiais de governo) de que trata o art. 5º da IN SEGES /ME nº 65/2021, foram anexados a este Relatório para comprovação e facilitação de consultas posteriores.

VI - MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO

1. A metodologia utilizada para a definição do preço estimado utilizou as opções previstas no art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021, quais sejam, a **média**, a **mediana** ou o **menor dos valores** obtidos na pesquisa de preços, conforme o resultado do tratamento dos dados contido na **TABELA DE EXCLUSÃO DE PREÇOS DISCREPANTES** anexa.
2. O MENOR preço é recomendável quando, por motivo justificável, não for mais benéfico fazer uso da média ou da mediana.
3. Um critério estatisticamente aceitável para definir quando utilizar a MÉDIA ou a MEDIANA é o uso da medida de **dispersão** dos dados da amostra, denominada **coeficiente de variação**.
4. O **coeficiente de variação (dispersão)** representa a oscilação dos dados obtidos em relação à MÉDIA.
5. Quanto menor o coeficiente de variação (dispersão), mais homogêneos são os dados que compoem a amostra.
6. O coeficiente de variação (dispersão) é considerado **baixo** quando apresenta percentual igual ou inferior **a 25%**, sendo, nesse caso, **indicado o uso da MÉDIA** (a média é indicada quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos).
7. Ao contrário, se o coeficiente de variação for **superior a 25%**, o coeficiente indica a presença de valores extremos afetando a MÉDIA, o que recomenda, nesse caso, o uso da MEDIANA.
8. Para o cálculo do **coeficiente de variação (dispersão)** utilizou-se a **TABELA DE EXCLUSÃO DE PREÇOS DISCREPANTES** anexa, para cada item. Além disso, o **MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS**, também anexo, reapresenta a consolidação resumida da aplicação dessa mesma metodologia.
9. Foi observada uma **exceção** a este método estatístico quando os preços coletados correspondem **exclusivamente** ao parâmetro estabelecido no inciso I do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021 (sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde). Nesse caso, independentemente do resultado encontrado para o **coeficiente de variação (dispersão)**, a MÉDIA só pode ser usada se a composição de custos unitários forem menores ou iguais à MEDIANA do item pesquisado, nunca maior, conforme mandamento do inciso I do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

VII - JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA UTILIZADA, EM ESPECIAL PARA A DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES INCONSISTENTES, INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS

1. Para obtenção do resultado da pesquisa de preços, não foram considerados como aceitáveis os preços excessivamente elevados e os inexecutáveis, pois é indispensável avaliar, de forma crítica, os preços obtidos junto ao mercado, em especial quando há grande variação entre os valores obtidos.
2. Para a definição do valor estimado, com a devida desconsideração de valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados eventualmente coletados, foi utilizada como ferramenta a **TABELA DE EXCLUSÃO DE PREÇOS DISCREPANTES**, que automatiza o cálculo do coeficiente de variação (dispersão), da média e da mediana.
3. A TABELA calcula a relação entre cada um dos preços da amostra com a média dos demais valores da mesma amostra, a fim de sugerir a exclusão daqueles que mais se destoam dos demais preços levantados.
4. Como critério para exclusão ou manutenção de cada preço coletado, foram aceitos os preços incluídos no intervalo entre 70% e 130% em relação à média dos demais preços. Ou seja, se maior ou igual a 70% e menor ou igual a 130%, simultaneamente.
5. Ainda assim, foi considerado como estatisticamente aceitável que, eventual e excepcionalmente, valores ligeiramente fora dos limites pré-definidos (70% e 130%) pudessem compor o cálculo da média ou da mediana, conforme a avaliação criteriosa do responsável pela pesquisa, quando este julgue que a inclusão do valor específico contribuiria para a formação mais consistente do resultado calculado, do que se o mesmo fosse descartado.

VIII - MEMÓRIA DE CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO E DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

1. O cálculo do valor estimado encontra-se consolidado na **TABELA DE EXCLUSÃO DE PREÇOS DISCREPANTES** e no **MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS** anexos, incluindo a indicação explícita da metodologia aplicada para o cálculo do valor (média,

2. Os documentos que dão suporte ao cálculo do valor estimado encontram-se autuados e foram anexados a este Relatório para comprovação, exceto os preços coletados que correspondem ao **parâmetro I (sistemas oficiais de governo)** de que trata o art. 5º IN SEGES/ME nº 65/2021, por serem vinculados e estarem amplamente divulgados e disponíveis no Compras.gov.

IX - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES, NO CASO DA PESQUISA DIRETA

1. Apesar de terem sido priorizados os parâmetros estabelecidos nos **incisos I (sistemas oficiais de governo) e II (contratações similares feitas pela Administração Pública)**, como previsto no § 1º do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, outras fontes não foram descartadas.
2. No entanto, considerado o presente caso concreto, **NÃO foram coletados** preços por pesquisa direta **com fornecedores**, prevista no inciso IV do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

ANEXOS

Seguem anexos a este Relatório os demais documentos que compõe a pesquisa de preços:

- a. Tabela de Exclusão de Preços Discrepantes;
- b. Mapa Comparativo de Preços; e

FREDSON DE OLIVEIRA CECCON - ST
Responsável pela Pesquisa de Preços

Relatório emitido em 12/03/2024 16:17

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - TJ/AM/SECOP/COLIC

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 046/2023 – TJAM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº. 045/2023

Vinculada ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 046/2023

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de 2023, o Estado do Amazonas, por intermédio do **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**, situado à Av. André Araújo, s/nº, Aleixo – Manaus/AM, inscrito no CNPJ nº. 04.812.509/0001-90, neste ato representado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Excelentíssimo (a) Desembargador (a) **NÉLIA CAMINHA JORGE**, institui a **Ata de Registro de Preços (ARP) nº. 045/2023**, nos termos da Lei nº. 10.520/02; do Decreto nº. 3.555/00; do Decreto nº. 10.024/19; do Decreto nº. 7.892/13; da Lei Complementar Federal nº. 123/06; do Decreto do Estado do Amazonas nº. 28.182/08, no que couber; e da Lei nº. 8.666/93, decorrente da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 046/2023 – TJAM**, conforme **Processo Administrativo nº. 2023/000008927-00**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo as condições descritas no edital correspondente e seus anexos, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1 – Os preços, as quantidades e as especificações dos materiais registrados nesta Ata de Registro de Preços, bem como as respectivas empresas licitantes vencedoras – empresas registradas nesta ARP –, encontram-se indicados nas tabelas abaixo:

MEMÓRIA CÁLCULO:
CUSTO UNITÁRIO ANUAL: R\$ 49.030,73
CUSTO UNITÁRIO MENSAL: R\$ 4.085,89

GRUPO 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	QUANTIDADE MÍNIMA POR CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	Locação de pontos de Acesso a Internet Satélite de Baixa Órbita (LEO)	LOCAÇÃO MENSAL	50	61	R\$ 2.996,89
2	Instalação	SERVIÇO ÚNICO	50	61	R\$ 6.907,05
3	Monitoramento e Manutenção	LOCAÇÃO MENSAL	1	1	R\$ 6.161,00

EMPRESA: SENCINET BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: : 33.179.565/0001-37

TELEFONE: (19) 3515-4301

E-MAIL: licitacao@sencinet.com

ENDEREÇO: Rodovia Jornalista Francisco A Proença - s/n Km 9, 5 Bl Beta UN27 – Hortolândia/SP

Resultado por Fornecedor



defensoria publica do estado do amapa

Pregão Nº 00020/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

RESULTADO POR FORNECEDOR

33.179.565/0001-37 - SENCINET BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Acesso a internet via satélite	MEGA BITS/SEGUNDO	20	R\$ 2.496.079,2000	R\$ 49.950,0000	R\$ 999.000,0000

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de telecomunicações, para o fornecimento de link redundante de acesso à internet via satélite banda larga com uso da rede de satélites interconectados Starlink em órbita baixa (LEO), conhecida no mercado como "empresarial" ou "corporativa", franquia mínima de 2 TB, com pontos de velocidade mínima de 200 megabyte, upload 20megabyte e latência não superior a 100 (milissegundos), com locação dos equipamentos necessários à execução do serviço, suporte técnico e manutenção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em edital

Total do Fornecedor: R\$ 999.000,0000

Valor Global da Ata: R\$ 999.000,0000

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.



Voltar

MEMÓRIA CALCULO:
CUSTO UNITÁRIO ANUAL: R\$ 49.950,00
CUSTO UNITÁRIO MENSAL: R\$ 4.162,50

MÉTODO DE EXCLUSÃO DE PREÇOS DISCREPANTES BASEADO NO ART 48 DA LEI nº 8.666/93

Item 1

Ord	Preços Coletados	Média Demais Preços	% em Relação à Média dos Demais	Status	Decisão	Preços Válidos
1	4.198,73	2.208,88	190,08%	Outlier	Validar	4.198,73
2	1.315,00	2.785,62	47,21%	Outlier	Excluir	-
3	896,00	2.869,42	31,23%	Outlier	Excluir	-
4	585,00	2.931,62	19,95%	Outlier	Excluir	-
5	4.085,89	2.231,45	183,11%	Outlier	Validar	4.085,89
6	4.162,50	2.216,12	187,83%	Outlier	Validar	4.162,50
7		-	-	-		-
8		-	-	-		-
9		-	-	-		-
10		-	-	-		-

Critério para exclusão em relação à média dos demais preços: < 70% ou > 130%

Preços Válidos	Desvio Padrão: R\$ 57,61	Recomendação: usar a MÉDIA dos preços válidos (CV <= 25% usar média; CV > 25% usar mediana)	Coeficiente de Variação (CV): 1,39%
	Média: R\$ 4.149,04		
	Mediana: R\$ 4.162,50		

Item 2

Ord	Preços Coletados	Média Demais Preços	% em Relação à Média dos Demais	Status	Decisão	Preços Válidos
1	4.198,73	2.208,88	190,08%	Outlier	Validar	4.198,73
2	1.315,00	2.785,62	47,21%	Outlier	Excluir	-
3	896,00	2.869,42	31,23%	Outlier	Excluir	-
4	585,00	2.931,62	19,95%	Outlier	Excluir	-
5	4.085,89	2.231,45	183,11%	Outlier	Validar	4.085,89
6	4.162,50	2.216,12	187,83%	Outlier	Validar	4.162,50
7		-	-	-		-
8		-	-	-		-
9		-	-	-		-
10		-	-	-		-

Critério para exclusão em relação à média dos demais preços: < 70% ou > 130%

Preços Válidos	Desvio Padrão: R\$ 57,61	Recomendação: usar a MÉDIA dos preços válidos (CV <= 25% usar média; CV > 25% usar mediana)	Coeficiente de Variação (CV): 1,39%
	Média: R\$ 4.149,04		
	Mediana: R\$ 4.162,50		

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA
(Centro de Processamento de Dados nº 5/1978)

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

1. Os valores de referência apresentados no presente foram oriundos de cotação ampla, detalhada, transparente, cuidadosa, de modo a se configurar um juízo seguro de que os preços orçados estão compatíveis com os que são praticados comumente no mercado, sendo observados, inclusive, a utilização de forma combinada ou não dos parâmetros, atento ainda as prioridades elencadas na Instrução Normativa nº 73-SGD/ME, de 5 de agosto de 2020, abaixo destacada:

“Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldepregos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput. " IN nº 73-SGD/ME, de 2020.

2. Diante do exposto, a pesquisa de preços obteve o seguinte resultado:

Item	Descrição/Especificação	Unid	Qnt Total	Fonte 1	Fonte 2	Fonte 3	Fonte 4	Fonte 5	Fonte 6	Critério Aplicado	Valor Estimado	Valor Total (R\$)
				V. Unit	V. Unit	V. Unit	V. Unit	V. Unit	V. Unit			
1	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATELITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO EM LOCAL FIXO)	Mens	768	4.198,73	4.085,89	4.162,50				Média	4.149,04	3.186.462,72
2	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATELITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO ITINERANTE)	Mens	372	4.198,73	4.085,89	4.162,50				Média	4.149,04	1.543.442,88
TOTAL ESTIMADO (R\$)												4.729.905,60

Fontes 01 a 02: Painel de Preços, conforme o Relatório de Pesquisa de Preços
Fonte 02: Aquisição/contratação similar de outros entes públicos, conforme o Relatório de Pesquisa de Preços

Manaus-AM,

FREDSON DE OLIVEIRA CECCON – ST
Responsável pela Pesquisa de Preços

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA
(Centro de Processamento de Dados nº 5/1978)

ORÇAMENTO DETALHADO DA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS

ITEM 1				
Ord	Descrição	Percentual Sobre "A"	Percentual Sobre "E"	Valor (R\$)
A	Custos Diretos (materiais, ferramentas, Eqp, mão-de-obra, Sv)	-	73,08%	3.032,12
B	Despesas Indiretas (financeiras, administrativas, sociais, trabalhistas, previdenciários, etc)	15,00%	10,96%	454,73
C	Lucro	10,00%	7,31%	303,29
D	Tributos (ISS, PIS, COFINS, outros)	-	8,65%	358,89
E	Total	-	100,00%	4.149,04

ITEM 2				
Ord	Descrição	Percentual Sobre "A"	Percentual Sobre "E"	Valor (R\$)
A	Custos Diretos (materiais, ferramentas, Eqp, mão-de-obra, Sv)	-	73,08%	3.032,12
B	Despesas Indiretas (financeiras, administrativas, sociais, trabalhistas, previdenciários, etc)	15,00%	10,96%	454,73
C	Lucro	10,00%	7,31%	303,29
D	Tributos (ISS, PIS, COFINS, outros)	-	8,65%	358,89
E	Total	-	100,00%	4.149,04

DOCUMENTOS DA
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Resumo da IRP

Órgão da UASG

UASG Gerenciadora

Nº da IRP

52121 - COMANDO DO EXERCITO

160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AM

160016 - 00004/2024

Lei

Modalidade da Compra

Critério de Julgamento

Lei nº 14.133/2021

Pregão Eletrônico

Menor Preço/Maior Desconto

Data Provável da Licitação

Prazo Estimado de Validade da Ata

Compra Nacional

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

12/04/2024

12

Não

Não

Gestor de Compras

Gestor de Compras Responsável

Nome

CPF

FREDSON DE OLIVEIRA CECCON

513.364.052-87

DDD/Telefone

DDD/Fax

E-mail

92

36591074

slc@4cta.eb.mil.br

Gestor de Compras Substituto

Nome

CPF

DDD/Telefone

DDD/Fax

E-mail

UASG Gerenciadora

UASG Gerenciadora

Órgão da UASG

160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZON

52121 - COMANDO DO EXERCITO

Logradouro

Número

Complemento

AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 4.715, PONTA NEGRA

Bairro

Município

CEP

Manaus/AM

69037000

Itens da IRP

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
1	Serviço	26565- Assinatura do serviço de link via satélite	UNIDADE	Menor Preço	3.958,2100	160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM	Manaus/AM	708
2	Serviço	26565- Assinatura do serviço de link via satélite	UNIDADE	Menor Preço	3.958,2100	160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM	Manaus/AM	288

2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Adicional

Observação

https://www2.comprasnet.gov.br/siasgnet-irp/resumoIRP.do?method=iniciar&irp.codigoIrp=556696

1/2

Anexo(s)	
Arquivo	Anexado em
MINUTA TR PE 01 2024 tr servicos tic lei 14-133 v-maio23(3).pdf	26/02/2024
Especificações Técnicas.pdf	26/02/2024
02 ETP5 2024 Internet Satelital assinado assinado assinado.pdf	26/02/2024
<div>Fechar</div>	



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais



Gestor de Compras

IRP

Manifestar Interesse

Analisar IRP

Quadro de IRP



Ambiente: **PRODUÇÃO**

Quadro de IRP - Detalhes do Item da IRP

29/02/2024 15:31:44

Órgão da UASG

52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Gerenciadora

160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/Al

Nº da IRP

160016 - 00004/2024

Situação da IRP

Aberta

Gestor de Compras Responsável

FREDSON DE OLIVEIRA CECCON

Data Provável da Licitação

12/04/2024

Objeto

Contratação de serviços de acesso à Internet via satélite.

Eventos da IRP

Nenhum registro a ser exibido.

Alterações de Fase da IRP

Fase	Data/Hora do Registro	Alterado Por
Edição	19/02/2024 - 16:53	FREDSON DE OLIVEIRA CECCON
Aberta	26/02/2024 - 16:36	FREDSON DE OLIVEIRA CECCON

Manifestações de Interesse da IRP


Nenhum registro a ser exibido.

Itens da IRP

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Data Limite para Envio de Proposta	Situação
1	Serviço	26565-Assinatura do serviço de link via satélite	11/03/2024	Aberto
2	Serviço	26565-Assinatura do serviço de link via satélite	11/03/2024	Aberto


2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Resumo da IRP



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

Intenção de Registro de Preço
IRP




Gestor de Compras

IRP

Manifestar Interesse

Analisar IRP

Quadro de IRP



Ambiente: **PRODUÇÃO**

Quadro de IRP - Detalhes do Item da IRP

12/03/2024 09:17:45

Órgão da UASG

UASG Gerenciadora

52121 - COMANDO DO EXERCITO

160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AI

Nº da IRP

Situação da IRP

Gestor de Compras Responsável

160016 - 00004/2024

Análise/Negociação

FREDSON DE OLIVEIRA CECCON

Data Provável da Licitação

12/04/2024

Objeto

Contratação de serviços de acesso à Internet via satélite.

Eventos da IRP

Nenhum registro a ser exibido.

Alterações de Fase da IRP

Fase	Data/Hora do Registro	Alterado Por
Edição	19/02/2024 - 16:53	FREDSON DE OLIVEIRA CECCON
Aberta	26/02/2024 - 16:36	FREDSON DE OLIVEIRA CECCON
Análise/Negociação	12/03/2024 - 01:00	SISTEMA

Manifestações de Interesse da IRP

Órgão da UASG	UASG	Gestor de Compras Interessado	Município/UF	Ações
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160161 - 2 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA	LUCAS LOPES DO NASCIMENTO	Belém/PA	Visualizar Resumo
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160105 - 24º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA	BRENO GABRIEL PASSINHO ITHAMAR	São Luís/MA	Visualizar Resumo
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160012 - CENTRO DE INSTRUCAO DE GUERRA NA SELVA/MEX/AM	EVELYN RODRIGUES DE SOUZA	Manaus/AM	Visualizar Resumo
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160518 - BASE DE AVIACAO DE TAUBATE	WALDOMIRO DOS PASSOS DA SILVA	Taubaté/SP	Visualizar Resumo
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160530 - BASE DE ADM. E APOIO DO COMANDO MILITAR OESTE	SUZZY DE SOUZA CAMARGO	Campo Grande/MS	Visualizar Resumo
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	ALEX CALLEGARO FURTADO	SANTAREM/PA	Visualizar Resumo


6 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Itens da IRP

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Data Limite para Envio de Proposta	Situação
1	Serviço	26565-Assinatura do serviço de link via satélite	11/03/2024	Não Analisado
2	Serviço	26565-Assinatura do serviço de link via satélite	11/03/2024	Não Analisado

2 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Resumo da IRP

Solução 



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO NORTE
2º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA

TERMO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE PARTICIPAR DO
65486.000580/2024-51
REGISTRO DE PREÇOS

ORGÃO GERENCIADOR: COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM.

UASG: 160016

IRP: 04/2024

UGP: 160161

1. Considerando a definição de órgão participante como “órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços”;

2. Considerando as COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE, nos termos do DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013, abaixo transcrito:

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§ 1º Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 2º No caso de compra nacional, o órgão gerenciador promoverá a

divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal.

§ 4º Os entes federados participantes de compra nacional poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços de compra nacional.

§ 5º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º.

§ 6º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novas localidades para entrega do bem ou execução do serviço, o órgão participante responsável pela demanda elaborará, ressalvada a hipótese prevista no § 2º, pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais ou regionais.

3. Considerando que foi registrada no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de senha pessoal do gestor de compras da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) da UASG INTERESSADA, a manifestação de interesse em participar do registro de preços, sendo registrada na IRP do órgão gerenciador a estimativa de consumo, o local de entrega e demais elementos considerados pertinentes, cumprindo assim na íntegra o art. 6º do Decreto nº 7.892/2013;

4. Considerando que o Termo de Referência da UASG Gerenciadora atende as necessidades desta Organização Militar;

5. Considerando que esta requisição objetiva a prover a comunicação de dados em Unidades Militares do Exército Brasileiro que integram o Comando Militar da Amazônia e suas respectivas OM (Organização Militar), no estabelecimento de Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante) servindo de apoio de Comando e Controle nas operações desta OM.

6. Considerando que este Comando recebe provisões orçamentárias com periodicidade e escopo variados, do Comando do Exército e de suas Diretorias, para cumprimento de operações militares (de características e durações não determináveis, inclusive por questão de segurança da própria operação), torna-se difícil a exata definição do quantitativo a ser adquirido pela Administração, conforme preconiza o art. 3º inciso IV do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. No entanto, o quantitativo foi dimensionado levando-se em consideração o Histórico

de aquisições anteriores, demandas reprimidas e demandas futuras que podem ocorrer imprevisivelmente durante a vigência desta ata.

7. Considerando que a presente aquisição através do SRP tem por intuito suprir as necessidades desta OM e, ainda, a redução de custos e otimização de processos, permite que mediante realização de poucas licitações anuais, sejam adquiridos os materiais para atender todas as necessidades. Este Ordenador de Despesas entende que a adesão justifica-se pelo atendimento ao princípio da economicidade e o interesse da Administração Pública, do Nu 2º B Com GE SI, vinculado administrativamente ao 2º Batalhão de Infantaria de Selva, bem como seus objetivos.

DECIDO:

a) participar da IRP nº 04/2024 da UG: 160016 – COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM, na condição de UG participante, que tem como objeto o registro de preços para Contratação de Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante), **conforme especificações e quantitativos contidos neste termo**, com a finalidade de atender as necessidades da UGG e demais UASG participantes, com quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

b) nos termos do art. 3º, I da Lei nº 10.520/2002 e art. 30, I do Decreto nº 5.450/2005, ratifico a justificativa do requisitante de minha Organização Militar quanto à necessidade do objeto, autorizando o lançamento das necessidades nos termos do art. 6 do Decreto nº 7.892/2013.

7. Endereço de fornecimento:

– 2º Batalhão de Infantaria de Selva – Av. Alm. Barroso, nº4421 – Souza, Belém – PA, 66613-710, Belém – PA.

DEMONSTRATIVO DE NECESSIDADES

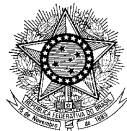
Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	Pontos de Pres (PP)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	Qtd Total (12 X PP)	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
02	Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante)	Mensalidade	4	3.958,21	(4x12) = 48	189.658,08
VALOR TOTAL ESTIMATIVO (R\$)						189.658,08

Belém – PA, 07 de março de 2024.

MARCELO VIEIRA **XAVIER** – Ten Cel
Comandante do Nu 2º B Com GE SI

De Acordo:

RODRIGO CÉSAR DE OLIVEIRA RIBEIRO - Cel
Ordenador de Despesas do 2º BIS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(5º Batalhão de Engenharia/1908)
BATALHÃO RONDON**

TERMO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE PARTICIPAR DO

65486.000580/2024-51

REGISTRO DE PREÇOS

ORGÃO GERENCIADOR: COMANDO DO COMANDO MILITAR DA
AMAZONIA/MEX/AM.

UASG: 160016

IRP: 04/2024

UGP: 160171

1. Considerando a definição de órgão participante como “órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços”;

2. Considerando as COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE, nos termos do DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013, abaixo transcrito:

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§ 1º Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações,

informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 2º No caso de compra nacional, o órgão gerenciador promoverá a divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal.

§ 4º Os entes federados participantes de compra nacional poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços de compra nacional.

§ 5º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º.

§ 6º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novas localidades para entrega do bem ou execução do serviço, o órgão participante responsável pela demanda elaborará, ressalvada a hipótese prevista no § 2º, pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais ou regionais.

3. Considerando que foi registrada no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de senha pessoal do gestor de compras da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) da UASG INTERESSADA, a manifestação de interesse em participar do registro de preços, sendo registrada na IRP do órgão gerenciador a estimativa de consumo, o local de entrega e demais elementos considerados pertinentes, cumprindo assim na íntegra o art. 6º do Decreto nº 7.892/2013;

4. Considerando que o Termo de Referência da UASG Gerenciadora atende as necessidades desta Organização Militar;

5. Considerando que esta requisição objetiva a prover a comunicação de dados em Unidades Militares do Exército Brasileiro que integram o Comando Militar da Amazônia e suas respectivas OM (Organização Militar), no estabelecimento de Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante) servindo de apoio de Comando e Controle nas operações desta OM.

6. Considerando que este Comando recebe provisões orçamentárias com periodicidade e escopo variados, do Comando do Exército e de suas Diretorias, para cumprimento de operações militares (de características e durações não determináveis, inclusive por questão de segurança da própria operação), torna-se difícil a exata definição do quantitativo a ser adquirido pela Administração, conforme preconiza o art. 3º inciso IV do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. No entanto, o quantitativo foi dimensionado levando-se em consideração o Histórico

de aquisições anteriores, demandas reprimidas e demandas futuras que podem ocorrer imprevisivelmente durante a vigência desta ata.

7. Considerando que a presente aquisição através do SRP tem por intuito suprir as necessidades desta OM e, ainda, a redução de custos e otimização de processos, permite que mediante realização de poucas licitações anuais, sejam adquiridos os materiais para atender todas as necessidades. Este Ordenador de Despesas entende que a adesão justifica-se pelo atendimento ao princípio da economicidade e o interesse da Administração Pública, do Nu 2º B Com GE SI, vinculado administrativamente ao 2º Batalhão de Infantaria de Selva, bem como seus objetivos.

DECIDO:

a) participar da IRP nº 04/2024 da UG: 160016 – COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM, na condição de UG participante, que tem como objeto o registro de preços para Contratação de Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante), conforme especificações e quantitativos contidos neste termo, com a finalidade de atender as necessidades da UGG e demais UASG participantes, com quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

b) nos termos do art. 3º, I da Lei nº 10.520/2002 e art. 30, I do Decreto nº 5.450/2005, ratifico a justificativa do requisitante de minha Organização Militar quanto à necessidade do objeto, autorizando o lançamento das necessidades nos termos do art. 6 do Decreto nº 7.892/2013.

7. Endereço de fornecimento:

– 2º Batalhão de Infantaria de Selva – Av. Alm. Barroso, nº4421 – Souza, Belém – PA, 66613-710, Belém – PA.

DEMONSTRATIVO DE NECESSIDADES

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	Pontos de Pres (PP)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	Qtd Total (12 X PP)	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização fixa)	Mensalidade	1	3.958,21	(1x12) = 12	47.498,52

02	Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante)	Mensalidade	3	3.958,21	(3x12) = 36	142.495,56
VALOR TOTAL ESTIMATIVO (R\$)						189.994,08

Santarém – PA, 11 de março de 2024.

FRANCISCO MACHADO PARENTE NETO – Ten Cel
Comandante do 8º Batalhão de Engenharia de Construção

Estudo Técnico Preliminar 40/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 65486.000580/2024-51

2. Descrição da necessidade

Trata o presente estudo da Eventual Contratação Contratação de Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante) para o 8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, através de participação na IRP nº 04/2024- UG:160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM. As demandas por contratação do serviço em questão tem a finalidade de atender esta Unidade Militar em seus destacamentos de obras destacadas em Matapi/Macapá-AP. Do exposto, justifica-se a contratação do serviço de comunicação via satélite desta formalização, no intuito de disponibilizar o acesso aos sistemas e comunicação daquele destacamento com a sede.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Informática do 8º Batalhão de Engenharia de Construção	CAIO FELIPE PEDRON - Cap

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Trata-se de registro de preços para a Contratação Contratação de Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante);
- 4.2. De acordo com o parágrafo único do artigo 1º da Lei 10.520, de 2002, a natureza do objeto a ser contratado é comum, cujos padrões de qualidade estarão objetivamente definidos no Termo de Referência da unidade Gestora (UG:160016, COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM;
- 4.3. O Fornecimento deverá ser realizado no endereço: Rod. Santarém-Cuiabá, 7311-7367 - Santarém, PA, 68129-000;
- 4.4. Os requisitos mínimos dos equipamentos, de materiais e serviços são determinados pelas especificações indicadas nos Projetos e Termo de Referência da Unidade Gerenciadora;

5. Levantamento de Mercado

No mercado existe a solução proposta que é considerada viável, além de ser fornecida por um número de fornecedores que garante a participação de empresas e consequentemente a concorrência. Quanto à definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais, a pesquisa de preços foi realizada pela UG:160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM.

6. Descrição da solução como um todo

A Contratação Contratação de Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante) pelo sistema de registro de preços visando Acesso à Internet com alta disponibilidade e confiabilidade e Aplicar melhorias e o aperfeiçoamento contínuo, pois as tecnologias permitem esse avanço, com foco na transformação digital.

No mercado existe a solução proposta e viável, conforme estabelecido na MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO IRP nº 04/2024- UG: 160016

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	Pontos de Pres (PP)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	Qtd Total (12 X PP)	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização fixa)	Mensalidade	1	3.958,21	(1x12) = 12	47.498,52
2	Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante)	Mensalidade	3	3.958,21	(3x12) = 36	142.495,56
VALOR TOTAL ESTIMATIVO (R\$)						189.994,08

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 189.994,08

Conforme Estabelecido na MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO IRP nº 04 /2024- UG: 160016, constando o valor estimativo de R\$ 189.658,08

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em razão das características do serviço não serão admitidos parcelamento da solução em discussão

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Contratação desse serviço é observado de acordo com as necessidades de demanda e conforme estabelecido no OEO 1 e OEO 5 do Plano de Gestão desta OM disponibilizando acesso a internet satelital como meio de comando e controle ao 8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO e destacamento.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Dar continuidade nas obras do destacamento Mapati do 8º BATALHÃO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO e aprimoramento da área de TI;

12.2. Aplicar melhorias e o aperfeiçoamento contínuo, pois as tecnologias permitem esse avanço, com foco na transformação digital;

12.3. Melhoria na qualidade dos serviços de apoio prestados pela OM;

12.4. Acesso à Internet com alta disponibilidade e confiabilidade, em locais desprovidos de acesso a meios de comunicações tanto no destacamento Matapi quanto futuros destacamentos;

12.5. Permitir o alcance aos diversos serviços/sistemas disponíveis na WEB, tais como SPED, videoconferências, Sisbol, entre outros

13. Providências a serem Adotadas

O Chefe da Seção de Informática do 8º BEC junto da Equipe de Planejamento deverá viabilizar as ações planejadas para acompanhamento do fornecimento dos serviços de Internet Via Satélite de forma satisfatórias, observando, a qualidade dos produtos e a garantia.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impactos ambientais consequentes da contratação do serviço, exceto aqueles cuidados necessários no descarte dos materiais de entulho, que deverão ser feitos em locais apropriados, destinados a cada tipo resíduo, de acordo com as normas pertinentes

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Atualmente a 8ª RM possuiu um contrato de 04 (quatro) serviços satelitais contratados para as Organizações Militares de Comunicações do Comando Militar do Norte, com ao valor total de 360.000,00. Existe a intenção de prorrogação do referido contrato por intermédio de aporte financeiro, se o atual processo licitatório for economicamente mais vantajoso, o recurso será empregado para a contratação dos serviços ofertados por esta licitação, pois tecnicamente é mais vantajosa a atual proposta do que a contratada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAIO FELIPE PEDRON

Responsável pelo Planejamento

LUIZ WENDEL SILVA DOS SANTOS

Responsável pela fiscalização

JERDDESON NOBRE BATISTA

Membro da comissão de contratação

Estudo Técnico Preliminar 18/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 65486.000580/2024-51

2. Descrição da necessidade

Trata o presente estudo da Eventual Contratação Contratação de Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante) para o Núcleo 2º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva, através de participação na IRP nº 04/2024- UG:160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM. As demandas por contratação do serviço em questão tem a finalidade de atender O Núcleo do 2º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva no Apoio de Comando e Controle ao Comando Militar do Norte nas operações na faixa de fronteira da amazônia oriental. Do exposto, justifica-se a contratação do serviço de comunicação via satélite desta formalização, no intuito de disponibilizar o acesso aos sistema de consciência situacional ao Comandante Militar do Norte.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Nu 2º B Com GE SI	MARCELO VIEIRA XAVIER - Ten Cel

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Trata-se de registro de preços para a Contratação Contratação de Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante);
- 4.2. De acordo com o parágrafo único do artigo 1º da Lei 10.520, de 2002, a natureza do objeto a ser contratado é comum, cujos padrões de qualidade estarão objetivamente definidos no Termo de Referência da unidade Gestora (UG:160016, COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM;
- 4.3. O Fornecimento deverá ser realizado no endereço: Av. Alm. Barroso, nº4421 - Souza, Belém - PA, 66613-71;
- 4.4. Os requisitos mínimos dos equipamentos, de materiais e serviços são determinados pelas especificações indicadas nos Projetos e Termo de Referência da Unidade Gerenciadora;

5. Levantamento de Mercado

No mercado existe a solução proposta que é considerada viável, além de ser fornecida por um número de fornecedores que garante a participação de empresas e consequentemente a concorrência. Quanto à definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais, a pesquisa de preços foi realizada pela UG:160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM.

6. Descrição da solução como um todo

A Contratação Contratação de Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante) pelo sistema de registro de preços visando Acesso à Internet com alta disponibilidade e confiabilidade e Aplicar melhorias e o aperfeiçoamento contínuo, pois as tecnologias permitem esse avanço, com foco na transformação digital. No mercado existe a solução proposta e viável, conforme estabelecido na MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO IRP nº 04/2024-UG: 160016

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Nº ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	Pontos de Pres (PP)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	Qtd Total (12 X PP)	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
02	Serviços de Comunicação Via Satélite de órbita baixa (leo), com uso da rede de satélites (utilização itinerante)	Mensalidade	4	3.958,21	(4x12) = 48	189.658,08
VALOR TOTAL ESTIMATIVO (R\$)						189.658,08

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 189.658,08

Conforme Estabelecido na MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO IRP nº 04 /2024- UG: 160016, constando o valor estimativo de R\$ 189.658,08

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em razão das características do serviço não serão admitidos parcelamento da solução em discussão.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Contratação desse serviço é observado de acordo com as necessidades de demanda e conforme estabelecido no OEO 1 e OEO 5 do Plano de Gestão desta OM disponibilizando acesso a internet satelital como meio de comando e controle ao Nu 2º B Com GE SI em operações.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Dar continuidade no projeto de implantação do Batalhão e aprimoramento da área de TI;

12.2. Aplicar melhorias e o aperfeiçoamento contínuo, pois as tecnologias permitem esse avanço, com foco na transformação digital;

12.3. Melhoria na qualidade dos serviços de apoio prestados pelas Companhia operacionais da OM;

12.4. Acesso à Internet com alta disponibilidade e confiabilidade, em locais desprovidos de acesso a meios de comunicações na faixa de fronteira norte da amazonia oriental;

12.5. Permitir o alcance aos diversos serviços/sistemas disponíveis na WEB, tais como C2 em Combate, Pacificador, realização de videoconferências, dentre outros.

13. Providências a serem Adotadas

O Chefe da STI do Nu 2º B Com GE SI junto da Equipe de Planejamento deverá viabilizar as ações planejadas para acompanhamento do fornecimento dos serviços de Internet Via Satélite de forma satisfatórias, observando, a qualidade dos produtos e a garantia.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impactos ambientais consequentes da contratação do serviço, exceto aqueles cuidados necessários no descarte dos materiais de entulho, que deverão ser feitos em locais apropriados, destinados a cada tipo resíduo, de acordo com as normas pertinentes

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Atualmente a 8ª RM possuiu um contrato de 04 (quatro) serviços satelitais contratados para as Organizações Militares de Comunicações do Comando Militar do Norte, com o valor aproximado de R\$ 360.000,00. Existe a intenção de prorrogação do referido contrato por intermédio de aporte financeiro, se o atual processo licitatório for economicamente mais vantajoso, o recurso será empregado para a contratação dos serviços ofertados por esta licitação, pois tecnicamente é mais vantajosa a atual proposta do que a contratada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: MARCELO VIEIRA XAVIER - Comandante do Núcleo do 2º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva

MARCELO VIEIRA XAVIER

Chefe da Equipe de Planejamento

Despacho: RODRIGO CÉSAR DE OLIVEIRA RIBEIRO - Cel Ordenador de Despesas do 2º BIS

RODRIGO CESAR DE OLIVEIRA RIBEIRO

Autoridade competente

PROTOCOLO NUP

64076.002304/2024-96



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
24º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(9º Batalhão de Caçadores / 1839)
BATALHÃO BARÃO DE CAXIAS

ASSUNTO:

IRP nº

04-2024 (UASG 160016)

SALC - 2024

UGG: 4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE AREA (4º CTA)

UGP: 24º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

ASSUNTO: Pregão Eletrônico SRP para contratação do serviço de internet via Starlink

ANEXO: 01 (um) Processo Licitatório

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							

A possibilidade da aquisição do serviço de internet via Starlink, é de suma importância para atender as demandas das missões operacionais que este Batalhão executa diariamente. A presente aquisição melhorará as condições de comunicação entre as tropas durante as missões. Pois a comunicação entre as equipes envolvidas deve ser feita de maneira mais eficiente e eficaz possível; e esta quando entendida de forma clara e coesa entre os militares da operação, se torna crucial para se alcançar o cumprimento de missões e responsabilidades desse Batalhão.

Cabe avultar que é necessária a aquisição do serviço para se ter condições de se realizar de forma efetiva, de melhor qualidade e com segurança os diversos tipos de trabalho nos quais serão utilizados, tais necessidades compreendem o desenvolvimento de missões alinhadas com ordens do escalão superior como o histórico desta OM nos diversos apoios logísticos, sociais, institucionais como também nas missões regulares operacionais do batalhão, sendo um ponto decisório e certo a seguinte aquisição para atender as necessidades do 24º Batalhão de Infantaria de Selva no tocante à comunicação entre as equipes que estarão em missão operacional.

Assim sendo, torna-se necessário a aquisição do serviço Starlink, quanto na eficiência e facilidade da comunicação entre as equipes operacionais para que propiciem o cumprimento das necessidades e continuação operativa das missões deste Batalhão. E desta forma a aquisição está alinhada com o Planejamento Estratégico do 24º Batalhão de Infantaria de Selva, visando atender as demandas operacionais, administrativas e institucionais da unidade. Este serviço facilitará a comunicação e proporcionará maior eficiência e flexibilidade nas operações, resultando em um aumento na capacidade de resposta do Batalhão diante de diferentes situações que o Batalhão executa diariamente. Portanto, essa aquisição é essencial para garantir o pleno funcionamento e sucesso das atividades do Batalhão, contribuindo para sua missão de defesa e segurança na região de selva.

Dessa forma, verifica-se o alinhamento da aquisição com os seguintes objetivos estratégicos desta OM: Objetivo 03 – Aumentar a eficiência na gestão do Bem Público e Objetivo 04 – Aperfeiçoar os processos logísticos do 24º BIS.

Conclui-se, então, que é de vital importância e de matéria essencial para a continuidade das atividades operacionais e funcionais desta organização militar.

Pelo exposto, justifica-se a necessidade da aquisição em pauta.

2. Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada

Item	CATSER	Benef ME/EPP	Prf Contr	Descrição/Especificação	Unid Forneç	Postos de Pres (PP)	Qtd Total (12 X PP)	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1	26565	-	-	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO EM LOCAL FIXO) Descrição: Plano de Dados conhecida no mercado como "empresarial" ou "corporativa", Plano de 12 meses, franquia mínima de 2 TB, velocidade mínima de 80 Mbps, upload 20 Mbps e latência não superior a 120 (milissegundos), com FORNECIMENTO dos equipamentos necessários à execução do serviço, suporte técnico e manutenção. Veja demais características no Apêndice II - Especificações Técnicas	Mensalidade	1	12 (12X1)	3.958,21	47.498,52

2	26565	-	-	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO ITINERANTE) Descrição: Plano de Dados conhecida no mercado como "empresarial" ou "corporativa", Plano de 12 meses, franquia mínima de 1 TB, velocidade mínima de 80 Mbps, upload 20 Mbps e latência não superior a 120 (milissegundos), com FORNECIMENTO dos equipamentos necessários à execução do serviço, suporte técnico e manutenção. Veja demais características no Apêndice II - Especificações Técnicas	Mensalidade	2	24 (12X2)	3.958,21	94.997,04
---	-------	---	---	---	-------------	---	--------------	----------	-----------

3. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual e/ ou Nota de Empenho

Conforme data de início da vigência do pregão da OM gestora.

4. Créditos Orçamentários

4.1 Nota de Movimentação de Crédito: Será Aplicado quando do recebimento do crédito.

4.1.1 Valor estimado da contratação: **RS 142.495,56 (Cento e quarenta e dois mil e quatrocentos e noventa e cinco e cinquenta e seis centavos.)**

4.1.2 Valor estimado custeio: Não se aplica.

4.1.3 Valor estimado investimento: Não se aplica.

4.1.4 Plano de Trabalho Resumido (PTRES): Não se aplica.

5. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento

Fiscal Técnico, titular e substituto:

Titular - Asp NAYDSON

Substituto - Sgt NELSON

Equipe de Planejamento, titular e substituto:

Maj MARCUS VINICIUS, 1º Ten ITHAMAR, 2º Ten LUCAS MENDES, Asp NAYDOSN e 3º Sgt NELSON

Integrante da Setorial, titular e substituto T - Não é o caso.

Titular - Não é o caso.

Substituto - Não é o caso.

Gestor do Contrato, titular e substituto:


Titular - Cap FIUZA

Substituto - Cap Gabriel Silva

LUCAS VINICIUS OLIVEIRA MENDES - 2º Ten

Setor Requisitante

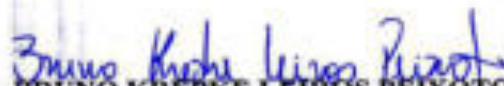
APROVO:



MARCUS VINICIUS COELHO CUNHA - Maj
Fiscal Administrativo do 24º BIS

DESPACHO DO OD:

Designo a equipe de planejamento do item 5 e autorizo o início dos Estudos Técnicos Preliminares.



BRUNO KREPKE LEIROS PEIXOTO - Ten Cel
Ordenador de Despesas do 24º BIS

(Continuação do BI Nr 48, de 11/03/2024, do(a) 24º BIS)

Pag nº 3336

água/esgoto/energia elétrica e de transferência de titularidade nas respectivas concessionárias; e

b) a Fiscalização Administrativa e o interessado tomem as providências necessárias para a execução da referida distribuição.

(Nota nº 43026, de 6 de março de 2024, da(o) S1)

b. DESIGNAÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de designação de equipe de planejamento da contratação para Contratação de serviços de telecomunicações, para o fornecimento de link de acesso à internet via satélite, conhecida no mercado como “empresarial” ou “corporativa para atender as demandas do 24º BIS, serão designados militares da administração da Organização Militar para elaboração do Estudo Técnico Preliminar, conforme segue:

Militar	Função
Maj MARCUS VINICIUS COELHO CUNHA	Fiscal Administrativo
1º Ten BRENO GABRIEL PASSINHO ITHAMAR	Integrante Administrativo
2º Ten LUCAS VINICIUS DE OLIVEIRA MENDES	Integrante Requisitante
Asp Of NAYDSON EMMERSON SOUSA PEREIRA DO LAGO	Integrante Técnico
3º Sgt NELSON MARCOS RODRIGUES MORAIS	Integrante Técnico

Em consequência, o Fise Adm, o Ch 4ª Seção, o Ch ALMOX, o Ch SALC e os demais interessados adotem as providências decorrentes.

(Nota nº 43072, de 8 de março de 2024, da(o) S1)

Tendo em vista a necessidade de designação de equipe de planejamento da contratação para aquisição de material de consumo odontológico para atender as demandas do 24º BIS, serão designados militares da administração da Organização Militar para elaboração do Estudo Técnico Preliminar, conforme segue:

Militar	Função
Cap WALDIR GARCIA FILHO	Integrante Requisitante
1º Ten LORENA NINA PADILHA	Integrante Técnico (Dentista)
1º Ten BRENO GABRIEL PASSINHO ITHAMAR	Integrante Administrativo

Em consequência, o Fise Adm, o Ch 4ª Seção, o Ch ALMOX, o Ch SALC e os demais interessados adotem as providências decorrentes.

(Nota nº 43075, de 8 de março de 2024, da(o) S1)

Estudo Técnico Preliminar 31/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64076.002304/2024-96

2. Aprovação da Autoridade Máxima Área TIC

(Art. 11. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será realizado pelos Integrantes Técnico e Requisitante, compreendendo, no mínimo, as seguintes tarefas:

(...)

§ 2º O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será aprovado e assinado pelos Integrantes Técnico e Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC. § 2º do art. 11 da IN SGD/ME 94/2022)

APROVO, em conformidade com o § 2º do art. 11 da IN SGD/ME 94/2022, o presente Estudo Técnico Preliminar, motivado pelo atendimento preciso, suficiente e claro aos requisitos técnicos relativos à necessidade da contratação e à solução escolhida.



MARCUS VINICIUS COELHO CUNHA - MAJ
Autoridade Máxima da Área de TIC do 24º BIS

3. Objeto do ETP

("1 - Estudo Técnico Preliminar - ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação," inciso I do art. 3º IN SEGES/ME 58/2022)

("Contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação

Art. 16. Os ETP para as contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação deverão observar as regras específicas do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp." art. 16 IN SEGES/ME 58/2022)

3. Objeto do ETP

Estudo técnico preliminar da viabilidade da contratação do serviço de telecomunicação para prover a comunicação de dados em Unidades Militares do Exército Brasileiro.

4. Introdução

(1 - Estudo Técnico Preliminar - ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação. inciso I do art. 3º IN SEGES/ME 58/2022)

(O Estudo Técnico Preliminar da Contratação tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação. art. 11 da IN SGD/ME 94/2022)

1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

2. Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam a assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou Projeto Básico documental.

3. Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam a assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais para atender as necessidades identificadas, observando os princípios da eficiência e da economicidade.

5. Classificação Quanto ao Grau de Sigilo

(2.2. Fundamentação da contratação:

a) Os Estudos Preliminares serão anexos do TR ou PB, quando for possível a sua divulgação;
b) Quando não for possível divulgar os Estudos Preliminares devido a sua classificação, conforme a Lei nº 12.527, de 2011, deverá ser divulgado como anexo do TR ou PB um extrato das partes que não contiverem informações sigilosas. Item 2.2 do Anexo V da IN SEGES/MPDG 5/2017)

(X) Não sigiloso. Pode ser divulgado integralmente junto com o termo de referência ou projeto básico (alínea b), Inciso XXIII, art. 6º, Lei nº 14.133/2021).

() **Sigiloso.** Somente pode ser divulgado junto com o termo de referência ou projeto básico um extrato das partes que não contiverem informações sigilosas, conforme Lei nº 12.527, de 2011.

6. Natureza dos Serviços/Bens

1.

1. Os serviços/bens são considerados "comuns", pois enquadram-se na classificação dos termos do inciso XIII do art.

6º da Lei nº 14.133, de 2021: "bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade

podem ser
objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

3. A prestação dos serviços/fornecimento dos bens não implica na utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

7. Duração Inicial do Contrato

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: (...) art. 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021)

1. Por tratar-se de contratação contínua, a duração inicial do contrato será de 01 (um) ano, prorrogável nas hipóteses previstas nos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Transição Contratual

Art. 35. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar:

- I - a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;
 - II - a entrega de versões finais dos produtos e da documentação;
 - III - a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC;
 - IV - a devolução de recursos;
 - V - a revogação de perfis de acesso;
 - VI - a eliminação de caixas postais; e
 - VII - outras que se aplicarem.
- art. 35 da IN SGD/ME 94/2022)

Não haverá a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas na execução do objeto contratual.

9. Normativos que Disciplinam a Solução

1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regulamenta as licitações e os contratos administrativos.
2. Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia.
3. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.
4. Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital, no âmbito dos órgãos e das

entidades da administração pública federal direta.

5.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

6.

Portaria SLTI/MPDG nº 20, de 14 de julho de 2016, que dispõe sobre orientações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação.

7.

Portaria nº 1.545-C Ex, 30 de junho de 2021, que aprova a política de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do Exército.

8.

Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998, da ANATEL, que rege sobre sigilo, prevenção à fraude e apoio à segurança pública.

10. Processo de Contratação de Soluções TIC



1. O processo de contratação de soluções de TIC no âmbito da Administração Pública federal é realizado de acordo com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, de 23 de dezembro de 2022.

2. Este processo é composto por **3 (três) fases** sequenciais:

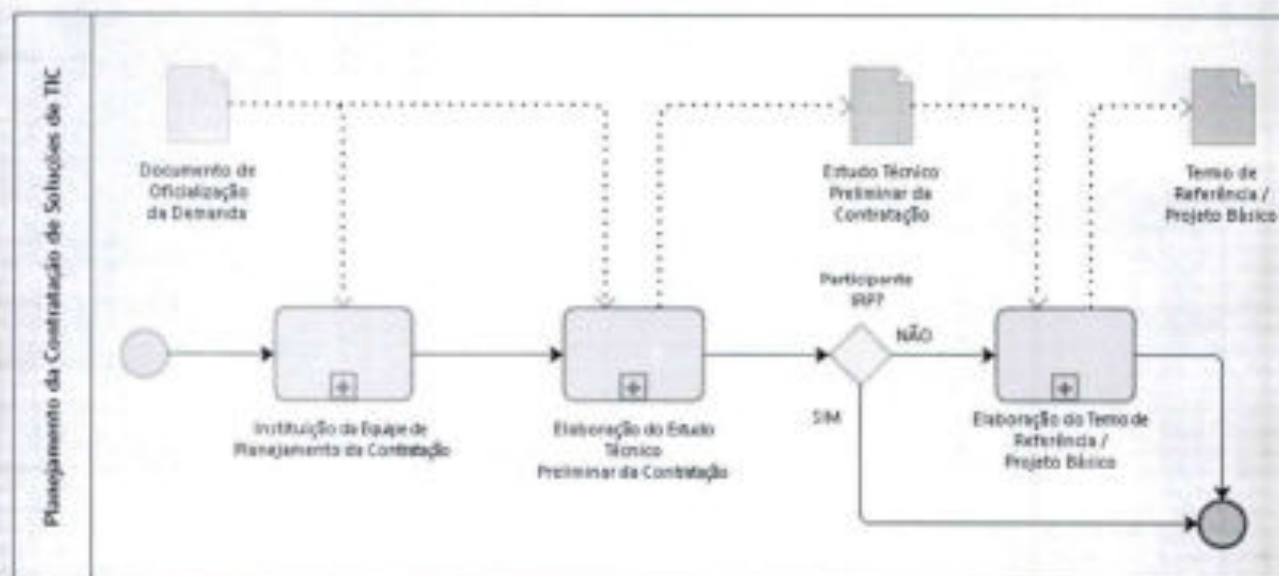
2.1. **Planejamento da Contratação;**

2.2. Seleção do Fornecedor; e

2.3. Gestão do Contrato.

3. Em paralelo a estas fases ocorre o Gerenciamento de Riscos.

4. Este Estudo Técnico Preliminar da Contratação está inserido na **FASE 1 - Planejamento da Contratação** e sua confecção está regulada por intermédio da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, de 8 de agosto de 2022.



11. Enquadramento no Conceito de Solução TIC

1. Para o presente Estudo Técnico Preliminar da Contratação foi adotada a definição de SOLUÇÃO DE TIC do inciso VII do art. 2º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022:

"VII - solução de TIC para fins desta Instrução Normativa: conjunto de bens e/ou serviços que apoiam processos de negócio mediante a conjugação de recursos de TIC, de acordo com as premissas definidas no Anexo II desta Instrução Normativa"

2. Além disso, considerando que o Anexo II da referida Instrução Normativa, estabelece 13 (treze) categorias de recursos de TIC, compostas por bens e serviços suscetíveis a integrar uma solução de TIC, concluiu-se que o objeto da presente contratação enquadra-se na(s) seguinte(s) categoria(s) de recursos de TIC:

CATEGORIA 6: COMUNICAÇÃO DE DADOS

a) São considerados recursos de TIC a transmissão digital de dados e informações entre dispositivos, sistemas e redes de comunicação, incluindo acesso à Internet (como links MPLS, WAN/LAN), soluções de videoconferência, de transmissão e recebimento de mensagens de texto (SMS) e de recebimento ou processamento de dados satelitais;

b) Excluem-se dessa categoria os serviços de telefonia fixa comutada (STFC), Serviço Móvel Pessoal (SMP), VoIP (telefonia baseada em voz sobre IP), centrais telefônicas, PABX (física ou virtual) ou infraestrutura de telefonia interna ou externa destinada ao tráfego de voz digital ou não digital.

(O critério utilizado para definir os serviços que compõem esta categoria fundamentou-se na relação direta entre o tráfego de dados e a composição do ciclo de vida da informação, que suporta os processos de negócio em meio digital da organização.)

12. Descrição da necessidade

MODELO TIC Lei 14.133/21 e IN 58/2022 (I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. inciso I do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

Internet para formação do backbone Satelital (I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. inciso I do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

1. O Comando do Comando Militar da Amazônia, por intermédio do 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA), no cumprimento de suas atribuições institucionais, tem a necessidade de conectar as unidades militares do Exército Brasileiro instaladas no território da Amazônia Ocidental fornecendo serviços de comunicação estratégica de telefonia,

videoconferência e comunicação de dados. Além de manter a segurança cibernética dos enlaces estabelecidos, gerenciando os sistemas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) sob sua responsabilidade e garantindo a disponibilidade, a confiabilidade e a integridade das informações.

2. A fim de manter a permanente interligação dos vários órgãos e entidades apoiados, dependentes das soluções de comunicações estratégicas, bem como garantir a manutenção da segurança cibernética dos enlaces estabelecidos, é indispensável manter a conectividade às organizações militares apoiadas pelo 4º CTA.

3. Atualmente os contratos Nr 22/2021, 23/2021, 24/2021, 25/2021, 26/2021, 27/2021, 28/2021, 29/2021, 30/2021, 31/2021, 32/2021, 33/2021 e 34/2021, preveem o fornecimento de Internet satelital aos Pelotões Especiais de Fronteira, com intuito de manter a conectividade operacional, administrativa e o estado de prontidão no âmbito do Comando Militar da Amazônia.

4. Ao longo da vigência dos contratos, verificou-se que o provimento fornecido pela vencedora dos certames não mostrou-se adequado para a realidade regional amazônica. Este fato gerou sanções à empresa vencedora e o comprometimento dos serviços contratados, impactando na operacionalidade da tropa.

5. Neste sentido, verificou-se a necessidade do incremento e da continuidade do serviço de provimento de acesso à Internet por meio satelital, bem como da melhoria da qualidade do sinal e possibilidade de adição de outras Organizações Militares.

6. Este cenário se deve à necessidade de manutenção do estado de prontidão operacional dessas organizações militares, além da conjuntura da política externa sulamericana, alinhada com a necessidade de segurança cibernética da Força Terrestre.

7. A conexão torna-se crucial para o pleno funcionamento das OM atendidas para a integração ao sistema de informação de dados corporativos, provendo o acesso aos sistemas e serviços de telecomunicações relevantes a cada uma delas.

8. A necessidade da contratação se evidencia pela proximidade do termo final do prazo de vigência contratual sem possibilidade de prorrogação, portanto, torna-se imperativo que sejam tomadas as medidas técnico-administrativas cabíveis para evitar-se o comprometimento dos serviços prestados, em consonância com o interesse público, sendo o presente estudo técnico parte dessas medidas.

13. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE INFORMÁTICA DO 24º BIS	LUCAS VINICIUS OLIVEIRA MENDES

14. Necessidades de Negócio

(II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho, inciso II do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

(Art. 16. Na especificação dos requisitos da contratação, compete:

I - ao Integrante Requisitante, com apoio do Integrante Técnico, definir, quando aplicáveis, os seguintes requisitos:

a) de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução de TIC; IN SGD/ME 94/2022)

Principais requisitos definidos pela área requisitante para atender às necessidades de negócio (requisitos que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução; não tecnológicos):

1. CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

1.1. Os serviços serão prestados de forma permanente e contínua, pois são essenciais ao cumprimento das atribuições institucionais da Contratante e visam a atender necessidades que exigem a prestação dos serviços continuamente, por mais de um exercício financeiro.

1.2. Por tratar-se de contratação contínua, a duração inicial do contrato será de 01 (um) ano, prorrogável nas hipóteses previstas nos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. EXCLUSIVIDADE DA MÃO DE OBRA

2.1. Os serviços NÃO impõem a necessidade de dedicação exclusiva de mão de obra, pois o seu modelo de execução contratual não exige, nem necessita que:

2.2. os empregados da Contratada fiquem à disposição, nas dependências da Contratante ou de terceiros, para a prestação dos serviços;

2.3. a Contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outro contrato; e

2.4. a Contratada permita a fiscalização pela Contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados ao seu contrato.

15. Necessidades Tecnológicas

(II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho. Inciso II do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

(Art. 16. Na especificação dos requisitos da contratação, compete:

(...)

II - ao Integrante Técnico especificar, quando aplicáveis, os seguintes requisitos tecnológicos:

- a) de arquitetura tecnológica, composta de hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interfaces, dentre outros;
- b) de projeto e de implementação, que estabelecem o processo de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação, dentre outros;
- c) de implantação, que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção, dentre outros;
- d) de garantia e manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção, acionamento da garantia e a comunicação entre as partes envolvidas;
- e) de capacitação, que definem o ambiente tecnológico dos treinamentos a serem ministrados, os perfis dos instrutores, dentre outros;
- f) de experiência profissional da equipe que executará os serviços relacionados à solução de TIC, que definem a natureza da experiência profissional exigida e as respectivas formas de comprovação dessa experiência, dentre outros;
- g) de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a solução de TIC, que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação, dentre outros;
- h) de metodologia de trabalho;
- i) de segurança da informação e privacidade, juntamente com o Integrante Requisitante; e
- j) demais requisitos aplicáveis. (IN SGD/ME 94/2022)

1. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA (requisitos relativos ao hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interfaces, dentre outros)

1.1. Conexão à internet via satélite de baixa órbita (LEO)

1.2. Obrigatoriamente enlace Satelital.

1.3. Velocidade mínima de 80 Mbps Download.

1.4. PROJETADA PARA AUTOINSTALAÇÃO, permitiu que a instalação seja executada pelo usuário final.

2. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO (requisitos de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a solução de TIC, que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação, dentre outros; estabelecem técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação, dentre outros)

2.1. Não se aplica

3. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO (requisitos que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção, dentre outros).

3.1. Possuir fiscal, representante da Administração, com qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução.

4. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO (requisitos que definem a forma como será conduzida a manutenção, acionamento da garantia e a comunicação entre as partes envolvidas; definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa)

4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.2. No caso de reiterados defeitos sistemáticos durante o período de garantia da solução, a CONTRATADA deverá providenciar a sua substituição, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.3. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§ 2º do art. 44 da IN nº 5/2017-SEGES/MPDG).

5. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA EQUIPE QUE PROJETARÁ, IMPLEMENTARÁ E IMPLANTARÁ A SOLUÇÃO (requisitos que definem a natureza da experiência profissional exigida e as respectivas formas de comprovação dessa experiência, dentre outros)

5.1. Não se aplica. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a contratação.

6. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a solução de TIC (requisitos que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação, dentre outros)

6.1. Não se aplica. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a contratação

7. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

7.1. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e/ou por via telefônica.

7.2. Ser acompanhada de relatórios diários/mensais contendo as informações relativas aos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.3. A CONTRATADA deve fornecer os meios de contato com seu preposto, como endereço, telefone, e-mail, fax, site, nome e cargo.

7.4. O recebimento do objeto de dará em 2 etapas: provisório e definitivo.

16. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

(II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho. inciso II do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

(Art. 16. Na especificação dos requisitos da contratação, compete:

I - ao Integrante Requisitante, com apoio do Integrante Técnico, definir, quando aplicáveis, os seguintes requisitos:

(...)

b) de capacitação, que definem a necessidade de treinamento, de carga horária e de materiais didáticos;

c) legais, que definem as normas com as quais a solução de TIC deve estar em conformidade;

d) de manutenção, que independem de configuração tecnológica e que definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva, adaptativa e evolutiva (melhoria funcional);

e) temporais, que definem datas de entrega da solução de TIC contratada;

f) de segurança e privacidade, juntamente com o Integrante Técnico; e

g) sociais, ambientais e culturais, que definem requisitos que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União; IN SEGES/ME 94/2022)

1.

1. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO (requisitos que definem a necessidade de treinamento, de carga horária e de materiais didáticos, perfis dos instrutores, dentre outros)

Não se aplica. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da contratação.

2. REQUISITOS DE LEGAIS (requisitos que definem as normas com as quais a solução deve estar em conformidade)

2.1. Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de TI

pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISPI) do

Poder Executivo Federal.

2.2. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de

contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta,

autárquica e fundacional.

2.3. Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998, da ANATEL, e suas atualizações.

2.4. Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013 e suas atualizações.

2.5. Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019 e suas atualizações.

2.6. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do 4º CTA.

2.7. Ser implantada em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, particularmente:

2.7.1. NR 06:1978 MTE - Equipamentos de Proteção Individual.

2.7.2. NR 10:1978 MTE - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

2.7.3. NR 16:1978 MTE - Atividades e Operações Perigosas (Explosivos; Inflamáveis; Exposição a Roubos ou outras Espécies de Violência Física nas Atividades Profissionais de Segurança Pessoal ou Patrimonial; Energia Elétrica; em Motocicleta; Radiações Ionizantes ou Substâncias Radiativas).

2.7.4. NR 26:1978 MTE - Sinalização de Segurança.

2.7.5. NR 18:1978 MTE - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção

3. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO (requisitos que independem de configuração tecnológica e que definem a

necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa)

3.1. Os serviços de suporte técnico deverão estar disponíveis em horário integral, na modalidade 24x7x365 (24

horas por dia x 7 dias por semana) durante toda vigência do contrato.

4. REQUISITOS TEMPORAIS (requisitos que definem data de entrega da solução)

- 4.1. Ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do aceite da nota de empenho, carta contrato, autorização ou ordem de serviço / fornecimento, ou instrumento equivalente.
- 4.2. Ter sua execução iniciada no prazo de 10 (dez) dias da entrega formal da Ordem de Serviço, ou a partir da data nela indicada.
- 4.3. Ser recebida provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, para verificação de sua conformidade com as especificações.
- 4.4. Ser recebida definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório.
- 4.5. A conclusão dos serviços deverá ocorrer durante a vigência do contrato, sendo de responsabilidade da CONTRATADA fazê-lo no menor período possível.
- 4.6. Após o recebimento da Ordem de Serviço / Fornecimento de Bens e antes de início da execução, a CONTRATADA deverá informar o cronograma de execução para CONTRATANTE.

5. REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE (7.1. O Termo de Referência ou Projeto Básico para contratação de Soluções de TIC deve conter, no que couber ao objeto contratado, requisitos e obrigações de Segurança da Informação e Privacidade - SIP, devendo o órgão ou entidade empregar, conforme critérios próprios, aqueles requisitos que forem imprescindíveis, considerando a legislação vigente e os riscos de segurança da informação e privacidade. Item 7.1 do Anexo I da IN SGD/ME 94/2022)

- 5.1. Ser homologado por órgão ou agência governamental, quando exigido.
- 5.2. Ser precedida da assinatura do termo de confidencialidade sobre as instalações e o local de trabalho.
- 5.3. A execução do serviço deverá atender os requisitos de segurança, segundo as normas nacionais e internacionais pertinentes ao ambiente objeto do projeto.
- 5.4. Os empregados da CONTRATADA deverão estar providos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados aos riscos da atividade, quando for o caso.
- 5.5. A CONTRATADA não poderá divulgar, mesmo que em caráter estatístico, quaisquer informações originadas da CONTRATANTE, sem a sua prévia autorização.

6. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS (definem requisitos que a solução deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e meio ambiente, dentre outros)**6.1. Critérios de Sustentabilidade**

- 6.1.1. Consultada a lista de atividades abrangidas por disposições normativas de caráter ambiental, constante do **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis**, da AGU, não se encontrou relação DIRETA entre o a solução pretendida e aqueles ali descritos.
- 6.1.2. Consideradas a natureza e as características do objeto licitado, **NÃO foram encontrados critérios relevantes alcançados pela legislação incidente em vigor**, em especial o Decreto nº 7.746 UASG 160016 Estudo Técnico Preliminar 5/2024 9 de 17 /2012, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19/01/10
- 6.2. Bem-estar social da sustentabilidade (direitos sociais, trabalhistas, humanos, etc)
- 6.2.1. deve-se exigir, como condição para participação na licitação, a exigência de declaração expressa de que o licitante interessado não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal.
- 6.2.1.1. A limitação do trabalho do menor se constitui em critério de sustentabilidade, em sua dimensão do bem-estar social, por estar relacionado com a efetivação de direitos sociais, como saúde, educação e segurança, entre outros, assim como a garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores.

7. GARANTIA DE CONTRATAÇÃO (definem requisitos para a exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021)

7.1. NÃO há necessidade da exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

7.1.1. A contratação não envolve a execução de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 7º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

7.1.2. Não se identifica riscos para a administração que possam ser mitigados pela garantia da execução.

7.1.3. O limite máximo legalmente previsto para exigência da garantia (5% do valor do contrato, conforme § 2º do art. 98 da Lei nº 14.133/2021) é manifestamente irrelevante e insuficiente para assegurar:

2. a. a plena execução dos serviços;

3. b. a mitigação ou compensação dos prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; e

4. c. o pagamento dos prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5.

7.1.4. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada podem ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados. As sanções administrativas previstas na legislação pertinente, bem como as elencadas neste instrumento são suficientemente aptas a desestimular o descumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Contratada.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É permitida a subcontratação até o limite previsto na legislação que rege a matéria.

Permanecendo a

responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e

coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS (definem requisitos de habilitação exigíveis do prestador da solução)

9.1. Qualificação Técnica:

a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional:

6. Não se Aplica;

7.

b) Capacidade técnico-operacional:

- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (atestados de capacidade técnica):

8. Apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, referentes a fornecimento de serviços de enlaces por link Satelital na velocidade mínima de 80 MBps.

9.

c) Capacidade técnico-profissional

- Comprovação da qualificação do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, para as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação:

10. Não se Aplica;

11.

d) indicação, mediante declaração formal, de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto:

12. Não se Aplica;

13.

e) Atestado de vistoria, comprovando que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação:

14. Não se Aplica;

15.

f) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial:

16. - Apresentação do Termo de Autorização, expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para prestação de serviços de telecomunicações em toda a área de abrangência do respectivo objeto, ou ainda, a comprovação de sua isenção (§ 3º do art. 53 do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998, da ANATEL.).

17.

9.2. Qualificação Econômica:

18. Não se Aplica;

19.

10. REQUISITOS PARA AMOSTRA/PROVA DE CONCEITO (definem requisitos exigíveis de avaliação de conformidade da solução)

10.1.

Ser autorizado/credenciado para comercialização de serviço corporativo junto ao provedor de serviço de Internet via Satélite de baixa órbita, cuja comprovação poderá ser realizada mediante apresentação de documento do próprio provedor ou mediante disponibilidade da informação em site oficial.

17. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

(V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala. inciso V do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

(art. 15. A justificativa para contratação deverá conter, pelo menos:

(-)

II - a relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto. inciso II do art. 15 da IN SGD/ME 94/2022)

1.

(V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão

suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala. inciso V do art.

9º IN SEGES/ME 58/2022)

(art. 15. A justificativa para contratação deverá conter, pelo menos:

(-)

II - a relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto. inciso II do art. 15 da IN SGD/ME 94/2022)

1. Para formulação da estimativa das quantidades a serem contratadas foram feitos levantamentos das necessidades atuais

e das perspectivas de demandas no curto e médio prazo.

2. Por tratar-se de link de conectividade, a quantidade é definida pela taxa de transmissão em Mbps (megabits por segundo), usado em referência a velocidades de download na velocidade mínima de 80 MBps.

3. Órgãos apoiados:

Conforme DEMONSTRATIVO DE PONTOS DE PRESENÇA, anexo a este Estudo Técnico.

Como resultado, a estimativa dos quantitativos de serviço demandado foi consolidada a seguir:

Item	Descrição/Especificação	Unid. Fomec	Qtd	Pontos de Presença (PP)	Qd Total (12xPP)
1	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO EM LOCAL FIXO) Descrição: Plano de Dados conhecida no mercado como "empresarial" ou "corporativa", Plano de 12 meses, franquia mínima de 2 TB, com pontos de velocidade mínima de 80 Mbps, upload 20 Mbps e latência não superior a 120 (milissegundos), com FORNECIMENTO dos equipamentos necessários à execução do serviço, suporte técnico e manutenção.	Mensalidade	12	1	12
2	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO ITINERANTE) Descrição: Plano de Dados conhecida no mercado como "empresarial" ou "corporativa", Plano de 12 meses, franquia mínima de 1 TB, com pontos de velocidade mínima de 80 Mbps, upload 20 Mbps e latência não superior a 120 (milissegundos), com FORNECIMENTO dos equipamentos necessários à execução	Mensalidade	12	2	24

4. Para formulação da estimativa das quantidades a serem contratadas, conforme exigido no inciso II do art. 7º do Decreto nº 11.462/2013, foram feitos levantamentos das necessidades, considerando a situação atual da infraestrutura

instalada, bem como a sua readequação e incremento, e o histórico das contratações semelhantes.

5. A estimativa da contratação baseia-se na experiência de aquisições anteriores, na estimativa da necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, na previsão de acréscimo de atividades e, principalmente, na previsão de

expansão dos sistemas projetados para atender as necessidades e particularidades existentes.

6. A projeção inicial trata-se de uma estimativa dos quantitativos a serem contratados. O real quantitativo a ser adquirido será definido com exatidão, durante a vigência da ata de registro de preços, mediante a conjugação do binômio necessidade x capacidade (dotação orçamentária).

18. Planejamento Institucional

(Art. 6º As contratações de soluções de TIC no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP deverão estar:

I - em consonância com o PDTIC do órgão ou entidade, elaborado conforme Portaria SGD/ME nº 778, de 4 de abril de 2019, e suas atualizações;

II - alinhadas à Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e suas atualizações; e

III - integradas à Plataforma gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, quando tiverem por objetivo a oferta digital de serviços públicos.*

(...)

Art. 15. A justificativa para contratação deverá conter, pelo menos:

I - o alinhamento da solução de TIC com os instrumentos de planejamento elencados no art. 6º.

(art. 6º e inciso I do art. 15 da IN 94/2022)

1. A contratação contribuirá para o alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico do Órgão 24º BIS

1.1. OET 02 - Aperfeiçoar a Governança de TI do SisTEx.

1.2. OET 03 - Maximizar a Eficiência Administrativa.

1.3. OET 04 - Aperfeiçoar a Infraestrutura de Hospedagem e das Redes Corporativas.

1.4. OET 05 - Ampliar a Capacidade de Atuação no Espaço Cibernético.

2. A contratação está em consonância com o PDTIC e contribuirá para o alcance dos seus objetivos.

3. A contratação não está diretamente alinhada à Estratégia de Governo Digital e não se integrará à Plataforma gov.br, por não ter por objetivo a oferta digital de serviços públicos.

2. A contratação será incluída no Plano de Contratação Anual para o ano de 2024, pois seria incluída para o ano de 2025, no entanto, verificando a possibilidade de se valer de tal contratação elaborada por entidade com maior nível de contratação reduzindo a demanda administrativa, optou-se pelo adiantamento do processo em virtude do princípio da eficiência e da economicidade, racionalizando recursos e empregando de forma mais eficaz o pessoal da administração do 24º BIS.

19. Levantamento de soluções

(III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) **ser consideradas contratações similares** feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

b) **ser realizada audiência e/ou consulta pública**, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;

c) **em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens**, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e

d) **ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas** à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

inciso III do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

1. inciso III do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

1. Com base nas contratações anteriores efetuadas pelo 4º CTA e estudo de propostas junto a fornecedores de novas metodologias utilizadas no mercado, chegou-se a duas soluções possíveis:

a. renovação do contrato vigente.

b. contratação de empresa com maior velocidade de transmissão de dados com tecnologia satélite de baixa órbita.

20. Análise comparativa de soluções

(II - A análise comparativa de soluções consiste na identificação e comparação dos diferentes aspectos qualitativos em termos de benefícios ou obstáculos para o alcance dos objetivos da contratação, além do aspecto econômico. Inciso II do art. 11 IN SGD/ME 94/2022)

ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES

SOLUÇÃO A - renovação do contrato vigente.

SOLUÇÃO B - Nova contratação.

Vantagens solução A:

Já está implantada.

Desvantagens Solução A:

conectividade via satélite com maior latência;
menor capacidade de transmissão de dados;
tecnologia obsoleta.

Vantagens solução B:

conectividade via satélite com menor latência (na faixa de 20 a 50ms);
maior capacidade de transmissão de dados;
tecnologia mais atual.
Solução que melhor atende as necessidades da administração é a Solução B

Desvantagens Solução B:

Solução ainda não foi implantada.

21. Registro de soluções consideradas inviáveis

1. Da análise das alternativas disponíveis no mercado resultou a conclusão de que NÃO HOUVE soluções consideradas inviáveis.

22. Análise comparativa de custos (TCO)

(III - análise comparativa de custos, que deverá considerar apenas as soluções técnica e funcionalmente viáveis, incluindo:

- a) cálculo dos custos totais de propriedade (Total Cost Ownership - TCO) por meio da obtenção dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia técnica estendida, manutenção, migração e treinamento; e
- b) memória de cálculo que referencie os preços e os custos utilizados na análise, com vistas a permitir a verificação da origem dos dados. Inciso III do art. 11 IN SGD/ME 94/2022)

(III - análise comparativa de custos, que deverá considerar apenas as soluções técnica e funcionalmente viáveis, incluindo:

- a) cálculo dos custos totais de propriedade (Total Cost Ownership - TCO) por meio da obtenção dos custos

inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia técnica estendida, manutenção, migração e treinamento; e

b) **memória de cálculo** que referencie os preços e os custos utilizados na análise, com vistas a permitir a verificação da origem dos dados. Inciso III do art. 11 IN SGD/ME 94/2022)

1. Considerando-se a natureza dos itens que compõem a solução, torna-se manifestamente dispensável a análise comparativa de custos, representada pelo Custo Total de Propriedade (TCO), obtido por meio da composição dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, o que inclui os custos de aquisição, insumos, garantias e manutenção da solução como um todo.

1.

23. Descrição da solução de TIC a ser contratada

(IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; inciso IV do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

1.

Contratação de Serviço de Internet Satelital na velocidade mínima de 80Mbps de Download e 40 Mbps de upload.

1. PADRÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

1.1. Os serviços deverão ser prestados com base nos parâmetros de aferição da qualidades assim resumidas:

Ord	Indicador	Meta a Cumprir
1	Percentual de Disponibilidade (D)	Disponibilidade $\geq 93,3\%$ ($D \geq 93,3\%$)
2	Latência (L)	Q95 (L_n) ≤ 100 ms (95% das medições menores ou iguais a 120 ms) Com o envio de pacotes de dados a partir dos equipamentos de borda da CONTRATANTE para os domínios google.com (IP 8.8.8.8 e 8.8.4.4) e simet.mic.br (servidores em Manaus-AM, Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP) Poderá ser utilizado outro critério previamente acordado entre CONTRATADA e CONTRATANTE
4	Velocidade de Download (VDL)	VDL $\geq 95\%$ da banda

2. SUPORTE TÉCNICO

2.1. A CONTRATADA deverá manter uma estrutura de atendimento especializada, adequada para comportar o volume total de chamados registrados para suporte aos serviços contratados, contemplando recursos humanos, hardware, software, telefonia, estação de gerenciamento proativo e demais complementos que garantam o pleno funcionamento da solução de Central de Atendimento.

24. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): ,01

(VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação. inciso VI do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

1.

Valor (R\$): 5.000.000,00

1. O valor dos custos estimado da contratação é o acima indicado.
2. Os preços unitários referenciais e as memórias de cálculo foram consolidados no MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS e nas TABELAS DE EXCLUSÃO DE PREÇOS DISCREPANTES.
3. Os documentos que deram suporte à elaboração da estimativa do valor da contratação integram o levantamento de mercado.

25. Justificativa técnica da escolha da solução

(XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. inciso XIII do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

1. A solução escolhida atende adequadamente às necessidades técnicas identificadas, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, apresentando os melhores resultados, segundo as argumentações que constam no Item "Benefícios a Serem Alcançados com a Contratação" deste Estudo Técnico Preliminar.

26. Justificativa econômica da escolha da solução

("XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina." inciso XIII do art. 9º IN SEGES/ME 58/2022)

("Art. 44. Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa." Lei nº 14.133 /2021)

1. A solução escolhida atende adequadamente às necessidades identificadas, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, apresentando os melhores resultados na relação custo e benefícios, quando comparada às demais alternativas, segundo as argumentações que constam no Item "Benefícios a Serem Alcançados com a Contratação" deste Estudo Técnico Preliminar.
2. As especificações técnicas expressam as necessidades da Administração e, por isso, se restringem estritamente àquelas necessárias ao alcance dos resultados e objetivos pretendidos nas compras públicas.
3. Critérios diversos, como comparativos de preços e desempenho, quantidade de ofertas disponíveis no mercado, prazos de entrega e facilidade de manutenção, foram usados na determinação da fase do ciclo de vida em que se encontra os bens pretendidos (lançamento, seleção, menor preço e substituição) tendo sido evitados os que se encontram posicionados na fase de lançamento e de substituição.

27. Benefícios a serem alcançados com a contratação

(X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. inciso X do art. 9º da IN SEGES/ME 58/2022)

(art. 15. A justificativa para contratação deverá conter, pelo menos:

(...)

IV - os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação. inciso IV do art. 15 da IN SGD/ME 94/2022)

1. Na composição dos itens que constituem o objeto, foi observada a regra do parcelamento prevista no Inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021, segundo a qual as contratações de SERVIÇOS devem atender ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
2. Com fundamento no art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021, o objeto foi parcelado, com vistas ao melhor aproveitamento do mercado e à ampliação da competitividade. Como resultado, o objeto foi reduzido a unidades de itens indivisíveis e independentes, respeitada a integridade qualitativa do item, não cabendo mais subdividi-los para que possam ser licitados e contratados distintamente, pois não se mostra técnica e economicamente viável.
3. O objeto não pode ser contratado em parcelas ainda menores, caso contrário, não estariam assegurados, concomitantemente, os requisitos essenciais para o parcelamento, a saber:

- a. ser técnica e economicamente viável;
- b. não haver prejuízo para o conjunto da solução;
- c. não haver perda de escala; e
- d. haver melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

28. Providências a serem Adotadas

(XI - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, **necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual**; inciso XI do art. 9º IN 58/2022)

1. Na elaboração dos autos do presente processo foram observadas as últimas versões atualizadas dos guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISAP) e disponíveis na página eletrônica do Governo Digital

29. Estratégia de Continuidade da Solução

1. O Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, dispõe sobre o Plano Contratações Anual (PCA) e institui o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
2. O PGC consiste na ferramenta informatizada, integrante do SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços

Gerais), disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para elaboração do PCA pelas UASG dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

3. A presente contratação encontra-se inserida no Plano Contratações Anual (PCA), nos termos do Decreto nº 10.947/2022.

30. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

30.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara esta contratação.

O presente estudo preliminar evidencia que a forma de contratação que maximiza a probabilidade de alcance dos resultados pretendidos, minimiza os riscos pertinentes e observa os princípios da economicidade, eficácia e eficiência consiste na solução escolhida, desde que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos no termo de referência/projeto básico.

31. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


NELSON MARCOS RODRIGUES MORAIS

Integrante Técnico

Nelson Marcos Mendes


NAYDSON EMMERSON SOUSA PEREIRA DO LAGO

Integrante Técnico


LUCAS VINICIUS OLIVEIRA MENDES

Integrante Requisitante


BRENO GABRIEL PASSENHO ITHAMAR

Integrante Administrativo


MARCUS VINICIUS COELHO CUNHA

Fiscal Administrativo

Despacho: Aprovo o presente Estado Técnico Preliminar e determino que seja manifestado o interesse em participar da IRP 04 /2024 do 4º CTA.


BRUNO KREPKE LEIROS PEIXOTO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo 1 - Tabela A.pdf (55.37 KB)

Anexo I - Tabela A.pdf

Tabela A

Localização dos Pontos de Presença (PP) - LOCAL FIXO

PONTO DE PRESENÇA	CIDADE	UF	PP
24º BIS	SÃO LUIS	MA	1

Localização dos Pontos de Presença (PP) - LOCAL MÓVEL

PONTO DE PRESENÇA	CIDADE	UF	PP
24º BIS	SÃO LUIS	MA	2



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
24º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(9º Batalhão de Caçadores/1839)
BATALHÃO BARÃO DE CAXIAS

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nr 1-Sec Infor/Fisc Adm/Comdo 24º BIS
NUP 64076.002304/2024-96

OBJETO: Aquisição de antenas de internet.

MAPA DE RISCOS

Vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Para levantamento, quantificação e qualificação dos mesmos, foram utilizados os parâmetros e diretrizes estabelecidos pelo Comando do Exército Brasileiro, através da Apostila de Gestão de Riscos elaborada pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx) e modelo constante do Anexo IV da IN nº 05/2017 SEGES/MPDG.

Tabela 4 – Avaliação qualitativa da Probabilidade

Descritor	Descrição	Nível
Muito alta	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e, não raro, de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente para os que conhecem o processo.	5
Alta	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual ou conhecida em uma dezena ou mais de casos, aproximadamente, seu histórico é amplamente conhecido por parte de gestores e operadores do processo.	4
Média	Evento esperado, que se reproduz com frequência reduzida, porém constante. Seu histórico de ocorrência é de conhecimento da maioria dos gestores e operadores do processo.	3
Baixa	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico conhecido de sua ocorrência por parte dos principais gestores e operadores do processo.	2
Muito baixa	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível de sua ocorrência.	1

Fonte: CCIEEx (2016)

14

Tabela 5 – Avaliação qualitativa do Impacto

Descritor	Descrição	Nível
Muito alta	Interrupção abrupta de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, impactando fortemente outros processos, causando impactos de difícil reversão nos objetivos.	5
Alta	Interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos.	4
Média	Interrupção de operações ou atividades da organização, de projetos, programas ou processos, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis.	3
Baixa	Degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, causando impactos pequenos nos objetivos.	2
Muito baixa	Degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos (de tempo, prazo, custo, quantidade, qualidade, acesso, escopo, imagem, etc.) relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1

Fonte: OCIEEx (2016)




FASE DE ANÁLISE- Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
Risco 01 – Não receber recursos para a aquisição dos itens
Probabilidade: () Muito Baixa () Baixa () Média (X) Alta () Muito Alta

Impacto: () Muito Baixo () Baixo () Médio () Alto (X) Muito Alto

Dano

Não será possível a aquisição, portanto as necessidades da administração não serão atendidas, o que terá como consequência o comprometimento da capacidade e da eficiência na execução das atividades administrativas e operacionais, por parte da Organização Militar.

Ação Preventiva
Responsável

O comandante da Organização Militar está intercedendo junto ao escalão superior para o recebimento dos recursos.

Setor Financeiro e Ordenador de Despesas

Ação de Contingência
Responsável

Fazer contato direto ao D Sup, caso os recursos sejam recebidos antes da conclusão do processo, buscar alternativas junto a 8ª Região Militar.

Fiscal Administrativo e Ordenador de Despesas

Risco 02 – Especificação insuficiente para as aquisições
Probabilidade: (X) Muito Baixa () Baixa () Média () Alta () Muito Alta

Impacto: () Muito Baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito Alto

Dano

A aquisição não abrange todas as necessidades institucionais prevista no instrumento convocatório.

Ação Preventiva		Responsável
Verificou-se que na relação de itens, as antenas de internet estão totalmente compatíveis à necessidade da OM.		Setor Requisitante/Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência		Responsável
Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade do não recebimento do item, realizando novo processo.		Fiscal Administrativo/OD
Risco 03 – Atraso na conclusão da licitação		
Probabilidade:	() Muito Baixa (x) Baixa () Média () Alta () Muito Alta	
Impacto:	() Muito Baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito Alto	
Dano		
Não atendimento da demanda de forma tempestiva.		
Ação Preventiva		Responsável
O 24ºBIS possui pessoal especializado e experiente para a confecção do processo de aquisição, dirimindo falhas e atrasos no processo.		Fiscal Adm
Ação de Contingência		Responsável
Solicitar autorização para manter o crédito enquanto finaliza o processo.		Chefe da SALC/Fiscal Administrativo/OD


RISCO	PROB	IMPACTO	PROB x IMPACTO	CLASSIF
1. Não receber recursos para a aquisição dos itens	4 ALTO	5 MUITO ALTO	20	EXTREMO
2. Especificação insuficiente dos itens	1 MUITO BAIXA	4 ALTO	4	MÉDIO
3. Atraso na conclusão da licitação	2 BAIXA	4 ALTO	8	ALTO

FASE DE ANÁLISE - Gestão do Contrato	
Risco 01 – Atraso na assinatura do termo de contrato ou ao acusar o recebimento de equivalente	
Probabilidade:	() Muito Baixa () Baixa (X) Média () Alta () Muito Alta
Impacto:	() Muito Baixo () Baixo () Médio (x) Alto () Muito Alto
Dano	


Descumprimento do que prevê o instrumento convocatório e impedimento para fornecer o item, atrasando no recebimento provisório e total das antenas de internet.	
Ação Preventiva	Responsável
A Partir da homologação, fazer contato direto com a contratada adjudicatária, a fim de relembrá-la sobre tal exigência e levantar possíveis empecilhos que dificultem o cumprimento desse prazo, para que possamos saná-lo.	Fiscal de Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Abrir processo administrativo e fazer gestões junto ao órgão gerenciador para verificar a possibilidade de chamar o segundo colocado.	Fiscal de Contrato / SALC
Risco 02 – Descumprimento de cláusulas contratuais	
Probabilidade:	() Muito Baixa () Baixa (X) Média () Alta () Muito Alta
Impacto:	() Muito Baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito Alto
Dano	
Risco à eficiência na entrega das antenas de internet nas condições estabelecidas pelas diversas cláusulas previstas na contratação.	
Ação Preventiva	Responsável
Agir de forma objetiva e séria no acompanhamento da contratação, de forma a motivar a empresa a cumprir o com suas obrigações, para não sofrer as penalidades previstas no Edital.	Fiscal de Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Abrir processo administrativo para Sanção da Empresa.	Fiscal de Contrato/Fiscal Administrativo/OD
Risco 03 – Item apresentar falha após recebimento	
Probabilidade:	() Muito Baixa (X) Baixa () Média () Alta () Muito Alta
Impacto:	() Muito Baixo () Baixo () Médio () Alto (X) Muito Alto
Dano	
Risco à eficiência das atividades.	
Ação Preventiva	Responsável
Agir de forma objetiva e séria no recebimento, nomeando uma comissão de TREM e solicitando apoio de militares especializados de comunicações (informática) para realização dos testes.	Fiscal de Contrato
Ação de Contingência	Responsável
Abrir processo administrativo para apurar as circunstâncias dos fatos; caso a antena esteja na garantia, o contratado ou fornecedor do mesmo deverá trocá-lo ou repará-lo.	Fiscal de Contrato/Fiscal Administrativo/OD


RISCO	PROB	IMPACTO	PROB x IMPACTO	CLASSIF
1. Atraso na assinatura do termo de contrato ou ao acusar o recebimento de equivalente	3 MÉDIA	4 ALTO	12	ALTO
2. Descumprimento de cláusulas contratuais durante o fornecimento do item	3 MÉDIA	4 ALTO	12	ALTO
3. Item apresentar falha após recebimento	3 MÉDIA	5 MUITO ALTO	15	EXTREMO

São Luís – MA, 11 de março de 2024.


NAYDON EMMERSON SOUSA PEREIRA DO LAGO - Asp
 Integrante técnico


LUCAS VINICIUS OLIVEIRA MENDES – 2º Ten
 Chefe da seção de Informática


BRENO GABRIEL PASSINHO ITHAMAR – 1º Ten
 Chefe da SALC


MARCUS VINÍCIUS COELHO CUNHA - Maj
 Fiscal Administrativo do 24º BIS

Aprovo o presente mapa de riscos e designo o Fiscal Administrativo para estabelecer o controle das medidas:


BRUNO KREPKE LEIROS PEIXOTO – Ten Cel
 Ordenador de Despesas do 24º BIS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
24º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(9º Batalhão de Caçadores/1839)
BATALHÃO BARÃO DE CAXIAS**

**TERMO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE PARTICIPAR DO REGISTRO DE
PREÇOS**

ORGÃO GERENCIADOR: 4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA (4º CTA)

UASG: 160016

IRP: 04/2024

UGP: 160105

1 Termo de abertura

Esta Unidade Gestora, em atendimento ao que preconiza o Art. 8º do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, manifesta total concordância com o objeto a ser licitado, bem como todas as condições estabelecidas no Termo de Referência do 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA) (160016), referente à IRP nº 04/2024, cujo objeto é o Registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO ITINERANTE E FIXO) para o 4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA (4º CTA) e eventuais Unidades Gestoras participantes do registro de preços de acordo com as quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.

2 Justificativa da necessidade

O Exército Brasileiro possui, na Guarnição de São Luís, um grande volume de área de atuações como Organização Militar Operacional, sendo um braço da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, atuando em centenas de interiores e povoados do estado do Maranhão.

Durante as operações militares, devido a capilaridade da OM, por diversas vezes os sinais celulares comuns não funcionam em determinados povoados, bem como, existem interiores que se funciona apenas uma ou duas operadoras, restringindo a comunicação com o escalão superior.

Deve-se ressaltar ainda que o equipamento rádio tem sido cada vez mais restrito no âmbito do Exército Brasileiro, dificultando a comunicação entre os militares que estão no terreno e o comando.

De acordo com os termos do Art. 8º, do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, esta administração tem por interesse em aderir a esta Intenção de Registro de Preço, pois os itens a serem licitados são de grande interesse desta OM, tanto no desenvolvimento de suas estruturas quanto nas missões a qual é responsável.

Justifica-se pelo princípio da economicidade, utilizando-se a economia de escala nas compras centralizadas, com isso fazendo de suma importância a participação do 24º Batalhão de

Infantaria de Selva (UASG 160105) neste certame. Tal procedimento tem previsão legal no Inciso I, do Art. 8º, do Decreto 11.462/23.

3 Atendimento ao Art. 8 do Decreto 11.462/23

3.1. Considerando que foi registrada no sítio <https://www2.comprasnet.gov.br/siasgnet-irp/secure/principal.do?cnet-id=47605900-a733-446e-a097-b31bf2f40e10>, por meio de senha pessoal do gestor de compras da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) da UASG INTERESSADA, a manifestação de interesse em participar do registro de preços, sendo registrada na IRP do órgão gerenciador a estimativa de consumo, o local de entrega e demais elementos considerados pertinentes, cumprindo assim na íntegra o art. 8º do Decreto 11.462/23;

3.2. Considerando que o Termo de Referência da UASG Gerenciadora atende as necessidades desta Organização Militar;

3.3. Considerando que esta requisição objetiva dotar o 24º BIS com a possibilidade de adquirir materiais para o gabinete odontológico.

3.4. Considerando que este Comando recebe provisões orçamentárias do Comando de Operações Terrestres e que no ano corrente há a previsão de execução da Operação Eleições, com capilaridade e vulto nacionais, tornando a contratação imprescindível para o cumprimento de atividades no terreno.

3.5. Considerando que a presente contratação através do SRP tem por intuito suprir as necessidades desta OM e, ainda, a redução de custos e otimização de processos, permite que mediante realização de poucas licitações anuais, sejam adquiridos os materiais e contratados serviços para atender todas as necessidades. Este Ordenador de Despesas entende que a adesão se justifica pelo atendimento aos princípios da economicidade e eficiência, prevalecendo o interesse da Administração Pública, da 8ª Região Militar e por conseguinte do 24º BIS, bem como seus objetivos.

4 Endereço para entrega

- 24º Batalhão de Infantaria de Selva, Av. São Marçal, s/n - João Paulo, São Luís - MA, 65040-000.

5 Demonstrativo das necessidades

As quantidades solicitadas foram cadastradas no SIASGNET conforme abaixo, e a comprovação da necessidade delas encontra-se justificada no Processo Administrativo de Gestão desta Unidade:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID FORNEC	PONT OS DE PRES (PP)	QTD TOTAL (12 X PP)	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
------	--------	-------------------------	-------------	----------------------	---------------------	------------------	-------------------

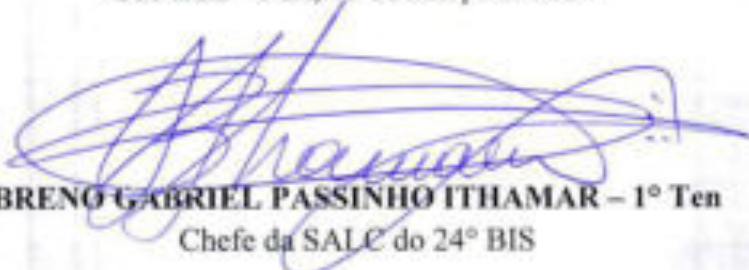
1	26565	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO EM LOCAL FIXO) DESCRIÇÃO: PLANO DE DADOS CONHECIDA NO MERCADO COMO "EMPRESARIAL" OU "CORPORATIVA", PLANO DE 12 MESES, FRANQUIA MÍNIMA DE 2 TB, VELOCIDADE MÍNIMA DE 80 MBPS, UPLOAD 20 MBPS E LATÊNCIA NÃO SUPERIOR A 120 (MILIS SEGUNDOS),	MENSALIDADE	1	12 (1X12)	R\$ 3.958,21	R\$ 47.498,52
2	26565	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO ITINERANTE) DESCRIÇÃO: PLANO DE DADOS CONHECIDA NO MERCADO COMO "EMPRESARIAL" OU "CORPORATIVA", PLANO DE 12 MESES, FRANQUIA MÍNIMA DE 1 TB, VELOCIDADE MÍNIMA DE 80 MBPS, UPLOAD 20 MBPS E LATÊNCIA NÃO SUPERIOR A 120 (MILISSEGUNDOS), COM	MENSALIDADE	2	24 (2X12)	R\$ 3.958,21	R\$ 94.997,04

		FORNECIMENT O DOS EQUIPAMENT S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO. VEJA DEMAIS CARACTERISTI CAS NO APÊNDICE II - ESPECIFICAÇÕ ES TÉCNICAS					
VALOR TOTAL							R\$ 142.495,56

6 Parecer de Aprovação a Realização de Licitações e Contratos no Comando do Exército (IG 12-02)

Nos termos do contido no Art. 13 da Portaria Ministerial nº 305, de 24 Mai 95 – Instruções Gerais para realização de Licitações no Comando do Exército (IG 12-02), solicito-vos providências no sentido de aprovar a requisição para aderir a Intenção de Registro de Preços nº 04/2024 do 4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA (4º CTA).

São Luís – MA, 11 de março de 2024


BRENO GABRIEL PASSINHO ITHAMAR – 1º Ten
 Chefe da SALC do 24º BIS

7 Despacho do Ordenador de Despesas

Diante do Demonstrativo de Necessidade apresentado:

1. Aprovo o presente documento;
2. Autorizo o início dos procedimentos para adesão à IRP citada;
3. Determino a abertura de procedimentos conforme Portaria nº 1-SEF, de 27 Jan 14; e
4. O Chefe da SALC tome as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.

São Luís – MA, 11 de março de 2024


BRUNO KREPKE LEIROS PEIXOTO – Ten Cel
 Ordenador de Despesas do 24º BIS

Documento de Formalização da Demanda

Número do Documento de Formalização da Demanda: 20/2023

1. Informações Básicas

6º CTA 31/12/2024 01:00 160530 ANA CAROLINA FERREIRA PINTO SOUZA

Serviços de TIC para DIVISÃO TÉCNICA do 6º CTA

2. Justificativa de necessidade

O presente documento se baseia no PDR 2024 do 6º Centro de Telemática de Área que tem por objetivo atender as Organizações Militares do Comando Militar do Oeste em suas necessidade de conectividade, armazenamento e hospedagem. Uma vez priorizadas tais demandas, os itens descritos foram definidos a partir das necessidade de projetos anteriores e na experiência técnico-administrativa da equipe do 6º CTA, uma vez que todos os itens descritos fazem parte de projetos de Tecnologia da Informação e estes, de acordo com a IN 01 do Ministério da Economia, necessitam para seu Estudo Preliminar de uma Previsão de Recurso Ordinário. Assim sendo, todos os itens descritos podem sofrer leve alterações no decorrer de levantamentos futuros.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO/OPERAÇÃO - ELÉTRICA	1,00	99.000,00	99.000,00
2	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO/OPERAÇÃO - ELÉTRICA	1,00	45.000,00	45.000,00
3	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO/OPERAÇÃO - ELÉTRICA	1,00	99.000,00	99.000,00
4	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	MANUTENÇÃO GERADOR ELÉTRICO	12,00	16.725,24	200.702,88
5	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	MANUTENÇÃO GERADOR ELÉTRICO	1,00	35.000,00	35.000,00
6	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	1.600,00	38,68	61.888,00
7	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	320,00	24,43	7.817,60
8	SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS	FUSÃO FIBRA ÓPTICA	38,00	76,43	2.904,34
9	OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS	SERVIÇO DE VISTORIA / VALIDAÇÃO / CERTIFICAÇÃO	19,00	211,49	4.018,31
10	SERVIÇOS DE PROJETOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)	SERVIÇOS DE PROJETO DE REDES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)	1,00	2.643,58	2.643,58
11	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,00	3.480,69	3.480,69
12	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,00	4.070,45	4.070,45
13	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,00	7.125,83	7.125,83
14	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	2,00	4.012,83	8.025,66
15	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	4,00	6.634,39	26.537,56
16	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	40,00	26,89	1.075,60
17	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	10,00	48,83	488,30
18	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	13,00	218,94	2.846,22
19	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	1.600,00	61,33	98.128,00

20	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	40,00	82,41	3.296,40
21	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	166,00	38,89	6.455,74
22	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	14,00	3.701,02	51.814,28
23	SERVIÇOS DE LIMPEZA	LIMPEZA MECÂNICA DE EQUIPAMENTOS E TUBULAÇÕES	3,00	793,08	2.379,24
24	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	INSTALAÇÃO E MONTAGEM REDES SUBTERRÂNEAS - TELECOMUNICAÇÕES	37,00	523,69	19.376,53
25	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	INSTALAÇÃO E MONTAGEM REDES SUBTERRÂNEAS - TELECOMUNICAÇÕES	74,00	18,52	1.370,48
26	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	40,00	27,64	1.105,60
27	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	9,00	2.185,70	19.671,30
28	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMAS DE ATERRAMENTO E PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	12,00	314,84	3.778,08
29	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	6,00	979,46	5.876,76
30	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	6,00	1.817,63	10.905,78
31	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	33,00	121,32	4.003,56
32	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	33,00	169,46	5.592,18
33	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	5,00	1.246,55	6.232,75
34	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	8,00	2.062,33	16.498,64
35	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	6,00	1.021,82	6.130,92
36	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMAS DE ATERRAMENTO E PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	8,00	1.137,43	9.099,44
37	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMAS DE ATERRAMENTO E PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	114,00	116,10	13.235,40
38	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMAS DE ATERRAMENTO E PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	2,00	4.209,38	8.418,76
39	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	160,00	30,33	4.852,80
40	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	66,00	258,25	17.044,50
41	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	93,00	204,31	19.000,83
42	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	26,00	283,27	7.365,02
43	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	2.413,00	32,45	78.301,85
44	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	106,00	42,49	4.503,94
45	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	53,00	61,22	3.244,66
46	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	66,00	11,42	753,72
47	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	40,00	16,76	670,40
48	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	26,00	28,15	731,90
49	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	26,00	211,82	5.507,32
50	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	146,00	232,84	33.994,64
51	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	93,00	262,03	24.368,79
52	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	26,00	76,17	1.980,42
53	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	56,00	189,44	10.608,64
54	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	666,00	7,02	4.675,32
55	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	INSTALAÇÕES PREDIAIS ELÉTRICAS	2,00	1.061,15	2.122,30

56	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	4.026,00	1010,83	43.601,58
57	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	13,00	1.117,41	14.526,33
58	OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS	SERVIÇO DE VISTORIA / VALIDAÇÃO / CERTIFICAÇÃO	53,00	59,31	3.143,43
59	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	5,00	485,70	2.428,50
60	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	26,00	67,78	1.762,28
61	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	13,00	31,79	413,27
62	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	13,00	22,56	293,28
63	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	13,00	16,95	220,35
64	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	666,00	10,37	6.906,42
65	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	3,00	536,17	1.608,51
66	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	16,00	16,95	271,20
67	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	INSTALAÇÕES PREDIAIS ELÉTRICAS	3,00	1.161,14	3.483,42
68	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	12,00	758,17	9.098,04
69	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	2.115,00	38,68	81.808,20
70	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	423,00	24,43	10.333,89
71	SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS	FUSÃO FIBRA ÓPTICA	50,00	76,43	3.821,50
72	OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS	SERVIÇO DE VISTORIA / VALIDAÇÃO / CERTIFICAÇÃO	25,00	211,49	5.287,25
73	SERVIÇOS DE PROJETOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)	SERVIÇOS DE PROJETO DE REDES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)	1,00	2.643,58	2.643,58
74	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,00	3.480,69	3.480,69
75	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,00	4.070,45	4.070,45
76	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,00	7.125,83	7.125,83
77	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	2,00	4.012,83	8.025,66
78	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5,00	6.634,39	33.171,95
79	SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	OBRAS CIVIS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	52,00	26,89	1.398,28
80	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	13,00	48,83	634,79
81	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	17,00	218,94	3.721,98
82	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	2.115,00	61,33	129.712,95
83	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	52,00	82,41	4.285,32
84	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	219,00	38,89	8.516,91
85	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	18,00	3.701,02	66.618,36
86	SERVIÇOS DE LIMPEZA	LIMPEZA MECÂNICA DE EQUIPAMENTOS E TUBULAÇÕES	3,00	793,08	2.379,24
87	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	INSTALAÇÃO E MONTAGEM REDES SUBTERRÂNEAS - TELECOMUNICAÇÕES	48,00	523,69	25.137,12
88	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	INSTALAÇÃO E MONTAGEM REDES SUBTERRÂNEAS - TELECOMUNICAÇÕES	97,00	18,52	1.796,44
89	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	52,00	27,64	1.437,28
90	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL	11,00	2.185,70	24.042,70

91	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMAS DE 15,00	314,84	4.722,60
92	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	ATERramento E PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 7,00	979,46	6.856,22
93	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 7,00	1.817,63	12.723,41
94	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 43,00	121,32	5.216,76
95	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 43,00	169,46	7.286,78
96	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	6,00 1.246,55	7.479,30
97	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 10,00	2.062,33	20.623,30
98	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 7,00	1.021,82	7.152,74
99	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMAS DE 10,00	1.137,43	11.374,30
100	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	ATERramento E PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMAS DE 150,00	116,10	17.415,00
101	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	ATERramento E PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMAS DE 2,00	4.209,38	8.418,76
102	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	ATERramento E PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 211,00	30,33	6.399,63
103	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 87,00	258,25	22.467,75
104	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 122,00	204,31	24.925,82
105	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 34,00	283,27	9.631,18
106	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 3.189,00	32,45	103.483,05
107	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 140,00	42,49	5.948,60
108	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 70,00	61,22	4.285,40
109	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 87,00	11,42	993,54
110	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 52,00	16,76	871,52
111	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 34,00	28,15	957,10
112	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 34,00	211,82	7.201,88
113	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 193,00	232,84	44.938,12
114	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 122,00	262,03	31.967,66
115	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 34,00	76,17	2.589,78
116	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 74,00	189,44	14.018,56
117	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 880,00	7,02	6.177,60
118	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÕES PREDIAIS ELÉTRICAS 2,00	1.061,15	2.122,30
119	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 5.322,00	10,83	57.637,26
120	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	17,00 1.117,41	18.995,97
121	OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS	SERVIÇO DE VISTORIA / VALIDAÇÃO / CERTIFICAÇÃO 70,00	59,31	4.151,70
122	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL 6,00	485,70	2.914,20
123	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	DE CONECTIVIDADE INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	34,00 67,78	2.304,52
124	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	17,00 31,79	540,43

125	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	17,00	22,56	383,52
126	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	17,00	16,95	288,15
127	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	880,00	10,37	9.125,60
128	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	3,00	536,17	1.608,51
129	OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE	INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / EXPANSÃO / PROGRAMAÇÃO / LOCAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO	21,00	16,95	355,95
130	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	INSTALAÇÕES PREDIAIS ELÉTRICAS	3,00	1.161,14	3.483,42
131	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDE LOCAL DE CONECTIVIDADE	15,00	758,17	11.372,55
132	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	MANUTENÇÃO / INSTALAÇÃO - NOBREAK	2,00	278.000,00	556.000,00
133	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	TRÁFEGO DE DADOS VIA CABO	12,00	63.859,96	766.319,52
134	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	TRÁFEGO DE DADOS VIA CABO	12,00	8.676,20	104.114,40
135	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	TRÁFEGO DE DADOS VIA CABO	12,00	14.300,00	171.600,00
136	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	ACESSO A INTERNET VIA CABO	12,00	8.384,55	100.614,60
137	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	12,00	1.040,00	12.480,00
138	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	12,00	6.433,13	77.197,56
139	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	12,00	6.433,13	77.197,56
140	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	12,00	6.433,13	77.197,56
141	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	12,00	6.433,13	77.197,56
142	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	12,00	6.146,58	73.758,96
143	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	12,00	6.146,58	73.758,96
144	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	12,00	6.146,58	73.758,96
145	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	12,00	6.146,58	73.758,96
146	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICA-ÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS	ACESSO A INTERNET - TELEFONIA SATÉLITE	12,00	6.146,58	73.758,96

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


JULIANO SOARES CORRÊA
 Equipe de apoio

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

51/2024

CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ

Data de Criação
05/03/2024 14:39

Contratação de serviços continuados de enlaces satelitais para acesso a Internet em Porto Morrinho e nos destacamentos de Ingazeira e São Carlos

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	ITEM DESERTO NO PROCESSO LICITATÓRIO	Empresas não concordarem com os termos do edital ou itens não causarem interesse.	Planejamento	Contratada	Médio	
1	Impactos Atraso no procedimento licitatório.					
	Ações Preventivas					
P-01	Especificação adequada dos itens da solução			Responsável: FREDERICO SAKURAI	MASSARU	
P-02	Construção do Termo de Referência com o mínimo de especificidade possível			Responsável: FREDERICO SAKURAI	MASSARU	
P-03	Aviso formal às empresas que realizaram os orçamentos do dia do pregão			Responsável: FABIANO DIAS FIGUEIREDO		
	Ações de Contingência					
C-01	Readequação técnica-administrativa			Responsável: FABIANO DIAS FIGUEIREDO		
C-02	Lançamento de nova concorrência			Responsável: CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	LICITAÇÃO RESULTA VENCEDOR HABILITADO	SEM Empresa não tem interesse em fornecer o serviço	Planejamento	Contratada	Médio	1
1	Impactos Atraso no andamento do processo de seleção da empresa					
	Ações Preventivas					
P-01	Verificar as exigências solicitadas e analisar se encontram-se compatíveis com a realidade do mercado.			Responsável: FREDERICO SAKURAI	MASSARU	
	Ações de Contingência					
C-01	Revisar exigências do edital e realizar nova licitação.			Responsável: CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	ESTIMATIVA DE PREÇO EM DESCOMPASO COM OS VALORES PRATICADOS NO MERCADO	Pesquisa de preço em desacordo	Planejamento	Contratada	Médio	1
1	Impactos Licitação deserta ou contratação por preço elevado					
	Ações Preventivas					
P-01	Realizar extensa e adequada pesquisa de mercado.			Responsável: FREDERICO SAKURAI	MASSARU	
	Ações de Contingência					
C-01	No caso de preço elevado, deve o pregoeiro negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores atual.			Responsável: FABIANO DIAS FIGUEIREDO		
C-02	Readequação dos orçamentos com as empresas que participaram do pregão, de forma a adequar o valor de referência, se necessário, ao valor de mercado real			Responsável: CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ		



Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
12-06	NÃO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO	Indisponibilidade do fornecedor.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
1	Impactos					
	Atraso na execução do projeto ou na ativação dos itens licitados.					
	Ações Preventivas					
P-01	Definição de sanções no caso da ocorrência do fato			Responsável: FABIANO DIAS FIGUEIREDO		
P-02	Abertura para empresas interessadas vistoriarem o local antes da sua participação na licitação			Responsável: CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ		
P-03	Preparação de plano de transição contratual			Responsável: FABIANO DIAS FIGUEIREDO		
	Ações de Contingência					
C-01	Solicitação do cancelamento do contrato atual somente após adequação do serviço contratado			Responsável: CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	INCAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO PARA ENTREGAR O OBJETO CONTRATADO	Profissionais sem qualificação técnica para proceder na instalação; Infraestrutura insuficiente para execução do serviço	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
1	Impactos					
	Atraso na execução do projeto ou na ativação dos itens licitados.					
2	Ações Preventivas					
P-01	Solicitação da apresentação de atestados de capacitação técnica			Responsável: FREDERICO SAKURAI	MASSARU	
	Ações de Contingência					
C-01	Solicitação do cancelamento do contrato atual somente após adequação do serviço contratado			Responsável: CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
12-06	RUPTURA INOPINADA DO CONTRATO	Desinteresse do fornecedor em continuar com o contrato.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
1	Impactos					
	Interrupção na execução do projeto					
	Ações Preventivas					
P-01	Estabelecer critérios para aceitação da empresa que apresente robustez necessária para cumprir o contrato na sua integralidade			Responsável: FREDERICO SAKURAI	MASSARU	
P-02	Definir sanções severas na minuta do contrato no caso de ocorrência.			Responsável: FABIANO DIAS FIGUEIREDO		
	Ações de Contingência					
C-01	Aplicação das sanções definidas em contrato.			Responsável: FABIANO DIAS FIGUEIREDO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
12-06	A NÃO DISPONIBILIZAÇÃO, NO TODO OU EM PARTE, DO CREDITO PARA REALIZAR A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO	Não haver recurso disponível para contratação.	Planejamento	Administração	Alto	
1	Impactos					
	Não implantação ou implantação incompleta da Solução					
2	Ações Preventivas					
	Atraso na aplicação da solução					
	Ações de Contingência					
P-01	Dar conhecimento à alta administração da Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Oeste da importância da implantação da solução			Responsável: CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ		
	Ações de Contingência					
C-01	Tentar obter o crédito junto aos responsáveis			Responsável: CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	INCAPACIDADE FINANCEIRA DA					

Handwritten signature and initials

EMPRESA
VENCEDORA DO Empresa não ter materiais ou mão de obra
PROCESSO suficiente para entregar o objeto contratado. Gestão de Contrato Contratada Alto
LICITATORIO
PARA ENTREGAR
O OBJETO
CONTRATADO

Impactos

1 Insucesso na execução do serviço pretendido.

Ações Preventivas

P-01 Estabelecer critérios para aceitação da empresa que apresente robustez **Responsáveis:** FREDERICO MASSARU
SAKURAI, CARLOS ROGERIO
DA SILVA RUIZ, FABIANO DIAS
FIGUEIREDO

Ações de Contingência

C-01 Acionar juridicamente a empresa para o cumprimento da contratação. **Responsável:** FABIANO DIAS FIGUEIREDO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	CONTRATAR EMPRESA SEM Empresa sem qualificação para entregar o ESPECIALIZAÇÃO objeto contratado NECESSÁRIA		Planejamento	Contratada	Alto	

Impactos

1 Insucesso na execução do serviço pretendido.

Ações Preventivas

P-01 Definição de especificações técnicas que garantam a contratação de empresa **Responsável:** FREDERICO MASSARU
especializada de acordo com as normas vigentes. SAKURAI

Ações de Contingência

C-01 Abrir processo administrativo para retificar a fase da habilidade técnica. **Responsável:** FABIANO DIAS FIGUEIREDO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	IRREGULARIDADE DA EMPRESA Empresa contratada com certidões irregulares		Planejamento	Contratada	Baixo	

Impactos

1 Atraso no andamento do processo.

Ações Preventivas

P-01 Conferência por meio de check-list. **Responsáveis:** FREDERICO MASSARU
SAKURAI, FABIANO DIAS
FIGUEIREDO

Ações de Contingência

C-01 Contatar os fornecedores para regularização das pendências. **Responsável:** FABIANO DIAS FIGUEIREDO

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento


CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ

Integrante Requisitante


FREDERICO MASSARU SAKURAI

Integrante Técnico





FABIANO DIAS FIGUEIREDO

Integrante Administrativo

(Continuação do Bol Int Nr 44, de 05/03/2024, do 6º CTA)

Pag nº 181

2023, a contar desta data, o qual deverá apresentar-se pronto para o serviço em 20 MAR 24. Restam-lhe 15 (quinze) dias de férias, relativas ao ano de 2023.

3º Sgt **FABIANO DIAS FIGUEIREDO**

Em consequência, a Div Ap e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

b. INSPEÇÃO DE SAÚDE - Ordem

Conforme previsto na letra a, do subitem 2.6.1, das Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército (EB30-N-20.008), seja inspecionada pelo Médico Perito da OM, na Formação Sanitária da B Adm Ap/CMO, para fins de Controle Periódico de Saúde (CPS).

S Ten **SANDRO LÚCIO MOURA DA SILVA**

2º Sgt **LUIS EDUARDO ARAUJO AUGUSTO**

Em consequência, a Div Ap/Seç Pes e os interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. GRADUADO DE LIGAÇÃO - Designação

Designo para a função de Graduado de Ligação do 6º Centro de Telemática de Área a contar desta data, o militar a baixo nominado:

S Ten HARLEM **BERGER** DE OLIVEIRA SANTOS

Em consequência:

- deixou de responder pela função de Graduado de Ligação do 6º Centro de Telemática de Área, a contar desta data, o S Ten MARCOS PAULO **LYRA SOARES**; e
- os demais interessados tomem conhecimento e providências.

b. PROCESSO DE AVERIGUAÇÃO - Validade de Documentação e Veracidade de Informações

Conforme previsto no DIEx nº 1916-SSMR/Esc SM/Cmdo 9ª RM - EB: 64320.003841/2024-14, 26 FEV 24, nomeio o 2º Ten DAVI **FASOLIN DOS SANTOS**, para verificar a documentação apresentada na ocasião do processo seletivo do sp OTT Infor PEDRO HENRIQUE MARQUES DOSSANTO.

Asp **PEDRO HENRIQUE MARQUES DOS SANTOS**

Em consequência, a Div Ap/Seç Pes, deverá publicar em data oportuna a conclusão do relatório no Boletim Interno deste Centro.

c. PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES - Designação de Equipes

Designo para compor a equipe de planejamento da contratação (EPC) dos enlaces satelitais para os pelotões especiais de fronteira do CMO, os seguintes militares:

- Requisitante: 1º Ten OTT CARLOS ROGÉRIO DA SILVA **RUIZ** - Adj Seç Prjt;
- Técnico: 2º Ten OTT FREDERICO MASSARU **SAKURAI** - Ch Seç Cent Op; e

(Continuação do Bol Int Nr 44, de 05/03/2024, do 6º CTA)

Pag nº 182

- Administrativo: 3º Sgt SCT **FABIANO DIAS FIGUEIREDO** - Aux Div Adm.

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências.

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

Sem Alteração

2. DISCIPLINA

Sem Alteração

MARLOS DE MENDONÇA CORRÊA - Ten Cel
Chefe do 6º CTA

Estudo Técnico Preliminar 141/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64194.000625/2024-18

2. Descrição da necessidade

2.1 O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação. Referência: Art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
668.726.930-53	Juliano Soares Correa

4. Necessidades de Negócio

4.1 Devido à dificuldade logística no contexto do provimento de serviços de TIC aos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e Destacamentos do Comando Militar do Oeste, muitas destas localidades não possuem atualmente conectividade de dados devida para o atendimento das necessidades deste G Cmdo.

4.2 Nestas localidades, se faz necessária a contratação de enlaces de dados para transporte de quaisquer tipos de dados para que, através destes enlaces, o 6º CTA possa prover conectividade aos sistemas corporativos do EB e prestação dos serviços de TIC previstos em seu catálogo nestes pontos de interesse. Este provimento deverá atender os padrões de Disponibilidade, Capacidade, Continuidade e Segurança previstos em seus Planos de gestão. Para tanto, os parâmetros de contratação do referido enlace deverão suportar estes padrões, para que, através de seus equipamentos e tecnologias, o 6º CTA consiga seguir seus Planos em plenitude.

4.3 Neste contexto, se faz necessária a contratação de serviços de conectividade à internet por meio satelital para instalação nos PEF e destacamentos do CMO que ainda não possuem conectividade com padrões aceitáveis. Foi apurado no levantamento de demanda que, os PEF e destacamentos do CMO que atualmente necessitam deste atendimento são os que seguem:

Id	Subordinação		Nome	Localidade
	Bda	OM		
1	18º Bda Inf Pan	17º Bfron	PORTO MORRINHO	Corumbá – MS
2	18º Bda Inf Pan	2ª Cia Fron	DESTACAMENTO INGAZEIRA	Porto Murtinho – MS
3	4ª Bda C Mec	10º RC Mec	DESTACAMENTO SÃO CARLOS	Caracol - MS

4.4 Portanto há a necessidade de contratação de Solução de conectividade para atender as Organizações Militares (OM) orgânicas do Comando Militar do Oeste localizados em áreas não atendidas por infraestrutura de cabeamento de internet.

4.5 Nesse contexto, a contratação de enlaces satelitais faz-se necessária, principalmente em regiões desprovidas de infraestrutura de cabeamento terrestre ou rádio.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1 Os requisitos para a contratação planejada foram verificados e identificados, baseando-se em requisitos do negócio, na legislação vigente deste tipo de contratação, nas normas técnicas aplicáveis e nos planos de gestão de TIC do 6º CTA, sendo sumarizados abaixo:

5.1.1 a CONTRATADA deve fornecer serviço continuado de conexão à internet satelital, incluindo todos os equipamentos, cabos e antenas necessários, a ser(em) instalado(s) no ambiente físico do CONTRATANTE;

5.1.2 a CONTRATADA deve estar apta a implantar serviço de enlace satelital para acesso à Internet em OM localizadas e conforme as velocidades (bandas) definidas e dentro dos prazos estipulados para instalação, mediante solicitação do CONTRATANTE;

5.1.3 a CONTRATADA deve fornecer e configurar todos os equipamentos de telecomunicações necessários à plena prestação do serviço de enlace satelital para acesso à Internet, incluindo os meios de transmissão, concentradores /multiplexadores e outros ativos de rede e de interfaceamento;

5.1.4 a CONTRATADA deve fornecer toda a infraestrutura física necessária para promover a interconexão do serviço de enlace satelital para acesso à Internet e o ambiente de rede local das OM atendidas pelos enlaces;

5.1.5 o enlace contratado deverá obedecer todos os parâmetros técnicos de qualidade, capacidade, disponibilidade e segurança definidos na especificação técnica da contratação;

5.1.6 os circuitos previstos no serviço continuado de conexão à internet satelital, devem ser fornecidos com garantia de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da banda definida para download em 95% (noventa e cinco por cento) do tempo nas medições realizadas. E, a banda de upload deve ser de, no mínimo, 10% das características de banda de download; e

5.1.7 a conexão para acesso à Internet deve suportar, de forma transparente, o tráfego multicast.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Não há

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1 Os serviços planejados para contratação são os que seguem:

7.1.1 Serviço de FORNECIMENTO de link de internet via satélite com instalação inclusa

7.2 A demanda prevê o atendimento das localidades abaixo, eleitas por se tratarem das localidades com maior dificuldade de comunicação, conforme planejamento estratégico do 6º CTA:

Id	Nome	Localidade	Coordenadas Geográficas	Acesso

1	PORTO MORRINHO	Corumbá – MS	19°31'09.2"S 57° 25'17.1"W	Rodovia Pavimentada
2	DESTACAMENTO INGAZEIRA	Porto Murtinho – MS	22°04'55.4"S 57° 56'24.5"W	Rodovia Pavimentada: 12km Estrada sem pavimentação: 48 Km
3	DESTACAMENTO SÃO CARLOS	Caracol - MS	22°10'46"S 57°18" 14"W	Rodovia pavimentada: 14 km Estrada sem pavimentação: 26km

7.3 O serviço de instalação será necessário apenas uma vez no processo de implantação do sistema em questão em cada localidade. Por este motivo o quantitativo total foi calculado com o igual ao total de localidades atendidas.

7.4 O serviço de fornecimento do enlace deve ser contratado através de mensalidade. Durante a duração do contrato, o quantitativo referente a este tipo de contratação corresponde a 12 mensalidades por localidade totalizando 36 mensalidades.

7.5 Os itens para contratação deverão ser adequados de acordo com os modelos disponibilizados no mercado. Por exemplo, o valor da implantação ou do fornecimento do link podem variar conforme a localidade, para alguns fornecedores.

7.6 Caso ocorra a mudança de sede de alguma Organização Militar – Localidade, durante a vigência do contrato, será necessário a respectiva mudança no endereço da instalação do serviço, pela CONTRATADA.

8. Levantamento de soluções

8.1 Com base nas contratações anteriores efetuadas pelo 6º CTA estudo de propostas junto a fornecedores de novas metodologias utilizadas no mercado, chegou-se a três soluções possíveis:

8.1.1 **Solução 1** - Participar da IRP 04/2024, UASG 160016, do Comando Militar da Amazônia, com data provável da Licitação em 12 ABR 24;

8.1.2 **Solução 2** - Solicitar participação com o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (UASG 925866), que realizou pregão para Registro de preço (PE 46/2023). Ata válida até 17 OUT 24.

8.1.3 **Solução 3** - Contratação por licitação própria na modalidade pregão de link satelital, nos mesmos moldes da contratação atual realizada por este centro para os Pelotões de Fronteiras do Comando Militar do Oeste.

9. Análise comparativa de soluções

9.1 De acordo com o Inciso II do art. 11 IN SGD/ME 94/2022, segue abaixo a análise comparativa das soluções levantadas nos aspectos qualitativos em termos de benefícios ou obstáculos para o alcance dos objetivos da contratação, além do aspecto econômico:

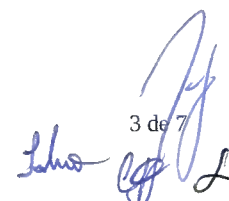
9.1.1 **Solução 1** - Participar da IRP 04/2024, UASG 160016, do Comando Militar da Amazônia, com data provável da Licitação em 12 ABR 24

a. Vantagens: Contratação de tecnologia mais atual; Conectividade com menor latência, maior capacidade de transmissão de dados em relação ao contrato atual.

b. Desvantagens: Solução ainda não implementada; Com franquia de dados

9.1.2 **Solução 2** - Solicitar participação com o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (UASG 925866), que realizou pregão para Registro de preço (PE 46/2023). Ata válida até 17 OUT 24

3 de 7



a. Vantagens: Conectividade com menor latência, maior capacidade de transmissão de dados em relação ao contrato atual.

b. Desvantagens: Probabilidade de não ser aceito no processo como participante; Com franquia de dados

9.1.3 Solução 3 - Contratação por licitação própria na modalidade pregão de link satelital, nos mesmos moldes da contratação atual realizada por este Centro para os Pelotões de Fronteiras do Comando Militar do Oeste

a. Vantagens: Contratação de tecnologia mais atual; Sem franquia de dados.

b. Desvantagens: Pela quantidade, poderá ser contratado com valor superior a solução 1.

9.2 A Solução 1 se tornou mais viável pelo fato da possibilidade de contratação com valor inferior as demais soluções, atendendo as necessidades da administração.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1 Da análise das alternativas disponíveis no mercado resultou a conclusão de que NÃO HOUVE soluções consideradas inviáveis.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1 Considerando-se a natureza dos itens que compõem a solução, torna-se manifestamente dispensável a análise comparativa de custos, representada pelo Custo Total de Propriedade (TCO), obtido por meio da composição dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, o que inclui os custos de aquisição, insumos, garantias e manutenção da solução como um todo.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1 A Operação será realizada pelo fornecedor contratado, sendo seus custos coberto pelo valor da mensalidade das conexões de internet satelitais conforme descritos anteriormente. Como não haverá nenhuma outra demanda de operação, a mensalidade totaliza o custo de operação. É previsto que este valor será corrigido anualmente, conforme Índice de Serviço de Telecomunicações IST. Uma estimativa baseada no histórico deste índice é utilizada para este cálculo.

12.2 Solução Viável 1:

12.2.1 **Descrição:** Participar da IRP 04/2024, UASG 160016, do Comando Militar da Amazônia, com data provável da Licitação em 12 ABR 24

12.2.1.1 **Custo Total de Propriedade – Memória de Cálculo:** Os custos desta solução foram estimados baseando-se nos valores da contratação atual de internet satelital nos Pelotões Especiais de Fronteira do Comando Militar do Oeste, localizado no Mato Grosso do Sul.

12.2.1.2 **Custos de Aquisição:** A solução não prevê a aquisição de nenhum software ou hardware. Todos os Itens de configuração envolvidos serão utilizados em regime de comodato.

12.2.1.3 **Custos de Implementação:** Os custos de implementação são os referentes aos cobrados pelo fornecedor a ser contratado para realizar a instalação do ponto pretendido. Este custo incorre apenas no primeiro ano da solução. Como não haverá nenhuma adaptação das infraestruturas existentes que não seja contemplada pelo serviço de instalação, não há outros custos de implementação vislumbrados.

Custo de Implementação Total 1º Ano: não há

Custo de Implementação Total demais anos: não há

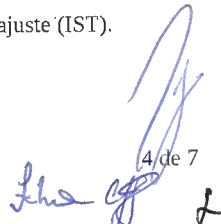
12.2.1.4 **Custo de Operação**

Custo de Operação Mensal: R\$ 4.728,43 para cada ponto, totalizando R\$ 14.185,29

Custo de Operação Total 1º Ano: R\$ 170.223,48

Custo de Operação Total demais anos: Somatório das mensalidades do link contratado com reajuste (IST).

4 de 7



12.2.1.5 **Custo de Manutenção e Suporte:** Os custos de Manutenção e suporte estão inclusos nos custos da mensalidade dos links, calculado nos Custos de Operação.

12.2.1.6 **Custos Indiretos:** Não foram identificados custos indiretos na solução, visto que a estrutura administrativa existente possui capacidade de absorver os novos encargos advindos da solução implantada

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 170.223,48

13.1 Estimativa do custo total da contratação, considerando a solução escolhida: R\$ 170.223,48.

13.2 Valor de referência ao contrato de internet satelital nos Pelotões Especiais de Fronteira do Comando Militar do Oeste localizado no Mato Grosso do Sul

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1 A solução escolhida atende adequadamente às necessidades técnicas identificadas, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, apresentando os melhores resultados, segundo as argumentações que constam no Item "Benefícios a Serem Alcançados com a Contratação" deste Estudo Técnico Preliminar

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1 As especificações técnicas expressam as necessidades da Administração e, por isso, se restringem estritamente àquelas necessárias ao alcance dos resultados e objetivos pretendidos nas compras públicas.

15.2 Logo, a solução 1 se tornou mais viável pois além de atender as especificações técnicas necessárias, tem a possibilidade de contratação com valor inferior as demais soluções.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1 Com a contratação espera-se atingir os resultados e benefícios que seguem:

16.1.1 Capacidade das Organizações Militares atendidas terem conectividade à Internet;

16.1.2 Capacidade das Organizações Militares atendidas terem conectividade à EBNNet, através de VPN sob responsabilidade do 6º CTA;

16.1.3 Estabelecimento de conectividades com disponibilidade e parâmetros de qualidade dentro dos mínimos traçados neste Termo;

16.1.4 Ter os serviços de Manutenção preventiva e corretiva dos enlaces, associados à contratação mensal. Os parâmetros destes serviços não serão definidos nesta contratação, mas refletirão nos demais parâmetros definidos, como disponibilidade e qualidade dos enlaces.

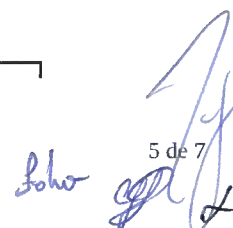
17. Providências a serem Adotadas

17.1 Necessidades de adequação do ambiente interno para execução contratual:

17.1.1 Não é necessário a adequação do ambiente interno para a execução contratual

17.2 Estratégia de continuidade da solução em caso de interrupção contratual:

5 de 7



Evento 1	
Empresa não cumprir contrato.	
Ação Preventiva	Abrir processo administrativo para sancionar a empresa
Responsáveis	SALC – Seção de Aquisição, Licitação e Contratos
Ação de Contingência	Abrir novo pregão de registro de preço
Responsáveis	SALC – Seção de Aquisição, Licitação e Contratos

17.3 Acompanhamento dos Riscos

17.3.1 O Mapa de Riscos deverá ser atualizado após a fase de Seleção do Fornecedor e após a ocorrência de eventos relevantes, durante a gestão do contrato.

17.3.2 As ações de tratamento dos riscos e de contingência não recairão necessariamente sobre a Equipe de Fiscalização do Contrato, responsável pelo contínuo gerenciamento dos riscos.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1.1 O estudo realizado está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto. Seus resultados evidenciaram que a contratação da solução 1 mostra-se a mais viável. A opção em questão atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante é capaz de realizar gestão para garantir o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que a equipe de planejamento, instituída no Boletim Interno nº Nr 44 de 05 MAR 2024, do 6º CTA, declara viável esta contratação.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ
Integrante Requisitante

Frederico Massaru Sakurai

FREDERICO MASSARU SAKURAI

Integrante Técnico

Fabiano

FABIANO DIAS FIGUEIREDO

Integrante Administrativo

Lista de Anexos

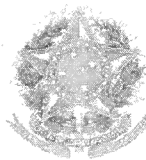
Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Especificações técnicas.pdf (276.77 KB)

lha cf 2

Anexo I - Especificações técnicas.pdf

Handwritten signature



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA
 (Centro de Informática Nr 9/1993)

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 Serviço de enlace satelital para acesso à Internet

1.1 Os endereços de instalação constam na Tabela abaixo - Localização dos Pontos de Presença (PP).

Id	Subordinação		Nome	Localidade	Coordenadas Geográficas	Acesso
	Bda	OM				
1	18º Bda Inf Pan	17º Bfron	PORTO MORRINHO	Corumbá – MS	19°31'09.2"S 57°25'17.1"W	Rodovia Pavimentada
2	18º Bda Inf Pan	2ª Cia Fron	DESTACAMENTO INGAZEIRA	Porto Murtinho – MS	22°04'55.4"S 57°56'24.5"W	Rodovia Pavimentada: 12km Estrada sem pavimentação: 48 Km
3	4ª Bda C Mec	10º RC Mec	DESTACAMENTO SÃO CARLOS	Caracol - MS	22°10'46"S 57°18'14"W	Rodovia pavimentada: 14 km Estrada sem pavimentação: 26km

1.2 A CONTRATADA deverá fornecer 1 (um) endereço IPV4 público de Internet para cada link contratado.

1.2.1 Este endereço será atribuído à interface de rede da CONTRATANTE.

1.3 O serviço deverá ser prestado em regime de 24x7x365 (24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias no ano).

1.3.1 Caso haja necessidade de interrupção, esta deverá ser solicitada pela CONTRATADA com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

1.4 Não deverá haver qualquer restrição no acesso à internet, em nenhum protocolo, tais como, protocolo IPSEC, coreio eletrônico, videoconferência, páginas web, servidor DNS, VPN e outros.

1.5 Não deverá haver qualquer restrição de quantidade de equipamentos usados pela CONTRATANTE, nem limitação à quantidade de dados trafegados e na quantidade de conexões (conexões TCP/UDP).

1.6 A CONTRATADA deverá fornecer o *link* de internet assimétrico e com garantia de banda nos seguintes percentuais mínimos de transmissão/recepção:

1.6.1 *Download*: 50% da taxa de transmissão máxima contratada, sem franquia de consumo.

1.6.2 *upload*: 50% da taxa de transmissão máxima contratada, sem franquia de consumo.

- 1.6.3** A aferição da velocidade da banda será efetuada por demanda da CONTRATANTE, mediante a abertura de chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA ou através de gerenciador de consumo e velocidade de banda disponibilizada pela CONTRATANTE.
- 1.7** A CONTRATADA será responsável pela resolução dos incidentes e problemas que afetem o desempenho e a operacionalidade do serviço contratado.
- 1.8** A CONTRATADA será responsável por fornecer todos os equipamentos e meios necessários à plena prestação do serviço, excluindo-se o fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos, o aterramento da rede e a climatização das dependências da CONTRATANTE.
- 1.9** Os equipamentos serão de propriedade da CONTRATADA, que ficará responsável pelo suporte técnico destes.
- 1.10** A CONTRATADA deverá obedecer às recomendações elaboradas pela EIA/TIA (*Electronics Industry Alliance and Telecommunication Industry Association*), pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para provimento de serviços de acesso à Internet (ISP), e às Normas Técnicas e regulamentações da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).
- 1.11** A instalação dos equipamentos e componentes da solução deverá levar em consideração o ambiente e instalações existentes (espaço físico, sistema de refrigeração e de fornecimento de energia elétrica, dutos, eletrocalhas, entre outros elementos).
- 1.11.1** Os componentes empregados (equipamentos e acessórios) deverão proporcionar condições ideais de funcionamento no que diz respeito à disposição física, evitando problemas de refrigeração e também de acesso físico aos equipamentos.
- 1.11.2** Como critério de aceitação, o enlace instalado e ativado deve apresentar resultados satisfatórios em todos os testes dos parâmetros de qualidade do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

2 PADRÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

- 1.12** Os serviços serão prestados com base nos parâmetros de aferição da qualidade detalhados no IMR (Instrumento de Medição de Resultado), assim resumidos:

Id	Indicador	Meta a Cumprir
1	Percentual de Disponibilidade (D)	$D \geq 93,3\%$
2	Latência Média Mensal (Ln)	$Ln \leq 120 \text{ ms}$
3	Velocidade de Download (VDL)	Conexão 50 Mbps $VDL \geq 50\% \text{ da banda } (\geq 25 \text{ Mbps})$
4	Velocidade de Upload (VUL)	Conexão 5 Mbps $VDL \geq 50\% \text{ da banda } (\geq 2,5 \text{ Mbps})$

- 1.13** O acompanhamento e a medição dos parâmetros de qualidade do serviço e os eventuais ajustes no pagamento, decorrentes de glosas ou descontos do valor mensal contratado, serão individualizados para cada enlace contratado;

1.14 No caso de descumprimento das metas de qualquer dos parâmetros de qualidade do serviço, sem prejuízo da aplicação dos descontos correspondentes, a CONTRATADA deverá:

1.14.1 investigar e relatar à CONTRATANTE as causas do problema;

1.14.2 informar à CONTRATANTE a evolução das providências tomadas para a solução do problema;

1.14.3 corrigir o problema de modo a restabelecer a qualidade do serviço contratado; e

1.14.4 adotar medidas preventivas adequadas para evitar reincidência do problema.

3 SUPORTE TÉCNICO

1.15 A CONTRATADA deverá manter uma estrutura de atendimento especializada, adequada para comportar o volume total de chamados registrados para suporte aos serviços contratados, contemplando recursos humanos, hardware, software, telefonia e demais complementos que garantam o pleno funcionamento da solução de Central de Atendimento, dentro das suas próprias instalações, contemplando as seguintes características mínimas:

1.15.1 a Central de Atendimento deverá incluir atendimento remoto (chamado), em língua portuguesa, por telefone, obrigatoriamente, que possa dar origem as Ordens de Serviço (OS), fornecendo, nesse momento o número, data e hora de abertura do chamado;

1.15.2 permitir a abertura de chamados originados de telefone celular;

1.15.3 estar disponível em horário integral, na modalidade 24x7x365 (24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias no ano) durante toda vigência do contrato, exceto para o nível de Criticidade 4-Baixa, indicado adiante;

1.15.4 permitir acesso criptografado (seguro) da CONTRATANTE ao sistema de atendimento através da Internet por meio de interface *Web* compatível com, no mínimo, os seguintes *browsers*: Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer;

1.15.5 manter a ferramenta de gerenciamento do serviço atualizada com todas as informações e evoluções relacionadas ao tratamento dos chamados registrados, incluindo, no mínimo:

1.15.5.1 tempo de início e fim de atendimento;

1.15.5.2 identificação do elemento afetado (equipamento, enlace ou serviço);

1.15.5.3 nome, telefone de contato da CONTRATANTE que foi posicionado acerca do

1.15.5.4 reparo/restabelecimento do serviço; e

1.15.5.5 descrição detalhada da resolução do chamado.

1.15.6 permitir acesso para usuários cadastrados da CONTRATANTE à ferramenta de gerenciamento do serviço, para acompanhamento de todos os chamados registrados;

1.15.7 dar ciência do fechamento e encerramento dos chamados registrados aos responsáveis técnicos pelo enlace afetado, que devem ser designados e informados oportunamente pela CONTRATANTE.

1.15.8 emitir relatórios mensais referentes à prestação dos serviços com informações detalhadas sobre os chamados abertos, em atendimento, fechados e encerrados, devendo servir como referência na solução de incidentes e problemas futuros.

1.15.9 realizar qualquer intervenção necessária para recuperação dos serviços e reparação de falhas, nas soluções implantadas, *hardware* ou *software*, de produção ou de gerência, sempre que possível, mediante notificação à CONTRATANTE.

1.15.9.1 caso não seja possível o contato imediato com o responsável técnico da CONTRATANTE, no caso de procedimentos remotos, deve-se proceder com as atividades relacionadas à recuperação imediata dos serviços afetados e informar as ações realizadas à CONTRATANTE com a maior brevidade possível.

1.15.9.2 Caso sejam necessários procedimentos presenciais é indispensável a prévia autorização da CONTRATANTE para o acesso às instalações pela CONTRATADA.

1.16 A CONTRATADA deverá prestar o serviço de suporte técnico de acordo com os Níveis de Criticidade estabelecidos em uma das seguintes modalidades:

1.16.1 Atendimento Técnico Presencial: executado no local onde estão instalados os equipamentos. Deve ocorrer sempre que for necessário realizar procedimentos de recolocação de equipamentos em uso, em casos de inoperância total ou parcial, defeito ou mal funcionamento. Compreende substituição de peças, módulos e equipamentos, ajustes, reparos e reconfiguração; e

1.16.2 Atendimento Técnico Remoto: executado por telefone, *e-mail* ou através de acesso remoto. Deve ocorrer em procedimentos destinados a esclarecer dúvidas, aplicar atualizações e realizar correções de configuração.

1.17 Obedecer, para atendimento de chamados, a classificação da Tabela 1 quanto ao nível de criticidade:

Criticidade	Descrição	Tipo de Atendimento	Tempo de Início do Atendimento	Tempo para Restabelecimento do Serviço	Tempo para Solução Definitiva
1 – Crítica	Chamados referentes a situações de emergência ou problema crítico, caracterizados pela interrupção do serviço.	Presencial	Máximo de 72 (setenta e duas) horas após a abertura do chamado.	Máximo de 8 (oito) horas após o início do atendimento do chamado.	Máximo de 16 (dezesesseis) horas após o início do atendimento do chamado.
		Remoto	Máximo de 12 (doze) horas após a abertura do chamado.	Máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o início do atendimento do chamado.	Máximo de 36 (trinta e seis) horas após o início do atendimento do chamado.
2 – Alta	Chamados associados a situações de alto impacto, incluindo os	Presencial	Máximo de 72 (setenta e duas) horas após a abertura do	Máximo de 12 (doze) horas após o início do atendimento do	Máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o

	casos de degradação severa de desempenho.		chamado.	chamado.	início do atendimento do chamado.
		Remoto	Máximo de 12 (doze) horas após a abertura do chamado.	Máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o início do atendimento do chamado.	Máximo de 36 (trinta e seis) horas após o início do atendimento do chamado.
3 – Média	Chamados referentes a situações de baixo impacto ou para problemas que se apresentem de forma intermitente, incluindo os casos em que haja necessidade de substituição de componente(s) que possua(m) redundância.	Remoto	Máximo de 12 (doze) horas após a abertura do chamado.	Máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o início do atendimento do chamado.	Máximo de 36 (trinta e seis) horas após o início do atendimento do chamado.
4 – Baixa	Chamados com o objetivo de sanar dúvidas quanto ao uso ou implementação do produto.	Remoto	Máximo de 1 (um) dia útil após a abertura do chamado.	Máximo de 1 (um) dia útil após o início do atendimento do chamado.	Máximo de 2 (dois) dias úteis após o início do atendimento do chamado.

1.18 Considerar como “Início do Atendimento”, o prazo máximo fixado para o primeiro contato de diagnóstico com a CONTRATANTE, a partir da abertura do chamado, incluindo o percurso do técnico até as instalações da CONTRATANTE, nos casos de atendimento presencial.

1.18.1 Nos atendimentos presenciais, Tempo de reparo máximo aceitável de 72 horas, considera os Pontos de Presença (PP) instalados na capital do Estado ou em cidades localizadas a menos de 50 km da capital.

1.18.2 Aos tempos indicados na Tabela 1, será permitido o acréscimo de 4 (quatro) horas para cada 50 (cinquenta) km adicionais de distância entre o município do terminal de usuário e a capital do estado.

1.19 Realizar o atendimento de chamados com criticidade 1-Crítica ou 2-Alta de forma ininterrupta até o completo restabelecimento do serviço envolvido, mesmo que se estenda por períodos noturnos e dias não úteis.

1.19.1 A forma de atendimento, remoto ou presencial, não altera o início da contagem dos prazos.

1.20 Realizar o escalonamento automático dos chamados que não forem solucionados no prazo previsto, para o nível de criticidade imediatamente superior, sendo que os prazos de atendimento e de solução devem ser automaticamente alterados para o definido no referido nível.

1.20.1 No caso de escalonamento:

1.20.1.1 as penalidades pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos devem ser contabilizadas a partir do período definido para o nível de criticidade do enquadramento original; e

1.20.1.2 os prazos dos chamados devem ser reiniciados.

Campo Grande - MS, 27 de fevereiro de 2024.



CARLOS ROGERIO DA SILVA RUIZ – 1º Ten
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



FREDERICO MASSARU SAKURAI – 2º Ten
Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

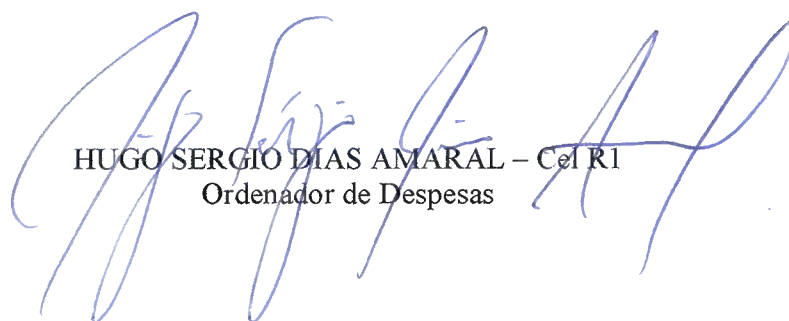


FABIANO DIAS FIGUEIREDO – 3º Sgt
Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

APROVAÇÃO

Em conformidade com o prescrito nos termos do § I do Art. 18º da Lei 14.133/2021, aprovo este Estudo Técnico Preliminar cujo objetivo é a contratação de serviços de conectividade à internet por meio satelital em Porto Morrinho e nos destacamentos de Ingazeira e São Carlos, para transmissão de dados via canal de comunicação digital, para atender às necessidades das OMs do Comando Militar do Oeste.

Em 11 de março de 2024.


HUGO SERGIO DIAS AMARAL – Cel R1
Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA
 (Centro de Informática Nr 9/1993)

MEMÓRIA DE CALCULO – INTERNET SATELITAL CMO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	DOCUMENTO PARA SUPORTE DA QUANTIDADE CONSUMIDA	VALOR UNITÁRIO	JUSTIFICATIVA
1	Lançamento por metro linear de cabo FO com 24 fibras monomodo, subterrâneo e/ou aéreo com fornecimento do material Serviço continuado de conexão à internet na velocidade de 20 Mbps, por rede SATELITAL, na banda Ka, sem franquia de dados (ilimitado) no PEF FORTE COIMBRA	Mensal	12	Contrato 11/2022 (Base de Administração e Apoio do CMO)	R\$ 4.728,14	Valores de referência obtidos com o contrato vigente com a TELEBRAS sob a responsabilidade do 6º CTA, em localidades que utilizam internet satelital no estado do Mato Grosso do Sul
2	Serviço continuado de conexão à internet na velocidade de 20 Mbps, por rede SATELITAL, na banda Ka, sem franquia de dados (ilimitado) no PEF PORTO ÍNDIO	Mensal	12	Contrato 12/2022 (Base de Administração e Apoio do CMO)	R\$ 4.728,14	Valores de referência obtidos com o contrato vigente com a TELEBRAS sob a responsabilidade do 6º CTA, em localidades que utilizam internet satelital no estado do Mato Grosso do Sul
3	Serviço continuado de conexão à internet na velocidade de 20 Mbps, por rede SATELITAL, na banda Ka, sem franquia de dados (ilimitado) no CAMPO DE INSTRUÇÃO BETIONE	Mensal	12	Contrato 13/2022 (Base de Administração e Apoio do CMO)	R\$ 4.728,14	Valores de referência obtidos com o contrato vigente com a TELEBRAS sob a responsabilidade do 6º CTA, em localidades que utilizam internet satelital no estado do Mato Grosso do Sul

Campo Grande, MS, 20 de fevereiro de 2024.

Responsável pela informação:


FREDERICO MASSARU SAKURAI – 2º ten
 Fiscal Técnico Contrato de Internet Satelital (atual)

JUSTIFICATIVAS
ORDENADOR DE DESPESAS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

TERMO DE JUSTIFICATIVAS DO ORDENADOR DE DESPESAS

PREGÃO Nº 01/2024-Cmdo CMA/4º CTA
Processo Administrativo nº 64192.000748/2024-61

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de telecomunicações através de link de acesso à internet via satélite com uso da rede de satélites em órbita baixa (LEO).

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. QUANTO À SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

2.1.1. A segregação de funções é um dos princípios elencados no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, que devem ser observados na aplicação das normas relativas às licitações e contratos administrativos.

2.1.2. Segundo esse princípio, é vedada a designação do mesmo agente público para atuação **SIMULTÂNEA** em funções mais suscetíveis a riscos, com o objetivo de reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

2.1.3. No mesmo sentido, a aplicação do princípio da segregação de funções foi prevista no Inciso XXIX do art. 2º do Regulamento de Administração do Exército (RAE), aprovado com a Portaria C Ex nº 1.555, de 9 de julho de 2021:

“Art. 2º Para efeitos deste Regulamento, são adotados os seguintes conceitos básicos:

(...)

*XXIX - **segregação de funções** - é a separação de funções, de tal forma que estejam segregadas entre pessoas diferentes, a fim de reduzir o risco de erros ou de ações inadequadas ou fraudulentas, e implica, normalmente, dividir as responsabilidades de autorização, execução, registro e controle de transações, bem como de manuseio dos ativos relacionados;*

(...)

*Art. 139. Os agentes da administração **deverão observar**, ao executar atos e fatos de gestão no âmbito do Comando do Exército, os princípios constitucionais da administração pública, os licitatórios e a **segregação de funções**.” [Grifei]*

2.1.4. Atendendo ao disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 12 do Decreto nº 11.246, de 2022, que dispõe sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no presente processo foram designados agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da legislação de licitações e contratos administrativos observando-se o preenchimento dos seguintes requisitos:

a. os papéis de integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação não foram acumulados pelo mesmo servidor, conforme vedado pelo § 3º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022:

*§ 3º Os papéis de integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação não poderão ser acumulados pelo mesmo servidor, salvo quanto aos papéis de Integrante **Requisitante e Técnico**, em casos excepcionais, mediante justificativa fundamentada nos autos, e aprovados pelo Comitê de Governança Digital do órgão ou entidade”*

b. O papel de Gestor do Contrato não será acumulado com papéis da Equipe de Fiscalização do Contrato (Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo), conforme vedado pelos § 3º do art. 29 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022:

§ 3º O papel de Gestor do Contrato não pode ser acumulado com papéis da Equipe de Fiscalização do Contrato.”

c. Os papéis de fiscais não serão acumulados pelo mesmo servidor, conforme vedado pelos § 4º do art. 29 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022:

“§ 4º Os papéis de fiscais não poderão ser acumulados pelo mesmo servidor, salvo quanto aos papéis de Fiscal Requisitante e Técnico, em casos excepcionais, mediante justificativa fundamentada nos autos, aprovados pela autoridade máxima da Área de TIC.”

d. No presente processo não haverá acúmulo de funções com os integrantes dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração e serão observadas as regras do quadro abaixo.

SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES x FUNÇÕES ACUMULÁVEIS

Funções	OD	Fis Adm	Enc St Pes	Almx	Aprv	Tes	Ch SALC	Agente Contratação	CRG	Gestor Contrato	Fiscal Contrato	Membros EPC	Aux Fisc Adm
OD (1) (2)													
Fisc Adm (1) (2)	SF												
Enc St Pes (1) (2)	SF	SF											
Almx (1)	SF	SF	X (5)										
Aprv (1)	SF	SF	X (5)	X (3)									

Tes (1) (2)	SF	SF	SF	X (3)	X (3)								
Ch SALC (1)	SF	SF	X (5)	SF	SF	SF							
Agente Contratação (1)	SF	SF	X (5)	SF	SF	SF	X (5)						
CRG (1) (2)	SF	SF	SF	SF	SF	SF	SF	SF					
Gestor Contrato (1)	SF	SF	X (5)	X (5)	X (5)	SF	SF	SF	SF				
Fisc Contrato (1)	SF	SF	X (5)	X (5)	X (5)	SF	SF	SF	SF	SF			
Membros EPC	SF	SF	X (5)	X (5)	X (5)	SF	SF	SF	SF	X (4)	X (4)		
Aux Fisc Adm	SF	X (5)	X (5)	X (5)	X (5)	X (5)	X (5)	X (5)	SF	X (5)	X (5)	X (5)	
Aux St Pes	SF	X (5)	X (5)	X (5)	X (5)	X (5)	X (5)	X (5)	SF	X (5)	X (5)	X (5)	X (5)

Na coluna da esquerda as principais funções administrativas existentes em uma Unidade Administrativa e nas demais colunas as funções em que deve ser observada a segregação de funções.

SF = funções não acumuláveis

X = funções acumuláveis, de acordo com a legislação.

Legenda:

(1) Agente da Administração (art. 21 do Regulamento de Administração do Exército -RAE/2021; e art. 52 da Portaria Cmt Ex 816, de 19 Dez 2003- RISG);

(2) Funções que constam do Rol dos Responsáveis e, portanto, Inacumuláveis entre si;

(3) Funções acumuláveis entre si, por um único militar, na situação prevista no § Único do art. 53 do RISG;

(4) Funções acumuláveis entre si, por um único servidor, conforme § 2º do art. 29 da IN SGD/ME nº 94/2022 e alínea d do Inciso I do art. 21 da IN SEGES/MPDG 5/2017;

(5) Para a definição das funções que são acumuláveis ou não, foram considerados, exclusivamente, critérios técnicos, não se considerando, portanto, o desempenho das funções quanto aos fatores tempo e de desgaste físico e mental.

2.2. QUANTO À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.2.1. É sabido que toda despesa só pode ser executada com a prévia dotação orçamentária correspondente.

Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967

“Art. 73. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência de crédito que a comporte ou quando imputada a dotação imprópria, vedada expressamente qualquer atribuição de fornecimento ou prestação de serviços cujo custo exceda aos limites previamente fixados em lei.”

2.2.2. No entanto, tendo sido adotado o sistema de registro de preços para a presente licitação, somente exige-se a indicação dos créditos correspondentes ou sua efetiva disponibilidade à Unidade Gestora contratante após o regular processo licitatório, no valor efetivamente demandado na formalização da contratação, com fundamento no art. 17 do Decreto nº 11.462, de 2023:

“Da disponibilidade orçamentária

*Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários **somente será exigida para a formalização do contrato** ou de outro instrumento hábil.”*

[Grifei]

2.2.3. Em consequência, a contratação somente será formalizada com a prévia e efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes, no exercício financeiro em curso à época da contratação.

2.2.4. As despesas decorrentes da presente contratação estão em compatibilidade com a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4 de maio de 2000, e correrão à conta de recurso específico consignado no Orçamento Geral da União do respectivo exercício, quando for efetivamente disponibilizado à Unidade Gestora contratante.

2.2.5. As despesas decorrentes da presente contratação são de pequeno vulto, comuns e habituais. Em consequência, tornam-se desnecessárias a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa ou a declaração tratadas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme Orientação Normativa AGU nº 52/2014:

Orientação Normativa nº 52, de 25 de abril de 2014

“As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000”

2.3. QUANTO À COMPATIBILIDADE COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS E RESPONSABILIDADE FISCAL

2.3.1. A nova lei de licitações e contratos exige que, durante a instrução do processo licitatório sejam observadas as leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA), conforme o art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021:

*“Art. 18. A **fase preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve **compatibilizar-se com o plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, **e com as leis orçamentárias**, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos.”* [Grifei]

2.3.2. O objeto da presente licitação é compatível com as leis orçamentárias:

a. o PLANO PLURIANUAL (PPA) - define diretrizes, objetivos e metas de médio prazo (quatro anos) da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem ser incluído no PPA.

- todos recursos orçamentários a serem utilizados na execução do objeto do presente processo são oriundos dos Planos de Descentralização de Recursos (PDR) e demais instrumentos de planejamento orçamentário do Exército Brasileiro. Tais recursos somente são

descentralizados pelas Unidades Gestoras Responsáveis para esta Unidade Gestora Executora se incluídos no PPA.

b. a LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) - estabelece as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente; orienta a elaboração da lei orçamentária anual; dispõe sobre os critérios e a forma de limitação de empenho, entre outras funções.

- todos os recursos orçamentários a serem utilizados na execução do objeto do presente processo são descentralizados pelas Unidades Gestoras Responsáveis para esta Unidade Gestora Executora visando o alcance de metas e prioridades planejadas pelo Exército Brasileiro no contexto da administração pública federal.

c. a LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) - é o orçamento propriamente dito; estima as receitas e fixa as despesas públicas para o período de um exercício financeiro; contém todos os gastos do Governo Federal.

- todos recursos orçamentários a serem utilizados na execução do objeto do presente processo serão aplicados de acordo com a respectiva classificação funcional programática e os ementários e orientações de despesas dos órgãos gestores responsáveis pelas descentralizações dos recursos, de acordo com as provisões recebidas da LOA.

2.3.3. Paralela às leis orçamentárias, tem-se a **LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL** (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) que estabelece parâmetros e restrições orçamentárias relativos ao gasto público, visando preservar a situação fiscal e a saúde financeira, a aplicação de recursos e uma boa herança administrativa para os futuros gestores.

2.3.4. Em conformidade com o inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), as despesas decorrentes da presente licitação são **adequadas** com a Lei Orçamentária Anual; **compatíveis** com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; **e correrão** à conta de recursos específicos da dotação orçamentária consignada no Orçamento Geral da União do exercício em que se efetivarem.

Lei Complementar nº 101/2000:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

(...)

*II - declaração do **ordenador da despesa** de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

*I - **adequada** com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a*

realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

*II - **compatível** com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.”*
[Grifei]

2.4. QUANTO AOS LIMITES DE CONTRATAÇÕES (Decreto nº 10.193/2019)

2.4.1. O objeto a ser contratados **constitui atividade de custeio** abrangida pelo art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites para a contratação de bens e serviços e a necessidade de prévia autorização expressa:

*“Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor **relativos a atividades de custeio** serão **autorizadas em ato do Ministro de Estado** ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.”* [Grifei]

2.4.2. O conceito de atividades de custeio tem sentido bastante amplo e normalmente corresponde a *“Despesas de custeio de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades”* (Glossário Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Disponível em: <https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/ajuda/glossario/d>, em 03/07/23).

2.4.2.1. Atividades de custeio são entendidas como aquelas contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

- a.** fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e **serviços de telecomunicação;**
- b.** as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;
- c.** realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;
- d.** aquisição, locação e reformas de imóveis; e
- e.** aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.”

2.4.3. Quanto às autorizações, o próprio Decreto nº 10.193/2019 prevê os casos de delegação e subdelegação para a autorização de celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, relativos a atividades de custeio, de acordo com os valores envolvidos:

“Art. 3º (...)

§ 1º *Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:*

(...)

§ 2º *Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.*

§ 3º *Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.” [Grifei]*

2.4.4. Por sua vez, no âmbito do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro, os casos de delegação e subdelegação para a autorização de novos contratos administrativos foram regulados pela Portaria Normativa nº 14/GM-MD, de 11 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 534-C Ex, de 2 de junho de 2020:

a. igual ou superior a R\$ 10.000.000,00, delegados ao Comandante do Exército (art. 1º da Portaria Normativa nº 14/2020 e art. 3º da Portaria nº 534/2020);

b. entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 9.999.999,99, subdelegados ao Chefe do Gabinete do Comandante do Exército, Secretário-Geral do Exército e Chefe do Centro de Inteligência do Exército; Chefe do Estado-Maior do Exército; chefes e comandantes dos órgãos de direção setorial e operacional; **comandantes militares de área**; comandantes de divisão de exército; comandantes de região militar; oficiais-generais comandantes de Estabelecimento de Ensino, comandantes de brigada, artilharia divisionária, grupamento de engenharia, grupamento logístico, Base de Apoio Logístico do Exército, Comando de Aviação do Exército, Comando de Operações Especiais, Comando de Artilharia do Exército e Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército; Diretor-Presidente da Indústria de Material Bélico; e Presidente da Fundação Osório (inciso II do art. 2º da Portaria Normativa nº 14/2020; e § 1º do art. 4º da Portaria nº 534/2020); e

c. inferior a R\$ 1.000.000,00, subdelegados aos Ordenadores de Despesas das organizações militares (§ único do art. 2º da Portaria Normativa nº 14/2020; e § 2º do art. 4º da Portaria nº 534/2020).

2.4.5. Da análise dos limites acima estabelecidos, depreende-se que ao **Comandante Militar da Amazônia** foi subdelegada competência para a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, relativos a atividades de custeio, nos casos em que os valores envolvidos encontrem-se **entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 9.999.999,99**.

2.4.6. Considerado o valor total envolvido nas eventuais contratações, a referida autorização expressa competirá ao **Comandante Militar da Amazônia**, por subdelegação.

2.4.7. Ainda assim, por cautela, por ocasião das efetivas contratações decorrentes da presente licitação, este Órgão certificar-se-á de eventuais alterações nas atuais regras que limitam a contratação de bens e serviços e adotará as providências necessárias, se for o caso.

2.5. QUANTO À RACIONALIZAÇÃO DO GASTO NAS CONTRATAÇÕES (Portaria nº 179/2019- ME)

2.5.1. A Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, do Ministério da Economia, que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, **suspendeu** a realização de novas contratações relacionadas a itens de despesas elencadas em seu primeiro artigo:

“Art. 1º Fica suspensa, a partir da publicação desta Portaria, a realização de novas contratações relacionadas:

I - a aquisição de imóveis;

II - a locação de imóveis;

III - a aquisição de veículos de representação e de serviços comuns, conforme disposto nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018;

IV - a locação de veículos;

V - a locação de máquinas e equipamentos.


VI - ao fornecimento de jornais e revistas em meio impresso; e

VII - aos serviços de ascensorista.”

2.5.2. Da análise da natureza do objeto da presente licitação, constata-se que o mesmo não se encontra atingido pelas limitações de contratação de bens e serviços impostas pela referida Portaria nº 179/2019- ME.

2.5.3. Por ocasião das efetivas contratações decorrentes da presente licitação, este Órgão certificar-se-á da existência de novos regramentos, ou da alteração dos atuais, que fixem restrições às contratações públicas e adotará as providências necessárias, se for o caso.

Manaus-AM

Documento assinado digitalmente
 **SANDRO ROGERIO FERREIRA GOMES**
Data: 07/03/2024 15:40:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES- Cel R1
Ordenador de Despesas do Cmdo CMA

JUSTIFICATIVAS
TÉCNICAS RELEVANTES



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

PREGÃO Nº 01/2024-Cmdo CMA/4º CTA
Processo Administrativo nº 64192.000748/2024-61

1. DO OBJETO

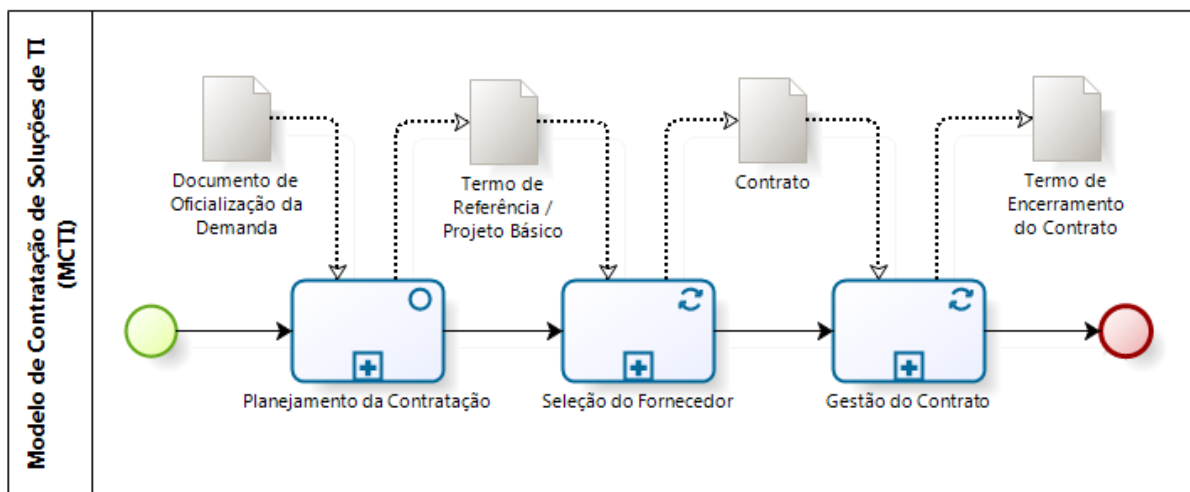
1.1. Contratação de serviços de telecomunicações através de link de acesso à internet via satélite com uso da rede de satélites em órbita baixa (LEO).

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. QUANTO À APLICAÇÃO DA IN SGD/ME Nº 94/2022

2.1.1. Foi aplicada no presente processo a **Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022**, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelo Poder Executivo Federal.

2.1.2. O processo de contratação de soluções de TIC compreende as fases de **planejamento** da contratação, **seleção** do fornecedor e **gerenciamento** do contrato, conforme art. 8º da IN SGD/ME nº 94/2022. O presente processo enquadra-se na **2ª fase** do processo (seleção do fornecedor).



2.1.3. O processo de contratação foi elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do 4º CTA, conforme art. 6º da IN nº 1/2019-SGD/ME:

*“Art. 6º As contratações de soluções de TIC no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP **deverão estar:***

I - em consonância com o PDTIC do órgão ou entidade, elaborado conforme Portaria SGD/ME nº 778, de 4 de abril de 2019, e suas atualizações;” [Grifei]

2.1.4. Anteriormente, na **1ª fase**, o planejamento da contratação foi conduzido pela Equipe de Planejamento da Contratação, especialmente designada para esse fim, em conformidade com o Inciso I do art. 9º da IN SGD/ME nº 94/2022, por intermédio de Boletim Interno do 4º CTA, cuja cópia foi acostada aos autos do processo.

2.1.5. Foram acostados aos autos do processo os documentos que materializam as fases de **planejamento** da contratação e de **seleção** do fornecedor, elaborados em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e demais instrumentos de planejamento institucional, tais como o Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar da Contratação, Matriz de Gerenciamento de Riscos, Edital e Termo de Referência.

2.2. QUANTO À ADOÇÃO DA FORMA ELETRÔNICA PARA O PROCESSO ADMINISTRATIVO

2.2.1. A forma eletrônica para os atos dos processos administrativos em geral, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional está orientada por intermédio do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que, segundo seu art. 3º, tem como objetivos:

“Art. 3º São objetivos deste Decreto:

I- assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental e promover a adequação entremeios, ações, impactos e resultados;

II - promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade;

III - ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e da comunicação; e

IV - facilitar o acesso do cidadão às instâncias administrativas.”

2.2.2. No mesmo sentido, a forma eletrônica dos processos de licitação e contratos também foi priorizada pela nova lei de licitações e contratos, conforme o Inciso VI do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021:

“Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

*VI - os atos serão **preferencialmente** digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;”*
[Grifei]

2.2.3. No âmbito da administração pública federal tem sido amplamente adotado o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como a ferramenta oficial do Governo Federal para implantação do Processo Eletrônico Nacional (PEN).

2.2.4. Para implantação do Processo Eletrônico Nacional (PEN) é necessária a adesão ao sistema junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de procedimentos próprios e atendimento a requisitos específicos, que, uma vez satisfeitos, viabilizam a utilização do SEI.

2.2.5. No âmbito do Exército Brasileiro ainda não foi adotado o Processo Eletrônico Nacional (PEN) ou seu equivalente, o que exige esforços incomuns aos demais órgãos e entidades da administração pública federal, dada a capilaridade do Exército no território nacional e a quantidade elevada de Unidades Administrativas. Não cabendo às Unidades a livre iniciativa de adoção independente de medidas dessa natureza.

2.2.6. Independentemente da utilização do Processo Eletrônico Nacional (PEN), para o presente processo, adotou-se a forma de PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO, pela digitalização dos diversos documentos que o compõe, convertendo-os em documentos digitalizados, tudo segundo as definições do Decreto nº 8.539, de 2015:

“Art. 2º Para o disposto neste Decreto, consideram-se as seguintes definições:

(...)

II - documento digital - informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

a) documento nato-digital - documento criado originariamente em meio eletrônico; ou

b) documento digitalizado - documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital; e

III - processo administrativo eletrônico - aquele em que os atos processuais são registrados e disponibilizados em meio eletrônico.” [Grifei]

2.3. QUANTO À NECESSIDADE DE APROVAÇÃO PRÉVIA DA SGD/MGI (IN SGD/MGI nº 6/2023)

2.3.1. Contratações ou formação de atas de registro de preços relativas a bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) necessitam de aprovação técnica prévia da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI), quando enquadrados nos limites de valores estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), conforme o art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 2011:

“Art. 9º-A O Órgão Central do SISP estabelecerá os limites de valores a partir dos quais os órgãos setoriais, seccionais e correlatos do SISP submeterão

processos de contratação de bens ou serviços de tecnologia da informação e comunicação à sua aprovação.”

2.3.2. Atualmente, os requisitos e procedimentos para aprovação, bem como os **limites de valores**, estão regulamentados pela Instrução Normativa SGD/MGI nº 6/2023, que define em seu art. 2º:

*“Art. 2º Os órgãos e as entidades previstos no art. 1º **deverão submeter** à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos **solicitação para aprovação** de contratações relativas a bens e serviços de TIC, para efeito do disposto no art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, com valor global estimado do objeto igual ou superior a **20 (vinte) milhões de reais;**”* [Grifei]

2.3.3. O presente processo **NÃO** se enquadra na necessidade de aprovação técnica prévia da SGD/MGI, pois o **valor global estimado** do objeto é inferior a **R\$ 20.000.000,00** (vinte milhões de reais), já considerada a soma dos montantes das demandas do órgão gerenciador e as demandas dos órgãos participantes do registro de preços pretendido.

2.4. QUANTO ÀS VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC (IN SGD/ME nº 94/2022)

2.4.1. Além das contratações de TIC que necessitam de aprovação técnica prévia da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI), há aquelas que são previamente vedadas, conforme os art. 3º e 4º da IN SGD/ME nº 94/2022, que preveem as hipóteses restritivas de contratação:

“Art. 3º Não poderão ser objeto de contratação:

I - mais de uma solução de TIC em um único contrato, devendo o órgão ou entidade observar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 12; e

II - os serviços dispostos no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, inclusive a gestão de processos de TIC e a gestão de segurança da informação.

(...)

Art. 4º Nos casos em que a avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC seja objeto de contratação, a contratada que provê a solução de TIC não poderá ser a mesma que a avalia, mensura ou apoia a fiscalização. (...)”

2.4.2. O objeto do presente processo **NÃO** está enquadrado entre aqueles vedados de contratação, pois:

- a.** não envolve a obtenção de mais de uma solução de TIC em um único contrato;
- b.** os itens que, devido a sua natureza, puderam ser divididos em parcelas tecnicamente

viável e economicamente vantajosa foram dispostas em licitações e contratações separadas, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, conforme disposto no § 2º e 3º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94/2022; e

c. não se refere a execução indireta de serviços caracterizados pelo art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, como impedidos de terceirização, pois não envolve soluções que:

I - envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

d. não recairá sobre uma mesma contratada o provimento da solução de TIC **concomitante** às atribuições de avaliar, mensurar ou apoiar a fiscalização da Administração sobre o objeto de contratação.

2.5. QUANTO ÀS VEDAÇÕES TRABALHISTAS (IN SGD/ME nº 94/2022)

2.5.1. Nos casos em que são admitidas a terceirização de soluções de TIC, a Administração Contratante deve observar um conjunto de restrições nas relações com empresa ou o profissional contratado, a fim de evitar comprometimento dos resultados esperados ou desrespeito à legislação, conforme art. 5º da IN SGD/ME nº 94/2022:

“Art. 5º É vedado:

I - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

IV - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

V - reembolsar despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado;

VII - prever em edital exigência que os fornecedores apresentem, em seus quadros, funcionários capacitados ou certificados para o fornecimento da

solução, antes da contratação;

VIII - adotar a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, salvo mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos;

IX - contratar por postos de trabalho alocados, salvo os casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido;

X - fazer referências, em edital ou em contrato, a regras externas de fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços que possam acarretar na alteração unilateral do contrato por parte da contratada;

XI - nas licitações do tipo técnica e preço, incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da solução de TIC a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame;

XII - aceitar autodeclarações de exclusividade, ou seja, cartas ou declarações emitidas pela empresa proponente afirmando que seu próprio produto é exclusivo no mercado; e

XIII - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.”

2.5.2. No presente processo, durante a elaboração do edital e de seus anexos foram observadas as vedações previstas no art. 5º da IN SGD/ME nº 94/2022 acima transcritas.

2.6. QUANTO À CONSONÂNCIA COM O PDTIC (IN SGD/ME nº 94/2022)

2.6.1. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é um dos instrumentos de planejamento que orienta a utilização de recursos e ações para o desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no âmbito de uma organização, e serve como *instrumento de alinhamento entre as estratégias e os planos de TIC e as estratégias organizacionais* (art. 6º do Portaria SGD/MEnº 778, de 2019).

2.6.2. Nas contratações de soluções de TIC, a Administração Contratante deve guardar o alinhamento entre os seus objetivos pretendidos e as diretrizes traçadas no Plano Diretor de TIC (PDTIC), conforme o Inciso I do art. 6º da IN SGD/ME nº 94/2022:

“Art. 6º As contratações de soluções de TIC no âmbito dos órgãos e entidades integrantes doSISP deverão estar:

I - em consonância com o PDTIC do órgão ou entidade, elaborado conforme Portaria SGD/MEnº 778, de 4 de abril de 2019, e suas atualizações;

2.6.3. As contratações de soluções de TIC pretendidas com o presente processo estão alinhadas com o PDTIC deste órgão, elaborado conforme Portaria SGD/ME nº 778, de 4 de

abril de 2019, conforme tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.7. QUANTO AO ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA DE GOVERNO DIGITAL (IN SGD/ME nº 94/2022)

2.7.1. A Estratégia de Governo Digital (EGD) orienta as ações de todos os órgãos federais, com o objetivo de transformar o governo para a era Digital, oferecendo serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um custo menor para o cidadão, atender a todos os brasileiros, em todos os lugares e em diversos contextos socioeconômicos e culturais.

2.7.2. Disciplinado pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, a Estratégia de Governo Digital (EGD) está organizada em princípios, objetivos e iniciativas que norteiam a transformação do governo por meio do uso de tecnologias digitais, com a promoção da efetividade das políticas e da qualidade dos serviços públicos e com o objetivo final de reconquistar a confiança dos brasileiros.

2.7.3. Nas contratações de soluções de TIC, a Administração Contratante deve guardar o alinhamento entre os seus objetivos pretendidos e a Estratégia de Governo Digital (EGD), conforme o Inciso II do art. 6º da IN SGD/ME nº 94/2022:

“Art. 6º As contratações de soluções de TIC no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP deverão estar:

(...)

II - alinhadas à Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e suas atualizações; e”

2.7.4. O presente processo de contratação NÃO tem por objetivo direto a oferta digital de serviços públicos, nem está inserido em políticas públicas, no entanto, não se descarta a possibilidade de que seus efeitos possam, ainda que indiretamente, contribuir para o alcance de um ou mais dos objetivos da Estratégia de Governo Digital, conforme abaixo:

a. oferecer serviços públicos digitais simples e intuitivos, consolidados em plataforma única e com avaliação de satisfação disponível **(não se aplica)**;

b. conceder acesso amplo à informação e aos dados abertos governamentais, para possibilitar o exercício da cidadania e a inovação em tecnologias digitais **(não se aplica)**;

c. promover a integração e a interoperabilidade das bases de dados governamentais **(não se aplica)**;

d. promover políticas públicas baseadas em dados e evidências e em serviços preditivos e personalizados, com utilização de tecnologias emergentes **(não se aplica)**;

e. implementar a Lei Geral de Proteção de Dados, no âmbito do Governo federal, e garantir a segurança das plataformas de governo digital **(não se aplica)**;

f. disponibilizar a identificação digital ao cidadão **(não se aplica)**;

g. adotar tecnologia de processos e serviços governamentais em nuvem como parte da estrutura tecnológica dos serviços e setores da administração pública federal (se aplica)

indiretamente);

h. **otimizar as infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação** (se aplica indiretamente); e

i. **formar equipes de governo com competências digitais** (se aplica indiretamente).

2.8. QUANTO AO PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

2.8.1. O Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, dispõe sobre o **Plano Contratações Anual (PCA)** e institui o **Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC)** no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.8.1.1. O **PGC** consiste na ferramenta informatizada, integrante do SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais), disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para elaboração do **PCA** pelas UASG dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.8.2. A presente contratação encontra-se inserida no Plano Contratações Anual (PCA), nos termos do Decreto nº 10.947/2022, conforme dados detalhados de identificação do PCA discriminado do Termo de Referência.

2.9. QUANTO AOS GUIAS, MANUAIS E MODELOS DO SISP (IN SGD/ME nº 94/2022)

2.9.1. Com o intuito de auxiliar a formalização dos processos das contratações de soluções de TIC, o Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) disponibiliza em sua página eletrônica na internet as normas aplicáveis, guias, modelos, diretrizes, *templates* de artefatos para contratação, cursos, perguntas e respostas, canais de atendimento e outros facilitadores, o que facilita o atendimento das orientações do Órgão Central do SISP, conforme previsto no § 2º do art. 8º da IN SGD/ME nº 94/2022:

“Art. 8º As contratações de soluções de TIC deverão seguir as seguintes fases:

(...)

§ 2º As contratações de soluções de TIC devem atender às normas específicas dispostas no ANEXO I e observar os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP.

2.9.2. Na elaboração dos autos do presente processo foram observadas as últimas versões atualizadas dos guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e disponíveis na página eletrônica do Governo Digital.

2.10. QUANTO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

2.10.1. Com fundamento no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, a participação de sociedades cooperativas **deverá ser expressamente VEDADA** no Edital, pelas seguintes razões:

a. por não haver a possibilidade de eventuais sociedades cooperativas interessadas possuírem modelo de gestão operacional compatível com o objeto licitado, de modo que haja o imprescindível compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e sem qualquer intermediação ou subcontratação em relação aos cooperados;

b. a natureza do objeto e o modo como será executado impõem a necessidade de subordinação jurídica entre os trabalhadores e a Contratada, o que é incompatível com a natureza das sociedades cooperativas; e

c. tratando-se da aquisição de bens, a própria natureza do objeto, bem como as suas características, especialmente quanto às obrigações a que estarão sujeitos os trabalhadores executantes, impossibilitam que as tarefas sejam executadas com a necessária autonomia dos cooperados e sem qualquer relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre os cooperados e a Administração.

2.11. QUANTO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

2.11.1. Com fundamento no art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021, a participação de consórcios **deverá ser expressamente VEDADA** no Edital por **não** haver interesse da Administração na formação de tais associações de sociedades.

2.11.2. Previsto no direito empresarial, o consórcio é definido como uma associação de sociedades, como na Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações:

“Art. 278. As companhias e quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento, observado o disposto neste Capítulo.

§ 1º O consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade.” [Grifei]

2.11.3. A formação de consórcios diminuiria a competitividade, pela redução da participação de competidores individuais interessados no objeto da licitação, ainda que isoladamente dispunham da solução completa a ser implantada.

2.11.4. Avaliado o presente caso concreto, entende-se que o vulto; a complexidade técnica; a natureza e os padrões de execução do objeto; os requisitos técnicos exigidos; o prazo das entregas; as quantidades a serem entregues; e o valor total estimado da contratação **não justificam** que empresas do ramo necessitem desse tipo de união societária para atuarem no presente empreendimento.

2.12. QUANTO À MODALIDADE DE LICITAÇÃO

2.12.1. Cabe à área técnica a avaliação da modalidade de licitação a ser adotada, conforme a Orientação Normativa nº 54, de 25 de abril de 2014, da Advocacia-Geral da União:

“COMPETE AO AGENTE OU SETOR TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO DECLARAR QUE O OBJETO LICITATÓRIO É DE NATUREZA COMUM PARA EFEITO DE UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO E DEFINIR SE O OBJETO CORRESPONDE A OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, SENDO ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO JURÍDICO ANALISAR O DEVIDO ENQUADRAMENTO DA MODALIDADE LICITATÓRIA APLICÁVEL.”

2.12.2. Adotou-se a modalidade pregão para a presente licitação com fundamento no art. 29 da Lei nº 14.133, de 2021, em virtude do exato enquadramento das necessidades nos requisitos fundamentais para utilização dessa modalidade, a saber: trata-se de **objeto comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital e seus Anexos, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, sendo possível compará-los entre si e decidir pelo menor preço:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

*XLI - **pregão**: modalidade de licitação **obrigatória** para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*

(...)

*Art. 29. A concorrência e o **pregão** seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.**” [Grifei]*

2.12.3. Os itens que compõem o objeto licitado possuem características comuns e padronizadas pelo mercado, sendo a descrição do objeto contida no Edital e seus Anexos suficientemente exaustiva e clara a ponto de não suscitar dúvidas acerca das especificações do objeto pretendido e o ofertado pelos licitantes, conforme exigido no art. 29 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12.4. Adotou-se a **forma eletrônica** para a presente licitação, na modalidade pregão, em obediência ao previsto no art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, que estabelece a forma eletrônica como regra e forma presencial como exceção, quando motivada:

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

*§ 2º As licitações serão realizadas **preferencialmente sob a forma eletrônica,***

*admitida a utilização da **forma presencial**, desde que **motivada**, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.” [Grifei]*

2.13. QUANTO AO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

2.13.1. A Lei nº 14.133, de 2021, previu seis critérios de julgamento das propostas que podem ser adotados nas licitações, conforme seu art. 33:

“Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.”

2.13.2. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 20 de setembro de 2022, previu os casos em que deve ser adotado o critério de julgamento por **menor preço** ou **maior desconto** para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal:

*“Art. 4º O critério de julgamento de **menor preço ou maior desconto** será adotado:*

*I - na modalidade **pregão**, obrigatoriamente;*

II - na modalidade concorrência, observado o art. 3º;

III - na fase competitiva da modalidade diálogo competitivo, quando for entendido como o mais adequado à solução identificada na fase de diálogo.”

[Grifei]

2.13.3. Em consequência, adotou-se o critério de julgamento **MENOR PREÇO** para a presente licitação com fundamento no art. 33 da Lei nº 14.133, de 2021, em virtude do exato enquadramento no requisito fundamental para utilização desse critério, qual seja, **por ter sido adotada a modalidade pregão**, para a qual devem ser utilizados obrigatória e unicamente os critérios de **menor preço** ou o de **maior desconto**, conforme o Inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - **pregão**: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;” [Grifei]

2.14. QUANTO À ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.14.1. Foi adotado o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços para a presente licitação, por enquadrar-se em, pelo menos, na hipótese prevista no **inciso III** do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, para utilização desse sistema, a saber:

“III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;”

2.15. QUANTO A FUTURAS ADESÕES DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.15.1. É facultada a qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, a utilização da ata de registro de preços correspondente, conforme art. 86 Lei nº 14.133, de 2021:

“§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.” [Grifei]

2.15.2. No entanto, a previsão de futuras adesões é motivada pelo fato de que a utilização permitir:

a. possibilidade de redução dos custos administrativos que adviriam da realização de novos processos licitatórios com objeto semelhante;

b. possibilidade da obtenção do objeto em condições mais vantajosas de oferta sobre o mercado, atendendo-se, assim, à finalidade precípua da licitação: obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;

c. não é automática, de pronto, pois terá que ser autorizada pelo órgão gerenciador a cada adesão pretendida. Portanto, não se descartam circunstâncias em que, sopesadas

razões de conveniência e oportunidade, possa o órgão gerenciador, justificadamente, negar o pedido de adesão.

d. não é prejudicial ao demais órgãos (participantes e gerenciador), pois somente será concedida nos casos em que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

e. somente é efetivada se os órgãos não participantes aderentes justificarem a vantagem de tal procedimento, no caso concreto.

2.15.3. Portanto, é razoável afirmar que a previsão da possibilidade de adesões futuras permitirá a obtenção de vantagens para a Administração Pública como um todo, pois permite que, se for o caso, vantagens futuras sejam obtidas pelos órgãos aderentes e pela Administração Pública, por conseguinte, conforme justificativas a serem apuradas oportunamente pelos mesmos, conforme previsto no art. 86 Lei nº 14.133/2021.

2.16. QUANTO À MARGEM DE PREFERÊNCIA

2.16.1. As margens de preferência aplicadas nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal visam à promoção do desenvolvimento nacional sustentável e são estabelecidas com fundamento no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

“Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

(...)

*§ 7º Para os produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, poderá ser estabelecido **margem de preferência adicional** àquela prevista no § 5º.”*
[Grifei]

2.16.2. Nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal, as regras para aplicação da margem de preferência **dependem de regulação específica**, conforme previsto no próprio Decreto nº 7.546/2011:

*“Art. 3º Nas licitações no âmbito da administração pública federal será assegurada, **na forma prevista em regulamentos específicos**, margem de preferência, nos termos previstos neste Decreto, para produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais que atendam, além dos regulamentos técnicos pertinentes, a normas técnicas brasileiras, limitada a vinte e cinco por cento acima do preço dos produtos manufaturados estrangeiros e serviços estrangeiros.”* [Grifei]

2.16.3. Atualmente não há decreto do Poder Executivo Federal em vigor que disponha sobre margem de preferência relativa ao objeto contratado, razão pela qual foi descartada a possibilidade de sua aplicação.

2.17. QUANTO À PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO (Dec nº 7.174/2010)

2.17.1. Foi avaliada a aplicabilidade das disposições contidas no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação e estabelece que será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991:

DECRETO Nº 7.174, DE 12 DE MAIO DE 2010

*“Art. 5º **Será assegurada preferência na contratação**, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:*

I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.” [Grifei]

2.17.2. Tendo em vista a natureza do objeto da presente licitação foi indicada no Termo de Referência, anexo ao Edital, para cada item licitado, a **INAPLICABILIDADE** do Decreto nº 7.174/2010, em conformidade com o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que regulamenta o art. 16A da Lei nº 8.248/1991.

DECRETO Nº 5.906, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006

“Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se bens e serviços de informática e automação:

*I - **componentes eletrônicos a semicondutor, optoeletrônicos**, bem como os **respectivos insumos** de natureza eletrônica;*

*II - **máquinas, equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação da informação**, seus respectivos insumos eletrônicos, partes, peças e suporte físico para operação;*

*III - **programas para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento da informação e respectiva documentação técnica associada (software)**;*

IV - serviços técnicos associados aos bens e serviços descritos nos incisos I, II e III;” [Grifei]

2.18. QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA OU TÉCNICA

2.18.1. A habilitação consiste em um conjunto de informações e documentos que demonstram a capacidade da futura contratada cumprir os compromissos assumidos durante a licitação, conforme o art. 62 da Lei nº 14.133, de 2021:

“Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.”

2.18.2. É possível adotar critérios diferenciados de habilitação, conforme as peculiaridades do objeto a ser contratado, cabendo ao Órgão Contratante a avaliação do caso concreto, pois exigências demasiadas poderão prejudicar a competitividade e participação dos eventuais interessados.

2.18.3. No caso da habilitação relativa às qualificações **econômico-financeira ou técnica**, é a própria constituição federal que limita as exigências ao mínimo indispensável à garantia do cumprimento das obrigações, conforme Inciso XXI do seu art. 37:

*“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados **mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**” [Grifei]*

2.18.4. A Lei nº 14.133, de 2021, sugere critérios para a dispensa da documentação de habilitação, conforme seu art. 70:

“Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

(...)

*III - dispensada, total ou parcialmente, nas **contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral (...).**” [Grifei]*

2.18.5. No mesmo sentido, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 20 de setembro de 2022, facultou à Administração a possibilidade de dispensa da documentação de habilitação, conforme seu art. 36:

“Art. 36. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º A documentação de habilitação de que trata o caput poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de que trata o inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021, ressalvado inciso XXXIII do caput do art. 7º e o § 3º do art. 195 da Constituição Federal.”
[Grifei]

2.18.6. No presente caso concreto, a **qualificação econômico-financeira** será exigida, porém, limitada aos documentos e informações necessárias e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante.

2.18.7. Quanto à **qualificação técnica** será exigida pelas seguintes razões:

a. o objeto é constituído de item de média complexidade técnica, mas de elevada essencialidade de aplicação para a contrante, sendo prudente exigir o mínimo indispensável para mitigar os riscos de descumprimento das obrigações futuras, sendo as exigências restritas às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto;

b. a exigência de qualificação técnica será limitada ao mínimo capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer o objeto pactuado;

c. a exigência de qualificação técnica é compatível com o objeto licitado e respeita as características do mercado, sem prejuízos à competitividade da licitação;

d. a exigência de qualificação técnica é apta a desestimular que empresas aventureiras se apresentem, sem as condições mínimas para honrar os compromissos; e

e. a exigência não comprometerá, restringirá ou frustrará o caráter competitivo do processo licitatório, tendo em vista que a natureza do objeto licitado impõe que a quase totalidade das proponentes em licitações semelhantes sejam empresas que possuem a documentação exigida.

2.19. QUANTO AO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

2.19.1. A contratação adotará como regime de execução a **empreitada por preço unitário**, previsto no inciso XXVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, pois a execução dos serviços se dará por preço certo de unidades previamente determinadas, em razão das seguintes

características:

- a. não há preponderância absoluta da utilização de mão de obra, mas a conjugação equilibrada de bens (materiais, máquinas e equipamentos) e atividades humanas que se destinam a obtenção da solução pretendida;
- b. a natureza dos serviços e o modelo de execução adotado permitem que as quantidades dos serviços sejam mensuradas por unidades de medida;
- c. é possível e conveniente que o valor total do contrato seja resultante da multiplicação da quantidade a ser executada de cada item por seu respectivo preço unitário;
- d. os itens que compõem o objeto pretendido podem ser divididos em unidades autônomas;
- e. o objeto pretendido está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente desconhecidos;

2.20. QUANTO À UTILIZAÇÃO DE CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

2.20.1. O catálogo eletrônico de padronização é uma ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos destinado a permitir a padronização de compras, serviços e obras a serem contratados pela Administração, disponíveis para a licitação cujo critério de julgamento seja o de **menor preço ou de maior desconto**, bem como nas contratações diretas de que tratam os incisos I do art. 74 e os incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.20.2. O catálogo eletrônico de padronização foi instituído por intermédio da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.20.3. A utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização é de observância obrigatória, nos termos do art. 10 da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022, sendo que a não utilização do Catálogo é uma excepcionalidade, que deve ser justificada por escrito e anexada ao processo de contratação:

*“Art. 10. O catálogo eletrônico de padronização **será utilizado** em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto, bem como nas **contratações diretas** de que tratam os incisos I do art. 74 e os incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*Parágrafo único. **A não utilização** do catálogo eletrônico de padronização **é situação excepcional**, devendo ser **justificada por escrito** e anexada ao respectivo processo de contratação.” [Grifei]*

2.20.4. Para a presente contratação foi avaliada a possibilidade de utilização do catálogo eletrônico de padronização visando a obter os ganhos econômicos e de qualidade advindos de sua adoção.

2.20.5. No entanto, em consulta ao Portal de Compras do Governo Federal não foi encontrado nenhum item do catálogo padronizado que atenda adequadamente às

necessidades do presente caso concreto, razão pela qual justifica-se a sua não utilização para a presente contratação, pois atualmente os itens que compõem o Catálogo Eletrônico de Padronização são:

- a. Água mineral natural, sem gás; e
- b. Café e açúcar.

2.21. QUANTO AO PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO

2.21.1. O princípio da padronização de **SERVIÇOS**, no sentido de fazer algo “segundo um padrão” ou tornando-o uniforme, tem por base o art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021:

“Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;”

2.21.2. A padronização considera a possibilidade de uniformizar as especificações estéticas, técnicas ou de desempenho do objeto, visando obter melhores condições de operação, manutenção, assistência técnica e garantias.

2.21.3. Porém, a padronização somente deve ocorrer quando for necessária, mais econômica ou mais eficiente em termos técnicos específicos, devendo a Administração avaliar objetiva e tecnicamente a conveniência e a oportunidade da padronização no atendimento do interesse público.

2.21.4. Para a presente contratação foi considerada a possibilidade de adoção do princípio da padronização do objeto, concluindo-se por sua **INAPLICABILIDADE**, pelas seguintes razões, entre outras:

a. A manifesta irrelevância da possibilidade de a padronização gerar ganhos para a Administração, em termos de economicidade e eficiência.

b. Não foi possível determinar características e atributos técnicos indispensáveis à contratação que recomendem a padronização.

c. Não foi encontrada justificativa técnica que demonstre vantagens econômicas da padronização em relação às demais alternativas, na satisfação do interesse público.

2.22. QUANTO À CAPACIDADE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

2.22.1. A indicação do futuro fiscal de contrato recairá sobre representante da Contratante possuidor de qualificação técnica pertinente e necessária para o acompanhamento e o controle da execução do objeto, observado o equilíbrio entre as suas atribuições principais e a sua carga de trabalho, conforme sugerido no § 2º do art. 41 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017:

“Art. 41 (...)

§ 2º Na indicação de servidor devem ser considerados **a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e a sua capacidade para o desempenho das atividades.**”

2.22.2. Identificado o risco de que a designação de fiscal de contrato recaia sobre representante da Contratante com tempo insuficiente para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto ou tecnicamente desqualificado, levando à fiscalização inadequada, serão tomadas as seguintes medidas preventivas, já consolidadas como práticas usuais:

2.22.2.1. Avaliação se o representante da Contratante possuirá **tempo** hábil para executar a atividade de fiscalização, considerando suas demais atribuições, avaliando ainda a necessidade de designar a atribuição em caráter de exclusividade e a quantidade (e complexidade) dos contratos em cuja gestão/fiscalização o designado já atua.

2.22.2.2. Avaliação se o representante da Contratante possuirá **qualificação técnica** suficiente para executar a atividade.

2.22.2.3. Designação do representante da Contratante para que frequente **curso de gestão e fiscalização** de contratos administrativos, caso ainda não o possua.

2.23. QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA RELATIVA AO GRAU E PRAZO DE SIGILO

2.23.1. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulou o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, visando a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

2.23.2. De modo geral, a regra é o acesso público e livre à informação. No entanto, é possível restringir o acesso a informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado nos seguintes graus e prazos estabelecidos no art. 24 da Lei nº 12.527/2011:

*“Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, **poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.***

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista

no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

*I - ultrassecreta: **25 (vinte e cinco) anos;***

*II - secreta: **15 (quinze) anos;** e*

*III - reservada: **5 (cinco) anos**” [Grifei]*

2.23.3. Especificamente quanto ao termo de referência, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, em seu art. 10, determina a avaliação quanto à pertinência de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação):

“Art. 10. Ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.”

2.23.4. Foi considerada a necessidade de classificar em algum grau de sigilo as informações contidas no termo de referência e em todos os demais documentos que compõem o presente processo, utilizando-se os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), quanto à capacidade daquelas informações:

“I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.”

2.23.5. Em consequência, concluiu-se pelo seguinte resultado a ser atribuído às informações do presente processo, quanto a sua classificação:

(X) ACESSO PÚBLICO () ULTRASSECRETA () SECRETA () RESERVADA

2.24. QUANTO AOS BENEFÍCIOS PARA ME/EPP

2.24.1. A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, prevê o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, relativo a:

2.24.2. COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 42 e 43 da Lei nº 123/2006):

“Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.”

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.24.2.1. Consta no Edital o tratamento diferenciado para a comprovação de habilitação fiscal e trabalhista dos licitantes qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.24.3. CRITÉRIOS DE DESEMPATE (art. 44 e 45 da Lei nº 123/2006):

“Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.”

2.24.3.1. Constam no Edital os critérios de desempate que dão preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, em caso de empate ficto (quando as ofertas apresentadas pelas ME/EPP forem iguais ou **até 5%** superiores ao menor preço, no caso de pregão).

2.24.4. EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP NOS ITENS CUJOS VALORES SEJA DE ATÉ R\$ 80.000,00 (art. 48, inciso I, da Lei nº 123/2006):

2.24.4.1. Em análise aos aspectos técnicos e operacionais de implementação da solução proposta, observa-se que tal premissa é, no entanto, inviável, pois centraliza as atividades, objeto de contratação, impossibilitando a participação ampla no certame de outras empresas que fatalmente promovem a garantia de competição.

2.24.4.2. Destaca-se que o objeto da licitação refere-se ao fornecimento de equipamentos e componentes de rede e à execução de serviços técnicos setorizados de alta complexidade, regulamentados pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e prestados em regime de concessão, autorização e/ou permissão, sendo notório que provavelmente nenhuma empresa de pequeno porte ou microempresa esteja apta ao cumprimento das atividades correlatas. Tal assertiva restringe notoriamente a competitividade.

2.24.4.3. Observou-se as disposições previstas no art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas

(ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

2.24.4.4. São três as possibilidades de tratamento diferenciado para as ME/EPP nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, conforme art. 6º ao art. 8º do Decreto nº 8.538/2015:

- a. processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME/EPP nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- b. exigência de subcontratação de ME/EPP nas licitações para contratação de serviços e obras; e
- c. reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de ME/EPP nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível.

2.24.4.5. No entanto, incide uma das exceções para aplicação do tratamento diferenciado, conforme previsto no Decreto nº 8.538/2015:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

*I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte **sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências** estabelecidas no instrumento convocatório;*

*II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte **não for vantajoso** para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente; [grifo nosso]*

2.24.4.6. No presente caso concreto, a contratação fundamenta-se nos pressupostos previstos no inciso I e II do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, incidindo em uma das exceções para aplicação do tratamento diferenciado.

2.24.5. SUBCONTRATAÇÃO DE ME/EPP NA AQUISIÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS (art. 48, inciso II, da Lei nº 123/2006):

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

(...)

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;”

A “subcontratação consiste na entrega de parte do fornecimento de bens, de execução de obra ou prestação de serviço a **terceiro**, estranho ao contrato, para que execute em nome do contratado item, etapa ou parcela do objeto avençado”.

2.24.5.1. O “terceiro” não participa ativamente do procedimento licitatório adjudicado ao licitante vencedor do certame, que passa a exercer a função de intermediário, na medida

em que possui a faculdade de apontar as empresas que executarão parcialmente o objeto.

2.24.5.2. Normalmente a subcontratação não é imposta; na verdade, trata-se de uma concessão, concebida como uma faculdade do licitante vencedor, dentro dos limites permitidos pela administração, e de acordo com o regramento jurídico pertinente. O art. 122 da Lei nº 14.133/2021 deixa claro que o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, “*poderá*” subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

*“Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado **poderá subcontratar** partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.” [Grifei]*

2.24.5.3. No entanto, em decorrência do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME/EPP, uma vez exigida “*dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte*”, o licitante vencedor estaria obrigado a escolher ME/EPP para a execução parcial do objeto nos limites e condições estabelecidos pela Administração, deixando de ser uma faculdade para ser uma imposição.

2.24.5.4. Daí decorre o grave perigo da imposição de subcontratação de ME/EPP na aquisição de obras e serviços, posto que não é possível à Administração saber, com o indispensável mínimo grau de certeza, exatamente quais os casos em que a subcontratação é cabível e os casos em que é inadmissível, ou ainda, técnica ou economicamente inviável, o que implicaria nos prejuízos e na frustração de toda a licitação mal sucedida e de todos os esforços até então dispendidos.

2.24.5.5. Assim, o benefício disposto no art. 48 **NÃO SE APLICA À PRESENTE LICITAÇÃO**, conforme previsto no inciso II do art. 49 da Lei nº 123/2006:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...)

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte **não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;**” [Grifei]*

2.24.6. NA AQUISIÇÃO DE BENS DE NATUREZA DIVISÍVEL, COTA RESERVADA DE ATÉ 25% DO OBJETO PARA CONTRATAÇÃO DE ME/EPP, quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado maior que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (art. 48, inciso III, da Lei nº 123/2006):

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

(...)

*III - deverá estabelecer, em certames para **aquisição de bens de natureza divisível**, cota de **até 25%** (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.” [Grifei]*

2.24.6.1. Tal benefício **NÃO SE APLICA** à presente licitação, pois o seu objeto não consiste no fornecimento de bens, e sim na prestação de serviços, não cabendo a reserva de cota

2.25. QUANTO À TERCEIRIZAÇÃO

2.25.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, que dispõe dos casos em que é aplicável a execução indireta de serviços, mediante contratação de terceiros:

a. não envolvem a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle (Inciso I do art. 3º);

b. não são considerados estratégicos para o órgão contratante, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias (Inciso II do art. 3º);

c. não estão relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção (Inciso III do art. 3º);

d. não são inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão contratante (Inciso IV do art. 3º);

e. constituem-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal do órgão contratante, **sem** qualquer transferência para o contratado de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão (§ 1º do art. 3º);

f. não demandam a utilização, pela contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes de seus Planos de Cargos e Salários (art. 4º); e

g. foram expressamente definidos como exclusivamente de prestação de serviços, não havendo no Edital disposições que permitam a caracterização do objeto como fornecimento de mão de obra (art. 6º e 7º).

2.25.2. Além disso, os serviços a serem contratados encontram-se entre aqueles elencados pela Portaria nº 443-MPDG, de 27/12/18, que estabelece os serviços que serão **preferencialmente** objeto de execução indireta:

“Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

XXIII - serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de

informação;

(...)

XXV – telecomunicações; [Grifei]”

2.26. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, ficando, assim, caracterizada a possibilidade de execução indireta, por terceiros, e afastada a possibilidade de terceirização irregular.

Manaus-AM

RAPHAEL PINTO DE SOUZA – 2º Ten
Integrante Técnico da EPC

DECLARAÇÕES



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA
(Centro de Processamento de Dados nº 5/1978)

DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MODELOS AGU/MGI ART. 29 e ART. 35 da INSTRUÇÃO
NORMATIVA Nº 05/2017 e ENUNCIADO BPC nº 06

Órgão: 4º Centro de Telemática de Área
Setor Requisitante: Seção de Projetos
Objeto da Licitação: contratação de serviços de telecomunicações através de link de acesso à internet via satélite com uso da rede de satélites em órbita baixa (LEO)
Tipo de Licitação: pregão por menor preço

DECLARAÇÃO
<p>Declaramos que, para a devida instrução processual, em respeito aos artigos 29 e 35 da IN nº 05/2017 e Enunciado BPC nº 06, foram utilizados os modelos de Termo de Referência/Projeto Básico, Edital, Contrato e Ata de Registro de Preços constantes no site da AGU/MGI, conforme os links que seguem:</p> <p>Termo de Referência: Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação (Atualização: maio/2023) Link: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao Data da Extração: 31/01/24</p> <p>Edital: Edital modelo para Pregão Eletrônico para contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação- Lei nº 14.133, de 2021- (Atualização: maio/2023) Link: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao Data da Extração: 31/01/24</p> <p>Contrato: Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico para contratação de serviços/Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (Atualização: maio/2023) Link: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao Data da Extração: 31/01/24</p> <p>Ata de Registro de Preços: Ata de Registro de Preços – Lei nº 14.133, de 2021 (Atualização maio/2023) Link: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrencia Data da Extração: 31/01/24</p> <p>Listas de Verificação: Modelo de Lista de Verificação de Contratações de Soluções de</p>

Tecnologia da Informação e Comunicação – Lei 14.133/21 (Atualização maio/2023)
Link: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao>
Data da Extração: 31/01/24

AJUSTES E JUSTIFICATIVAS

Informamos que as supressões se encontram tachadas e que as inclusões foram marcadas com a **cor vermelha**, as adaptações/alterações/ajustes encontram-se destacadas na **cor verde** e que o mero preenchimento das lacunas foram realizados com letras da **cor azul**, todos feitos diretamente no texto.

As justificativas seguem transcritas em letras da cor cinza logo abaixo de cada item modificado.

ASSINATURAS

FREDSON DE OLIVEIRA CECCON - ST
Auxiliar da Seção de Licitações Contratos do 4º CTA

EDITAL + ANEXOS
(ANTES DO PARECER JURÍDICO)

PREGÃO ELETRÔNICO

01/2024 160016

CONTRATANTE (UASG): Comando do Comando Militar da Amazônia

OBJETO: Registro de preços para serviços de telecomunicações através de link de acesso à internet via satélite

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ XXXXXXXXXXXX

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia xx/xx/20xx às 10:00h (Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

POSSIBILIDADE DE ADESÕES (CARONAS): SIM

IMPUGNAÇÕES / ESCLARECIMENTOS: até 3 dias úteis antes da abertura da sessão pública

TELEFONE / E-MAIL: (92) 3659-1074 / slc@4cta.eb.mil.br



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	15
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	20
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	23
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	23
11. DOS RECURSOS.....	24
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	25
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	28
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	28



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024 160016
(Processo Administrativo nº 64192.000748/2024-61)

Torna-se público que o **COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA**, por meio da Seção de Licitações e Contratos, sediado na Avenida Coronel Teixeira, 4.715, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP 69037-000, realizará licitação, **para registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de serviços de link de internet por meio Cabo/Fibra Ótica em Organizações Militares subordinadas ao Comando Militar da Amazônia**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

OU

~~1.3. A licitação será realizada em único item.~~

OU

~~1.4. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.~~

OU

~~1.5. A licitação será realizada em grupo único, formados por itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.~~

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. **As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.**

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

~~**3.5.** Para os itens,,, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.~~

~~**3.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.~~

~~**3.6.** Para os itens,,, a participação é restrita a empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico nos termos das Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 8.387, de 30 de dezembro de 1991.~~

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, ~~para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021,~~ para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, ~~bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.~~

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

~~**3.8.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;~~

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o **item 3.8.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.8.2 e 3.8.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos **itens 3.8.2 e 3.8.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o **item 3.8.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos **itens 8.1.1 e 8.13.1** deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o

licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 4.4 ou 4.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor ou desconto..... (~~mensal, unitário, etc, conforme o caso~~) e (~~anual, total~~) do item;

5.1.2. ~~Marca;~~

5.1.3. ~~Fabricante;~~

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de **100% da quantidade licitada.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

~~5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.~~

OU

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 5.11**

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ~~ou percentual de desconto superior~~ ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 1,00 (um real)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de **até dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços **até 10% (dez por cento) superiores** àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo **pelo menos três** ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, **até o máximo de três**, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas **até 10% (dez por cento) superiores/inferiores** àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo **pelo menos 3 (três)** propostas nas condições definidas no **item 6.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de **pelo menos 5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

~~6.21. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:~~

~~6.21.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:~~

~~6.21.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;~~

~~6.21.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e~~

~~6.21.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.~~

~~6.21.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.21.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.~~

~~6.21.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.21.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.21.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.21.1.3 caso esse direito não seja exercido.~~

~~6.21.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.~~

~~(Tendo em vista a natureza do objeto da presente licitação, tal exigência é INAPLICÁVEL, conforme explicitado no Termo de Justificativas Técnicas Relevantes)~~

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. empresas brasileiras;

6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

~~6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:~~

~~6.23.1.1. ...~~

~~6.23.1.2. ...~~

~~6.23.2. [Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo] / [Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo]:~~

~~6.23.2.1. ...~~

~~6.23.2.2. ...~~

6.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 3.8** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.5.1 e 4.6** deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e **pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;**

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

~~7.10. Para os itens acerca de contratação de serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de software será(ão) adotado(s) o(s) seguinte(s) patamar(es) de preço para presunção de inexequibilidade:~~

~~7.10.1. Item x - Preço: R\$ xx,xx~~

~~7.10.2. Item x - Preço: R\$ xx,xx~~

~~7.10.3. Item x - Preço: R\$ xx,xx~~

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.22. Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de **03 (três) dias úteis** da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.

7.23. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.

7.24. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.

7.25. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

7.26. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

7.27. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

7.28. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de **3 (três) dias úteis**, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.

7.29. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.

7.30. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

7.31. Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.32. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.

7.33. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de ~~[INSERIR UM PERCENTUAL 10% A 30 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO]~~ para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial**.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

~~**8.10.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser~~

~~contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.~~

~~8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.~~

~~8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.~~

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 8.13.1.**

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no **PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://licitacoesb.12rm.eb.mil.br/home>

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por **2 (dois) ou mais** servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, [pelo seguinte meio: e-mail slc@4cta.eb.mil.br](mailto:slc@4cta.eb.mil.br).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp ou <https://licitacoesb.12rm.eb.mil.br/home>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

14.11.1.1. Apêndice I do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar.

14.11.1.2. Apêndice II do Anexo I - Detalhamento das Especificações Técnicas.

14.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta Final de Preços.

14.11.3. ANEXO III - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento.

14.11.4. ANEXO IV - Modelo de Ata de Registro de Preços.

14.11.5. ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato.

14.11.6. ANEXO VI – Modelo de Ordem Serviço ou Fornecimento Bens.

14.11.7. ANEXO VII – Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Manaus-AM

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES - Cel R1
Ordenador de Despesas do Comando do CMA

Item	Código	Benef ME/EPP	Mrg Prfc	Descrição/Especificação	Unid	Pontos de Pres (PP)	Qtd Mín por Requisição		Qtd Total (12 X PP)	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
							Mensal	Anual			
1	26565	-	Não	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO EM LOCAL FIXO) Descrição: Plano de Dados, Plano de 12 meses , franquia mínima de 2 TB , velocidade mínima de 80 Mbps, upload 20 Mbps e latência não superior a 100 (milissegundos) , com FORNECIMENTO dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico. Veja demais características no Apêndice II - Especificações Técnicas	Mensali dade	64	1	12	768 (64X12)	4.149,04	3.186.462,72
2	26565			SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO ITINERANTE) Descrição: Plano de Dados, Plano de 12 meses , franquia mínima de 1 TB , velocidade mínima de 80 Mbps, upload 20 Mbps e latência não superior a 100 (milissegundos) , com FORNECIMENTO dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico. Veja demais características no Apêndice II - Especificações Técnicas	Mensali dade	31	1	12	372 (31X12)	4.149,04	1.543.442,88
Valor Total Máximo Aceitável (R\$)											4.729.905,60

Legenda:

- **Benefício ME/EPP Tipo 1** - Contratações destinadas exclusivamente para ME/EPP e Cooperativas (art. 6º Dec nº 8.538/2015);
- **Benefício ME/EPP Tipo 2** - Subcontratação de ME/EPP (art. 7º Dec nº 8.538/2015);
- **Benefício ME/EPP Tipo 3** - Reserva de cota exclusiva para ME/EPP e Cooperativas (art. 8º Dec nº 8.538/2015); e
- **Prfc Contr** - Preferência de Contratação (Dec nº 7.174/2010; Dec nº 5.906/2006).

- 1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):
- 1.2.1. UASG 160016 - Cmdo CMA / 4º CTA
- 1.2.2. UASG 160161 - 2º BIS / Nu 2º B Com GE SI
- 1.2.3. UASG 160171 - 8º Batalhão de Engenharia de Construção
- 1.2.4. UASG 160105 - 24º Batalhão de Infantaria de Selva
- 1.2.5. UASG 160530 - B Adm Ap CMO / 6º CTA

Tabela B: Quantitativos por Órgão Participante

Item	Unid	4º CTA	Nu 2º B Com GE SI	8º BEC	24º BIS	6º CTA	Total
1	Mensalidade	59	0	1	1	3	64
2	Mensalidade	24	4	3	2	0	33

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

Tabela C: Localização dos Pontos de Presença

Ord	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	PP	Qtd Anual (12 X PP)	Responsável pela Contratação	OBS
1	4º B Av Ex	Manaus	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
2	12º BSup (2ª Cia Sup)	Rio Preto da Eva	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
3	BI 02 (CIGS)	Rio Preto da Eva	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
4	Cmdo 2ª Bda Inf SI	São Gabriel Da Cachoeira	AM	2	24	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
5	21ª Cia E Cnst	São Gabriel Da Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
6	H Gu SGC	São Gabriel Da Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
7	Cmdo Fron Solimões/8º BIS	Tabatinga	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
8	H Gu Tbt	Tabatinga	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
9	Cmdo 16ª Bda Inf SI	Tefé	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
10	3º BIS	Barcelos	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
11	7º BECnst	Rio Branco	AC	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
12	Cmdo 17ª Bda Inf SI	Porto Velho	RO	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
13	Cmdo 1ª Bda Inf SI	Boa Vista	RR	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
14	1ª Cia Esp Fron/34ºBIS	Clevelândia Do Norte	AP	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
15	DEF-Vila Brasil/34º BIS	Oiapoque	AP	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
16	1º PEF - Tiriós/34º BIS	Tiriós	PA	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
17	1º PEF/8º BIS	Palmeiras do Javari	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
18	2º PEF/8º BIS	Ipiranga	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
19	3º PEF/8º BIS	Vila Bittencourt	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
20	4º PEF/8º BIS	Estirão do Equador	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
21	1º PEF/5º BIS	Yauaretê	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
22	2º PEF/5º BIS	Querari	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
23	3º PEF/5º BIS	São Joaquim	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
24	4º PEF/5º BIS	Cucuí	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

Ord	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	PP	Qtd Anual (12 X PP)	Responsável pela Contratação	OBS
25	5º PEF/5º BIS	Maturacá	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
26	6º PEF/5º BIS	Pari-Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
27	7º PEF/5º BIS	Tunuí	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
28	1º PEF/7º BIS	Bonfim	RR	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
29	2º PEF/7º BIS	Normandia	RR	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
30	3º PEF/7º BIS	Pacaraima	RR	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
31	4º PEF/7º BIS	Surucucu	RR	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
32	5º PEF/7º BIS	Auaris	RR	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
33	6º PEF/7º BIS	Uiramutã	RR	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
34	1ª CEF/4º BIS	Epitaciolândia	AC	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
35	2ª CEF/4º BIS	Assis Brasil	AC	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
36	3º PEF/4º BIS	Plácido de Castro	AC	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
37	4º PEF/4º BIS	Santa Rosa do Purus	AC	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
38	Dst/61º BIS	Marechal Thaumaturgo	AC	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
39	Dst/61º BIS	São Salvador	AC	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
40	1º PEF/6º BIS	Príncipe da Beira	RO	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
41	2º PEF / 4º BIS	Assis Brasil	AC	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
42	61º BIS	Cruzeiro do Sul	RO	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
43	CFRO / 6º BIS	Guajará-Mirim	RO	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
44	Cmdo 17ª Bda Inf SI	Porto Velho	RO	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
45	H Gu PV / 12ª RM	Porto Velho	RO	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
46	1º PEF / 6º BIS	Príncipe da Beira	RO	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
47	BI-02 CIGS	Rio Preto da Eva	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
48	22º Pel PE	São Gabriel da Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
49	2º B Log SI	São Gabriel da Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

Ord	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	PP	Qtd Anual (12 X PP)	Responsável pela Contratação	OBS
50	2º Pel Com SI	São Gabriel da Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
51	CFRN / 5º BIS	São Gabriel da Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
52	PEAD-CMM / CMA	São Gabriel da Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
53	PEAD-CMM / CMA	Tabatinga	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
54	16ª Ba Log SI	Tefé	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
55	16ª Pel Com SI	Tefé	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
56	17º BIS	Tefé	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
57	34º Pel PE	Tefé	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
58	HTS	Tefé	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	FIXO
59	8º BEC	Santarém	PA	1	12	8º Batalhão de Engenharia de Construção UASG 160171	FIXO
60	24º BIS	São Luis	MA	1	12	24º Batalhão de Infantaria de Selva UASG 160105	FIXO
61	17º B Fron	Corumbá	MS	1	12	6º CTA/ B Adm Ap CMO UASG 160530	FIXO
62	2ª Cia Fron	Porto Murtinho	MS	1	12	6º CTA/ B Adm Ap CMO UASG 160530	FIXO
63	10º R C Mec	Caracol	MS	1	12	6º CTA/ B Adm Ap CMO UASG 160530	FIXO
			TOTAL	64	768		
1	CECMA	Manaus	AM	3	36	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
2	CIGS	Manaus	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
3	4º BAvEx	Manaus	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
4	1º B Com GE SI	Manaus	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
5	Nu 4º BIM	Manaus	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
6	3ª Cia FE	Manaus	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
7	1º BIS (Amv)	Manaus	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
8	54º BIS (Amv)	Humaitá	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
9	2º Pel Com SI	São Gabriel da Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
10	21ª Cia E Cnst / 2º Gpt E	São Gabriel da Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
11	21ª Cia E Cnst / 2º Gpt E (BR 307)	São Gabriel da Cachoeira	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

Ord	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	PP	Qtd Anual (12 X PP)	Responsável pela Contratação	OBS
12	16ª Pel Com SI	Tefé	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
13	6º BEC / 2º Gpt E / Dst Est Eq/AM	Estirão do Equador	AM	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
14	1º Pel Com SI	Boa Vista	RR	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
15	6º BEC / 2º Gpt E / Dst BR-432/RR	Cantá	RR	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
16	6º BEC / 2º Gpt E / Dst BR-174/RR	Pacaraima	RR	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
17	17ª Pel Com SI	Porto Velho	RO	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
18	5º BEC / 2º Gpt E / Dst Op JARU	Jaru	RO	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
19	7º BEC / 2º Gpt E / Dst Pst Pou Dec	Santa Rosa do Purus	AC	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
20	7º BEC / 2º Gpt E / Dst BR-317	Senador Guimard	AC	1	12	4º Centro de Telemática de Área/CMA UASG 160016	ITINERANTE
21	Nu 2º B Com GE SI	Belém	PA	4	48	Nu 2º B Com GE SI/2º BIS UASG 160161	ITINERANTE
22	8º BEC	Santarém	PA	3	36	8º Batalhão de Engenharia de Construção UASG 160171	ITINERANTE
23	24º BIS	São Luis	MA	2	24	24º Batalhão de Infantaria de Selva UASG 160105	ITINERANTE
			TOTAL	31	372		

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns-~~ou especiais~~, uma vez que conforme as JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES, o objeto licitado possui características comuns e padronizadas pelo mercado, sendo a descrição e os padrões de desempenho e qualidade definidos no Edital, e neste termo de referência, de maneira objetiva e suficientemente exhaustiva e clara, a ponto de não suscitar dúvidas acerca das especificações do objeto pretendido e o ofertado pelos licitantes, conforme previsto no inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021. |

1.4. ~~O prazo de vigência da contratação é de <.....> contados do(a) <.....>, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

1.5. ~~O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados do celebração do instrumento de contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

1.5.1. ~~O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se destina a atender demandas permanentes ou que se prolongam indefinidamente no tempo, ou, ainda, que se repetem continuamente em mais de um exercício financeiro (Inciso XV do art. 6º Lei nº 14.133, de 2021), sendo a vigência plurianual mais vantajosa, pois uma eventual interrupção dos serviços têm o potencial de comprometer a continuidade das atividades da Administração.~~

1.6. ~~O prazo de vigência da contratação é de (máximo de um ano da ocorrência da emergência ou calamidade) contados do(a), improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

1.7. ~~Tratando-se de contratação que prevê operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação, prazo de vigência da contratação é de, prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), contados do(a), na forma do artigo 114 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

1.7.1. ~~O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica .../....~~

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste em Contratação de Serviço de Internet Satelital - Plano de Dados de 12 meses, velocidade mínima de 80 Mbps, upload 20 Mbps e latência não superior a 120 (milissegundos), com FORNECIMENTO dos equipamentos necessários à execução do serviço, suporte técnico e manutenção.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. ~~O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual <ANO>, conforme detalhamento a seguir:~~

~~I) ID PCA no PNCP: [...];~~

~~II) Data de publicação no PNCP: [...];~~

~~III) Id do item no PCA: [...];~~

~~IV) Classe/Grupo: [...];~~

~~V) Identificador da Futura Contratação: [...].~~

OU

3.3. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.*

3.4. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2020 a 2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022 a 2023 do 4º Centro de Telemática de Área, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OET 4	ATUAR NO ESPAÇO CIBERNÉTICO COM LIBERDADE DE AÇÃO

ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2023	
ID	Ação do PDTIC
An B	Conectividade à Organizações Militares do Exército Brasileiro de difícil acesso.

3.5. ~~Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.~~

(contratação NÃO tem por objetivo direto a oferta digital de serviços públicos, nem está inserido em políticas públicas, conforme explicitado no Termo de Justificativas Técnicas Relevantes)

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio:

4.2. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.2.1. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 14. Necessidades de Negócio).*

Requisitos de Capacitação

4.3. ~~Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento deverá ser de no mínimo horas de duração.~~

4.4. ~~...~~

OU

4.5. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.5.1. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 16. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC).*

Requisitos Legais

4.6. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis;

4.6.1. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 16. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC).*

Requisitos de Manutenção

- 4.7. ~~Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;~~
- 4.8. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 16. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC).*

Requisitos Temporais

- 4.9. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para as capitais dos estados e de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para as demais localidades, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;
- 4.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.11. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.
- 4.12. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento
Envio dos equipamentos necessários à execução do serviço	45 (quarenta e cinco) dias
Ativação do serviço em pleno funcionamento	5 (cinco) dias corridos

- 4.13. [...].

Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.14. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.
- 4.15. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 16. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC).*

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.16. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.17. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 16. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC).*

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- 4.18. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.
- 4.19. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.
- 4.20. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 15. Necessidades Tecnológicas)..*

Requisitos de Projeto e de Implementação

- 4.21. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

- 4.21.1. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 15. Necessidades Tecnológicas).*

Requisitos de Implantação

4.22. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

- 4.22.1. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 15. Necessidades Tecnológicas).*

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.23. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.*

- 4.23.1. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 15. Necessidades Tecnológicas).*

OU

~~4.24. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, _____ (_____) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

Requisitos de Experiência Profissional

~~4.25. Os serviços de <assistência técnica, suporte, garantia,> deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;~~

~~4.26. [...].~~

OU

4.27. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

- 4.27.1. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 15. Necessidades Tecnológicas).*

Requisitos de Formação da Equipe

~~4.28. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:~~

~~4.28.1. [...].~~

OU

4.29. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

- 4.29.1. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 15. Necessidades Tecnológicas).*

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.30. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.31. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.32. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 07 dias por semana de maneira eletrônica.

4.33. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

- 4.33.1. *A implantação dar-se-á no dia e hora definido em Reunião Inicial, com emissão de Ordem de Serviço pela contratante;*
- 4.33.2. *A implantação deverá seguir o que for definido em reunião inicial, realizado pela contratada e contratante seguindo as orientações expressa nesse presente termo;*
- 4.33.3. *A Implantação deverá respeitar todos os normativos, que se referem ao fornecimento de serviço de internet por satélite.*

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

- 4.34. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:
- 4.35. *Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 16. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC).*

Vistoria

- 4.36. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

OU

- ~~4.37. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das horas às horas.~~
- ~~4.38. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.~~
- ~~4.39. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.~~
- ~~4.39.1. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]~~
- ~~4.39.2. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]~~
- ~~4.40. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.~~
- ~~4.41. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.~~

Outros Requisitos Aplicáveis

- 4.41.1. *Requisitos do Comodato*
- 4.41.2. *É de responsabilidade da empresa contratada, o fornecimento dos objetos para a plena execução do serviço contratado;*
- 4.41.3. *Todo material fornecido pela empresa e utilizada na prestação do serviço, será concedido por meio de comodato e novo, não podendo ser utilizados produtos reaproveitados;*
- 4.41.4. *Qualquer defeito do produto fornecido pela empresa contratada, deverá ser realizada a substituição do produto de forma imediata, evitando a paralisação do serviço;*

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

4.41.5. *Caso ocorra defeito no equipamento é de responsabilidade da contratada, fornecer novo equipamento enquanto, os procedimentos administrativos são realizados para determinar a responsabilidades dos agentes.*

Sustentabilidade

4.42. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.42.1. **Conforme Estudo Técnico Preliminar (tópico 16. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC)**

~~Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):~~

4.43. ~~Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...).~~

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

4.44. ~~Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

4.44.1. [...]

4.44.2. [...]

4.44.3. [...]

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

4.45. ~~Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

SUBCONTRATAÇÃO

4.46. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

4.46.1. *Considerando a não admissão da subcontratação, O LICITANTE provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá comprovar a autorização/credenciamento para comercialização de serviço junto ao provedor de serviço de Internet via Satélite de baixa órbita, que poderá ser realizada mediante apresentação de documento do próprio provedor ou mediante disponibilidade da informação em site oficial.*

(Conforme Estudo Técnico Preliminar, tópico 14. - Necessidades de Negócio - visa a constatação de que o serviço não será terceirizado pelo licitante vencedor, haja vista a vedação à terceirização.

Considerando as peculiaridades da Região Amazônica, e por tratar-se de serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, não é raro as situações de ocorrências que resultam em rescisão contratual, haja vista ao não atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência /Projeto Básico por parte do contratado durante a execução contratual.

Desta forma, busca-se evitar o desperdício de tempo e recursos públicos que geralmente ocorrem em contratações de objetos de de rescisões contratuais que demandam novo processo licitatório.)

ou

4.47. ~~É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

4.47.1. ~~É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...)~~

4.47.2. ~~A subcontratação fica limitada a ... [parcela permitida/percentual]~~

4.48. ~~O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.~~

Da verificação de amostra do objeto

4.49. ~~Será realizada verificação de amostra do objeto para averiguar se a Solução de TIC apresentada pela Licitante detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades, procedimentos e critérios objetivos descritos no ANEXO, deste Termo de Referência.~~

4.50. ~~Serão exigidas amostras do objeto referentes aos seguintes itens:~~

4.50.1. ~~[...]~~

4.50.2. ~~[...]~~

Garantia da Contratação

4.51. ~~Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

OU

4.52. ~~Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.~~

4.53. ~~Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

4.54. ~~A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.~~

4.55. ~~O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.~~

Informações relevantes para o [dimensionamento **E/OU** apresentação] da proposta

4.56. ~~A demanda do órgão tem como base as seguintes características:~~

4.56.1. ~~A localização dos Pontos de Presença (PP) estão descritos na Tabela X;~~

4.56.2. ~~Os preços contidos na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, seguros, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta Licitação.~~

OU

4.57. ~~A demanda dos órgãos partícipes tem como base as seguintes características:~~

4.57.1. ~~[...]~~

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. ~~São obrigações da CONTRATANTE:~~

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. [...]

5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.10. [...]

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
 - 5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
 - 5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
 - 5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
 - 5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e
 - 5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

5.4. [...]**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO****Condições de execução****6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

- 6.1.1. A implantação dos pontos será dividida em duas fases: **Instalação e ativação.**
 - 6.1.1.1. Por **instalação** entende-se como sendo o estabelecimento da conexão física e colocação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço nos respectivos endereços indicados.
 - 6.1.1.1.1. **A instalação será efetuada pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA o envio dos equipamentos para a plena execução do serviço contratado;**
 - 6.1.1.2. Por **ativação** entende-se como o procedimento pelo qual a conexão com a internet torna-se funcional.
 - 6.1.1.3. Por **pleno funcionamento** entende-se como o atendimento de todos os requisitos definidos nas especificações técnicas deste Termo de Referência

Local e horário da prestação dos serviços**6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:**

6.2.1. **Conforme Tabela X - Localização dos Pontos de Presença (PP)**

6.3. ~~Os serviços serão prestados no seguinte horário: [...]~~

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.4.1. Todo material fornecido pela empresa e utilizada na prestação do serviço, será concedido por meio de comodato e novo, não podendo ser utilizados produtos reaproveitados.

6.4.2. [...];

6.4.3. [...].

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. ~~A demanda do órgão tem como base as seguintes características:~~

~~(Excluído, pois consiste em tópico repetido ao subitem 4.56)~~

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

OU

6.7. ~~O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo _____ (____) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

Formas de transferência de conhecimento

6.8. ~~A transferência de conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue: [...];~~

6.9. [...].

OU

6.10. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.11. ~~Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];~~

6.12. [...].

OU

6.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

- 6.14. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito neste Termo de Referência.
- 6.15. [...]

Mecanismos formais de comunicação

- 6.16. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:
- 6.16.1. Ordem de Serviço;
 - 6.16.2. Ata de Reunião;
 - 6.16.3. Ofício;
 - 6.16.4. Sistema de abertura de chamados;
 - 6.16.5. E-mails.

Formas de Pagamento

- 6.17. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 6.18. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.19. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se neste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

- 7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

7.6. ~~A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período....~~

7.7. ~~Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade~~

(Excluído, pois, pela natureza do objeto, é inviável a presença do preposto nos locais onde serão executados os serviços)

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.9.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.9.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.9.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.9.1.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.9.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.11.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

7.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.13.1. registro das ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

7.13.2. determinação das medidas necessárias ao fiel cumprimento do objeto do contrato, bem como a regularização das faltas, defeitos ou incorreções observadas;

7.13.3. ateste técnico, com vistas à liquidação das Notas Fiscais/Faturas correspondentes à prestação dos serviços executados, após a verificação de sua conformidade quantitativa e qualitativamente;

7.13.4. comunicação tempestivamente, por escrito, de todas as irregularidades e ocorrências ao Ordenador de Despesas e, se for o caso, ao Gestor de Contratos da Contratante; e

7.13.5. realização de prévia e ampla pesquisa de preços, por ocasião de eventual renovação contratual, buscando comprovar, ou não, a manutenção da sua vantajosidade para a Administração

Gestor do Contrato

7.14. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. [\(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII\).](#)

7.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. [\(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X\).](#)

7.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. [\(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI\).](#)

7.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), [anexo a este Termo de Referência.](#)

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produzir os resultados acordados;

8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Ord	Indicador	Meta a Cumprir
1	Percentual de Disponibilidade (D)	$D \geq 95,0\%$
2	Latência Média Mensal (Ln)	$Ln \leq 100 \text{ ms}$
3	Velocidade de Download (VDL)	Conexão $\geq 40 \text{ Mbps}$

Do recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. [\(Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022\).](#)

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

- 8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))
- 8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.19.1. avaliação da execução do objeto, conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.19.2. [...]

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.20. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.21. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

8.21.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.21.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

Liquidação

8.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.24.1. o prazo de validade;

8.24.2. a data da emissão;

8.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.24.5. o valor a pagar; e

8.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.25. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.26. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.32. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do *Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M)* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

- 8.39. ~~A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~
- 8.40. ~~O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~
- 8.41. ~~Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~
- 8.41.1. ~~R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~
- 8.41.2. ~~(...)~~
- 8.42. ~~Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~
- 8.42.1. ~~No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~
- 8.43. ~~O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~
- 8.44. ~~A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~
- 8.45. ~~O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~
- 8.46. ~~A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~
- 8.47. ~~O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~
- 8.47.1. ~~comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~
- 8.47.2. ~~prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~
- 8.48. ~~O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de crédito

- 8.49. **É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.**
- 8.49.1. **As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.**
- 8.50. **A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.**
- 8.51. **Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos**

fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.52. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.53. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço** ~~(maior-desconto/técnica-e-preço/maior-retorno-econômico)~~.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. ~~Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:~~

9.4. ~~[...]~~

OU

9.5. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial,

agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.14. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. **Ato de autorização:** Termo de Autorização, Contrato de Concessão ou documento equivalente para exploração dos serviços objeto deste Termo, subscrito pela ANATEL.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ~~[Estadual/Distrital]~~ ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda ~~[Estadual/Distrital]~~ ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ~~[Estadual/Distrital]~~ ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

9.27.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo OU [patrimônio líquido mínimo] de até 10% do valor total estimado da contratação OU [valor total estimado da parcela pertinente]*.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.31.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.32. ~~Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34.1. Fornecimento de serviços de COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), na velocidade mínima de 10 Mbps.

9.34.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.37. Prova de atendimento aos requisitos de exploração dos serviços objeto deste Termo, previstos em Resolução da ANATEL.

9.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

- 9.38.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 9.38.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.38.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.38.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 9.38.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.38.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.38.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. [O custo estimado total da contratação na Tabela A do Item 1.1 deste Termo de Referência.](#)

~~OU~~

- 10.2. ~~O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$....~~

~~OU~~

- 10.3. ~~O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.~~

- 10.4. [A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.](#)

- 10.5. [Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:](#)

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) — Gestão/Unidade: [...];
 II) — Fonte de Recursos: [...];
 III) — Programa de Trabalho: [...];
 IV) — Elemento de Despesa: [...];
 V) — Plano Interno: [...];

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, com fundamento no art. 17 do Decreto nº 11.462/2023.

Cronograma Físico-Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Evento 1	(.../.../...) a (.../.../...) ou (...) dias após a emissão da OS	R\$
Evento 2	[...]	R\$
...	[...]	R\$
Evento N	[...]	R\$

Integrante Requisitante <Nome> <Cargo> <Matrícula>	Integrante Técnico <Nome> <Cargo> <Matrícula>	Integrante Administrativo <Nome> <Cargo> <Matrícula>
--	---	--

Autoridade Máxima da Área de TIC
_____ <Nome> <Cargo>

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS DE TIC - LICITAÇÃO

<Matrícula>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

Aprovo,

Autoridade Competente
<div><div></div><div><Nome> <Cargo> <Matrícula></div></div>

APÊNDICE I AO ANEXO I (TR)- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

(AUTUADO À PARTE)



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO EM LOCAL FIXO)

1.1. Plano de Dados tipo “empresarial” ou “corporativa”.

1.2. Plano de 12 meses.

1.3. Franquia de dados:

1.3.1. 2 Terabyte (2.000GB) para cada ponto de presença.

1.4. Velocidade mínima de transmissão de dados:

1.4.1. *download*: mínimo 80 Mbps;

1.4.2. *upload*: mínimo 10 Mbps;

1.4.3. *latência* não superior a 100 (milissegundos)

1.5. A contratada deve disponibilizar gerenciador de consumo de banda;

1.6. Fornecimento do Material

1.6.1. Todo material fornecido pela empresa e utilizada na prestação do serviço, será concedido por meio de comodato e novo, não podendo ser utilizados produtos reaproveitados.

1.6.2. O equipamento fornecido deve permitir a AUTOINSTALAÇÃO, ou seja, deve possibilitar que a instalação seja executada pelo usuário final.

1.6.2.1. Deve ser fornecido suporte de parede para UTILIZAÇÃO EM LOCAL FIXO, se for o caso;

1.6.3. A CONTRATADA deverá enviar os equipamentos necessários à execução do serviço nos endereços dos Pontos de Presença (PP), conforme tabela Anexa (Localização dos Pontos de Presença).

1.6.3.1. A localização dos Pontos de Presença (PP) descritos na Tabela B poderão ser alterados mediante aprovação de estudo de viabilidade técnica por parte da CONTRATADA.

1.7. Todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, seguros, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto contratado é de responsabilidade da CONTRATADA.

2. SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE DE ÓRBITA BAIXA (LEO), COM USO DA REDE DE SATÉLITES (UTILIZAÇÃO EMITINERANTE)

2.1. Plano de Dados tipo “empresarial” ou “corporativa”.

2.2. Plano de 12 meses.

2.3. Franquia de dados:

2.3.1. 1 Terabyte (1.000GB) para cada ponto de presença.

2.4. Velocidade mínima de transmissão de dados:

2.4.1. *download*: mínimo **80 Mbps**;

2.4.2. *upload*: mínimo **10 Mbps**;

2.4.3. *latência* não superior a **100 (milissegundos)**

2.5. A contratada deve disponibilizar gerenciador de consumo de banda;

2.6. Fornecimento do Material

2.6.1. Todo material fornecido pela empresa e utilizada na prestação do serviço, será concedido por meio de comodato e novo, não podendo ser utilizados produtos reaproveitados.

2.6.2. O equipamento fornecido deve permitir a AUTOINSTALAÇÃO, ou seja, deve possibilitar que a instalação seja executada pelo usuário final.

2.6.3. A CONTRATADA deverá enviar os equipamentos necessários à execução do serviço nos endereços dos Pontos de Presença (PP), conforme tabela Anexa (Localização dos Pontos de Presença).

2.6.3.1. A localização dos Pontos de Presença (PP) descritos na Tabela B poderão ser alterados mediante aprovação de estudo de viabilidade técnica por parte da CONTRATADA.

2.7. Todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, seguros, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto contratado é de responsabilidade da CONTRATADA.

3. PADRÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão prestados com base nos parâmetros de aferição da qualidade detalhados na tabela abaixo:

Ord	Indicador	Meta a Cumprir
1	Percentual de Disponibilidade (D)	$D \geq 90\%$
2	Latência Média Mensal (Ln)	$Ln \leq 100 \text{ ms}$
3	Velocidade de Download (VDL)	Conexão mínimo 40 Mbps (Desejável 100 Mbps)

3.2. O acompanhamento e a medição dos parâmetros de qualidade do serviço e os eventuais ajustes no pagamento, decorrentes de glosas ou descontos do valor mensal contratado, serão individualizados para cada ponto contratado;

3.3. No caso de descumprimento das metas de qualquer dos parâmetros de qualidade do serviço, sem prejuízo da aplicação dos descontos correspondentes, a CONTRATADA deverá:

- investigar e relatar à CONTRATANTE as causas do problema;
- informar à CONTRATANTE a evolução das providências tomadas para a solução do problema;
- corrigir o problema de modo a restabelecer a qualidade do serviço contratado; e
- adotar medidas preventivas adequadas para evitar reincidência do problema.

4. SUPORTE TÉCNICO (Para todos os itens)

4.1. Dispor de Central de Atendimento para recebimento de reclamações, abertura de chamados para manutenção, registro de incidentes e problemas, assistência técnica e suporte, bem como esclarecimento

de dúvidas quanto a utilização dos produtos e soluções fornecidos, em regime de 07 dias por semana, 24 horas por dia.

4.2. A contratada deverá informar com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para a contratante, quando for necessário realizar manutenção que deixará o serviço temporariamente indisponível.

Tabela A

Localização dos Pontos de Presença (PP) - LOCAL FIXO

Gp/ Lote	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	Endereço	PP
1	4º B Av Ex	Manaus	AM	Estr. da Hospedaria s/n, Colônia Oliveira Machado	1
2	12º BSup (2ª Cia Sup)	Rio Preto da Eva	AM	Km 54 AM-010	1
3	BI 02 (CIGS)	Rio Preto da Eva	AM	Km 54 AM-010	1
4	Cmdo 2ª Bda Inf SI	São Gabriel Da Cachoeira	AM	Área Capitão Nobuo Oba, Cachoeirinha (Ponto 1)	1
5	Cmdo 2ª Bda Inf SI	São Gabriel Da Cachoeira	AM	Área Capitão Nobuo Oba, Cachoeirinha (Ponto 2)	1
6	21ª Cia E Cnst	São Gabriel Da Cachoeira	AM	Área Cap Nobuo Oba S/Nr Cachoeirinha	1
7	H Gu SGC	São Gabriel Da Cachoeira	AM	Rua Quintino De Sá Cavalcanti, 250 Dabaru	1
8	Cmdo Fron Solimões/8º BIS	Tabatinga	AM	Praca Colômbia, S/N Centro	1
9	H Gu Tbt	Tabatinga	AM	Av Da Amizade, S/N Centro	1
10	Cmdo 16ª Bda Inf SI	Tefé	AM	Estr. Do Aeroporto 4174, Tefé	1
11	3º BIS	Barcelos	AM	Av Frei Matias Boa Ventura S/N Mariuá	1
12	7º BECnst	Rio Branco	AC	BR 364	1
13	Cmdo 17ª Bda Inf SI	Porto Velho	RO	Rua Duque De Caxias, 935 Caiari	1
14	Cmdo 1ª Bda Inf SI	Boa Vista	RR	Avenida Marques De Pombal, S/N 13 de Setembro	1
15	1ª Cia Esp Fron/34ºBIS	Clevelândia Do Norte	AP	Rua Lira Castro, s/n Clevelândia do Norte, Município de Oiapoque	1
16	DEF-Vila Brasil/34º BIS	Oiapoque	AP	Fronteira Brasil-Guiana Francesa, às margens do Rio Oiapoque	1
17	1º PEF- Tiriós/34º BIS	Tiriós	PA	Parque Nacional do Tumucumaque, distância de 10 km da fronteira com o Suriname	1
18	1º PEF/8º BIS	Palmeiras do Javari	AM	Palmeiras do Javari, às margens do rio Javari	1
19	2º PEF/8º BIS	Ipiranga	AM	Ipiranga, às margens do rio Içá	1
20	3º PEF/8º BIS	Vila Bittencourt	AM	Vila Bittencourt, às margens do rio Japurá	1
21	4º PEF/8º BIS	Estirão do Equador	AM	Estirão do Equador, às margens do rio Javari	1
22	1º PEF/5º BIS	Yauaretê	AM	Sediado em Yauaretê, distrito de São Gabriel da Cachoeira	1
23	2º PEF/5º BIS	Querari	AM	Sediado em Querari, distrito de São Gabriel da Cachoeira	1
24	3º PEF/5º BIS	São Joaquim	AM	sediado em São Joaquim, distrito de São Gabriel da Cachoeira.	1
25	4º PEF/5º BIS	Cucuí	AM	sede na cidade de Cucuí	1
26	5º PEF/5º BIS	Maturacá	AM	Sediado em Maturacá, distrito de São Gabriel da Cachoeira	1
27	6º PEF/5º BIS	Pari-Cachoeira	AM	sede em Pari-Cachoeira, distrito de São Gabriel da Cachoeira	1
28	7º PEF/5º BIS	Tunuí	AM	sede em Tunuí-Cachoeira, distrito de São Gabriel da Cachoeira	1
29	1º PEF/7º BIS	Bonfim	RR	sede em Bonfim	1
30	2º PEF/7º BIS	Normandia	RR	sede em Normandia	1
31	3º PEF/7º BIS	Pacaraima	RR	sede em Pacaraima	1

Gp/ Lote	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	Endereço	PP
32	4º PEF/7º BIS	Surucucu	RR	sede em Surucucu	1
33	5º PEF/7º BIS	Auaris	RR	sede em Auaris	1
34	6º PEF/7º BIS	Uiramutã	RR	sede em Uiramutã	1
35	1ª CEF/4º BIS	Epitaciolândia	AC	sede em Epitaciolândia	1
36	2ª CEF/4º BIS	Assis Brasil	AC	sede em Assis Brasil	1
37	3º PEF/4º BIS	Plácido de Castro	AC	sede em Plácido de Castro	1
38	4º PEF/4º BIS	Santa Rosa do Purus	AC	sede em Santa Rosa do Purus	1
39	Dst/61º BIS	Marechal Thaumaturgo	AC	sede em Marechal Thaumaturgo	1
40	Dst/61º BIS	São Salvador	AC	sede em São Salvador	1
41	1º PEF/6º BIS	Príncipe da Beira	RO	sede em Príncipe da Beira	1
42	2º PEF / 4º BIS	Assis Brasil	AC	sede em Assis Brasil	1
43	61º BIS	Cruzeiro do Sul	RO	sede em Cruzeiro do Sul	1
44	CFRO / 6º BIS	Guajará-Mirim	RO	sede em Guajará-Mirim	1
45	Cmdo 17ª Bda Inf SI	Porto Velho	RO	sede em Porto Velho	1
46	H Gu PV / 12ª RM	Porto Velho	RO	sede em Porto Velho	1
47	1º PEF / 6º BIS	Príncipe da Beira	RO	sede em Príncipe da Beira	1
48	BI-02 CIGS	Rio Preto da Eva	AM	sede em Rio Preto da Eva	1
49	22º Pel PE	São Gabriel da Cachoeira	AM	sede em São Gabriel da Cachoeira	1
50	2º B Log SI	São Gabriel da Cachoeira	AM	sede em São Gabriel da Cachoeira	1
51	2º Pel Com SI	São Gabriel da Cachoeira	AM	sede em São Gabriel da Cachoeira	1
52	CFRN / 5º BIS	São Gabriel da Cachoeira	AM	sede em São Gabriel da Cachoeira	1
53	PEAD-CMM / CMA	São Gabriel da Cachoeira	AM	sede em São Gabriel da Cachoeira	1
54	PEAD-CMM / CMA	Tabatinga	AM	sede em Tabatinga	1
55	16ª Ba Log SI	Tefé	AM	sede em Tefé	1
56	16ª Pel Com SI	Tefé	AM	sede em Tefé	1
57	17º BIS	Tefé	AM	sede em Tefé	1
58	34º Pel PE	Tefé	AM	sede em Tefé	1
59	HTS	Tefé	AM	sede em Tefé	1

TOTAL	59
--------------	-----------

Tabela B

Localização dos Pontos de Presença (PP) - UTILIZAÇÃO ITINERANTE

	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	PP
1	CECMA	Manaus	AM	3
2	CIGS	Manaus	AM	1
3	4º BAvEx	Manaus	AM	1
4	1º B Com GE SI	Manaus	AM	1
5	Nu 4º BIM	Manaus	AM	1
6	3ª Cia FE	Manaus	AM	1
7	1º BIS (Amv)	Manaus	AM	1

	Ponto de Presença	Cidade/Localidade	UF	PP
8	54º BIS (Amv)	Humaitá	AM	1
9	2º Pel Com SI	São Gabriel da Cachoeira	AM	1
10	21ª Cia E Cnst / 2º Gpt E	São Gabriel da Cachoeira	AM	1
11	21ª Cia E Cnst / 2º Gpt E (BR 307)	São Gabriel da Cachoeira	AM	1
12	16ª Pel Com SI	Tefé	AM	1
13	6º BEC / 2º Gpt E / Dst Est Eq/AM	Estirão do Equador		1
14	1º Pel Com SI	Boa Vista	RR	1
15	6º BEC / 2º Gpt E / Dst BR-432/RR	Cantá	RR	1
16	6º BEC / 2º Gpt E / Dst BR-174/RR	Pacaraima	RR	1
17	17º Pel Com SI	Porto Velho	RO	1
18	5º BEC / 2º Gpt E / Dst Op JARU	Jaru	RO	1
19	7ºBEC / 2º Gpt E / Dst Pst Pou Dec	Santa Rosa do Purus	AC	1
20	7º BEC / 2º Gpt E Dst BR-317	Senador Guimard	AC	1
21	8º BEC / 2º Gpt E/ Mód Flu Rondon	Santarém	PA	1
22	8º BEC / 2º Gpt E / Dst BR-156	Matapi	AP	1

TOTAL				24
--------------	--	--	--	-----------

Manaus-AM,

RAPHAEL PINTO DE SOUZA- 2º Ten
Integrante Técnico da EPC

ANEXO II- MODELO DE PROPOSTA FINAL DE PREÇOS

EM PAPEL TIMBRADO

PROPOSTA FINAL DE PREÇOS
(apenas para itens vencedores)

Ao Cmdo CMA

PREGÃO SRP Nº xx/20xx-Cmdo CMA/4º CTA

- Razão Social:

- CNPJ: - Insc Est: - Insc Mun:

- Endereço Completo:

- Tel: () - Fax: ()

- e-mail:

- Banco: - Agência: - Conta-corrente:

1. A empresa acima qualificada, por seu representante legal, propõe o fornecimento dos materiais definidos no Edital e anexos da Licitação indicada, nas seguintes condições.

Item	Descrição/Especificação	Unid Med	Qtde Total	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
		Mensalidade			

Valor Total (R\$)	
-------------------	--

2. Preço Total: (por extenso)

3. Prazo e condições do fornecimento do objeto: são conforme o Edital e seus anexos.

4. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

5. O/A contrato/ata será assinado(a), no prazo determinado no Edital, por:

- Nome Completo:

- Cargo/Função:

- Idt (nº/UF):

- CPF:

6. Os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, seguros, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta Licitação.

7. Há pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Local e data

Representante Legal
Idt / CPF

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

(alínea c) do Item 2.4 do Anexo V da IN nº 5/2017-SEGES/MPDG)

EM PAPEL TIMBRADO

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

Ao Cmdo CMA

PREGÃO Nº xx/20xx-Cmdo CMA/4º CTA

- Razão Social:

- CNPJ:

A empresa acima qualificada, por meio de seu representante legal, em cumprimento ao Edital da Licitação indicada, DECLARA que tem **PLENO** conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, está em **PLENO** acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, por ter avaliado previamente as dificuldades envolvidas e os esforços e investimentos necessários, assumindo total responsabilidade por este fato, e que **não utilizará** deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Local e data

Representante Legal
Idt / CPF

OBSERVAÇÃO:

- a Licitante deverá apresentar esta declaração junto à Proposta Final de Preços.

ANEXO IV - MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/xxxx

A União, por intermédio do **COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA**, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 4.715, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP 69037-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.207.029/0001-00, neste ato representado pelo Sr Coronel R1 **XXXXXX**, Ordenador de Despesas, nomeado pelo Boletim Interno nº **XXX-Cmdo CMA, de XX/XX/XX**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **...../202...**, publicada no de/...../202....., processo administrativo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação** ~~ou~~ **Aviso da Contratação Direta**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado no **item 1** do Termo de Referência, Anexo **I** **do edital de Licitação nº/20....** ~~ou do Aviso da Contratação Direta nº~~, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unit	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA (UASG 160016)

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	Órgãos Participantes			Unidade	Quantidade
	xxxxx	xxxxx	xxxxx		

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ~~(item obrigatório)~~

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

OU

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar **1 (um)** exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o **item 5.2** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto ~~no edital ou no aviso de contratação direta~~ e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o **item 5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos ~~no edital ou no aviso de contratação direta~~; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9**

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no **item 5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **item 5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos ~~do edital ou do aviso de contratação direta~~, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **item 5.7**

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **item 9.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **item 7.2** e no **item 7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **item 8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **item 9.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas ~~no edital-ou-no-aviso-de-contratação-direta~~.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 9.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ~~AO EDITAL-OU-AVISO-DE-CONTRATAÇÃO-DIRETA~~.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

~~Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).~~

~~Local e data~~

~~Assinaturas~~

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ATA vai assinada eletronicamente pelas partes, depois de lida e achada em ordem, e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

(JUSTIFICATIVA para alteração: no ITEM 5.10 deste modelo consta que a assinatura será digital. Os fornecedores já assinam com certificado digital)

Ordenador de Despesas do Cmdo CMA

Fornecedor Registrado

ANEXO À ATA

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unit	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unit	Prazo garantia ou validade

ANEXO V

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO **COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA** E

CONTRATANTE: Comando do Comando Militar da Amazônia

CONTRATADA: xxxxxxxxx

OBJETO: xxxxxxxxx

PROCESSO DE ORIGEM: Pregão nº xx/20xx-Cmdo CMA/4º CTA

VALOR TOTAL: R\$ x,xx

VIGÊNCIA: xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx

A União, por intermédio do **COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA**, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 4.715, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP 69037-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.207.029/0001-00, neste ato representado pelo Sr Coronel R1 **SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES**, Ordenador de Despesas, nomeado pelo Boletim Interno nº XXX-Cmdo CMA, de XX/XX/XX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo acima indicado e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº...../....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.~~

OU

2.2. O prazo de vigência da contratação é de **12 (Doze) meses** contados do(a) **data de início de vigência indicado no instrumento de contrato**, prorrogável para até 10 anos, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.**

2.2.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

OU

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), na forma do artigo 114 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.3.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.~~

~~2.3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.3.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.~~

~~2.3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

~~4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.~~

OU

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante

pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

~~4.7. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:-~~

~~4.7.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;-~~

~~4.7.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;-~~

~~4.7.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.-~~

~~4.7.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.-~~

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

~~5.2. O valor total da contratação é de R\$. (.....)~~

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

~~5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.~~

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, **além das previstas no termo de referência:**

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **15 (quinze) dias**.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, **além das previstas no termo de referência:**

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta

relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

~~9.24. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~9.24.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~

~~9.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~9.26. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.~~

~~9.26.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

~~10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.~~

~~10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).~~

~~10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.~~

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

~~11.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.~~

OU

~~11.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:~~

~~11.3.1. BEM 1..... Valor~~

~~11.3.2. BEM 2Valor~~

~~11.3.3. ...~~

~~11.3.4. TOTAL Valor total~~

OU

~~11.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.~~

OU

~~11.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:~~

~~11.5.1. BEM 1..... Valor~~

~~11.5.2. BEM 2Valor~~

~~11.5.3. ...~~

~~11.5.4. TOTAL Valor total~~

~~11.6. Caso utilizada a modalidade de seguro garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

~~11.7. Caso utilizada a modalidade de seguro garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual,~~

~~permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

~~11.8. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~

~~11.9. Será permitida a substituição da apólice de seguro garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.10 deste contrato.~~

~~11.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~

~~11.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:~~

~~11.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;~~

~~11.11.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e~~

~~11.11.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.~~

~~11.12. A modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.11, observada a legislação que rege a matéria.~~

~~11.13. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.~~

~~11.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.~~

~~11.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).~~

~~11.16. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.~~

~~11.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (-.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.~~

~~11.18. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.~~

~~11.18.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).~~

~~11.18.2. Caso se trate da modalidade seguro garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.~~

~~11.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;~~

~~11.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.~~

~~11.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.~~

~~11.22. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.~~

~~11.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.~~

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV - Multa:

1. moratória de **1% (um por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;

~~**2.** moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.~~

~~**I.** O atraso superior a **90 (noventa) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.~~

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do **subitem 12.1**, de **10% a 30%** do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do **subitem 12.1**, de **10% a 30%** do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do **subitem 12.1**, a multa será de **10% a 30%** do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do **subitem 12.1**, a multa será de **5% a 15%** do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do **subitem 12.1**, a multa será de **10% a 20%** do valor do Contrato, ~~ressalvadas as seguintes infrações:~~

~~[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]~~

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

~~13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.~~

~~13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:~~

- ~~a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~
- ~~b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.~~

OU

13.4. O contrato **será extinto** quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato **poderá** ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade/ Gestão	Fonte	Programa Trabalho	Natureza Despesa	Plano Interno	Nota Empenho
160016/0000 1	01000000 00	xx.xxx.xxxx.xxxx.xxx x	x.x.x.x.xx	xxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxx

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em [Manaus/AM](#), Seção Judiciária [do Estado do Amazonas](#) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Pela **CONTRATADA**

XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX

Representante Legal da CONTRATADA

Pelo **COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA**

XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX

Ordenador de Despesa do Comando do Comando Militar da Amazônia

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX

Fiscal de Contrato

XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX

Chefe da SLC/4º CTA

ANEXO VI - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO OU FORNECIMENTO DE BENS



MINISTERIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

ORDEM DE SERVIÇO OU FORNECIMENTO DE BENS

INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1- IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla- Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	XXXXXXXXXXXXXX

2- ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol	Valor Total (R\$)
1
...

Valor total estimado da OS/OFB					

3- INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES

<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB>
 <Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega>
 <Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4- DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>
-----------------	--------------	--------------	--------------

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA

Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5- ARTEFATOS / PRODUTOS

Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

5- ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

Responsável pela demanda/ Fiscal Requisitante	Gestor do Contrato
<Nome> Matrícula: xxxxxx	<Nome> Matrícula: xxxxxx

ANEXO VII - MODELO DE IMR



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

(art. 19, Inc I, da IN nº 94/2022-SGD/ME)- (Anexo V-B da IN nº 5/2017-SEGES/MPDG)

Indicador	
Nº 1- PERCENTUAL DE DISPONIBILIDADE (D)	
Item	Descrição
Finalidade	Atender requisito de disponibilidade definido no Programa de Continuidade dos Serviços de TI do CITEx
Meta a Cumprir	Disponibilidade $\geq 95,0\%$ ($D \geq 95,0\%$)
Instrumento de Medição	Contabilização por chamados abertos na Central de Atendimento da CONTRATADA
Forma de Acompanhamento	Por representante da Contratante designado
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	$D = \left(\frac{TO - \sum TI}{TO} \times 100 \right)$ <p>Onde: D = percentual de disponibilidade do serviço. TO = intervalo de tempo de operação considerado, em horas (h). $\sum TI$ = soma dos intervalos dos tempos de indisponibilidade durante TO, em horas.</p> <p>- Não serão considerados os intervalos de tempos de indisponibilidade causados direta ou indiretamente por responsabilidade da CONTRATANTE ou programados com sua anuência prévia, ou, ainda, nos casos de condições meteorológicas muito adversas, como, por exemplo, chuva torrencial, ou situações fora do controle da CONTRATADA que possam comprometer a prestação do serviço de enlace satelital.</p> <p>- A medição será efetuada por demanda da CONTRATANTE, mediante a abertura de chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA.</p> <p>- Os intervalos de tempo de indisponibilidade serão somados mensalmente e compreenderão o período entre a abertura do chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA e a solução final do problema (indisponibilidade).</p> <p>- Não haverá medição concomitante aos demais indicadores.</p>
Início da Vigência	A partir do início da execução dos serviços

Faixas de Ajuste no Pagamento	<p>Disponibilidade \geq 95,0%: 100% do valor mensal Disponibilidade $<$ 95,0% : Valor mensal- Desconto</p> <p>- Regra para Cálculo do Desconto = 0,01% do Valor Mensal a cada 0,01% abaixo do percentual mínimo de disponibilidade (meta a cumprir).</p> <p>- Fórmula Prática para Cálculo do Desconto = $(95,0\% - \text{Disponibilidade}\%) \times \text{Valor Mensal}$.</p> <p>- O valor do desconto será, no máximo, igual ao valor mensal do circuito.</p> <p>(ver simulação de aplicação desta fórmula)</p>
Sanções	As previstas no Termo de Referência/Projeto Básico
Observações	<p>1. A medição do resultado considerará as ocorrências desde a 00:00 hora do primeiro dia até as 24:00 h do último dia do mês considerado.</p> <p>2. O Relatório da CONTRATADA com as informações apuradas será enviado ou disponibilizado na internet, informando, inclusive, número do protocolo, a identificação do circuito, data e hora da ocorrência, data e hora de restabelecimento do serviço, causas da indisponibilidade e solução adotada para sua total recuperação, conforme indicado no protocolo aberto pela CONTRANTE na Central de Atendimento da CONTRATADA para acompanhamento da ocorrência.</p> <p>3. O envio de relatório não desobriga a CONTRATADA a disponibilizar à CONTRATANTE, via Web, acesso restrito e seguro, via Internet e por meio da rede disponibilizada pela CONTRATADA, às informações sobre os níveis de qualidade deste indicador.</p> <p>4. A CONTRATANTE manterá registro das ocorrências para fim de apuração paralela do indicador e o confrontará com o relatório recebido da CONTRATADA.</p> <p>5. A CONTRATANTE emitirá mensalmente o Termo de Aceite e o Relatório de Ajuste no Pagamento, discriminando os cálculos dos descontos e do valor do serviço a pagar, para ciência e emissão da Fatura/NF pela CONTRATADA.</p>

Indicador	
Nº 2- LATÊNCIA MÉDIA MENSAL (Ln)	
Item	Descrição
Finalidade	Atender os requisitos da solução prevista no Programa de Continuidade dos Serviços de TI do CITEx
Meta a Cumprir	Latência (delay) \leq 100 ms
Instrumento de Medição	Software de gerenciamento
Forma de Acompanhamento	Por representante da Contratante designado
Periodicidade	Mensal

Mecanismo de Cálculo	<p>Ln = Latência (delay): Retardo ou atraso na entrega de dados em uma rede. Medida em milissegundos (ms).</p> <p>- A medida considerará, a princípio, intervalos de 1 (uma) em 1 (uma) hora, inclusive nos horários de maior tráfego, podendo ser adotado outro intervalo de medição previamente acordado entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.</p> <p>A medição será efetuada por demanda da CONTRATANTE, mediante a abertura de chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA.</p> <p>- A medição será efetuada com o envio do pacote, a partir da gerência dos equipamentos da CONTRATADA até o <i>modem</i> da CONTRATADA nas pontas e voltar para a gerência dos equipamentos da CONTRATADA.</p> <p>- As medidas não serão consideradas quando o enlace estiver indisponível.</p> <p>- Não haverá medição concomitante aos demais indicadores.</p>
Início da Vigência	A partir do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	<p>Ln ≤ 100 ms: 100% do valor mensal 100 ms < Ln ≤ 240 ms: Valor mensal- Desconto Faixa 1 Ln > 240 ms: Valor mensal- Desconto Faixa 2</p> <p>- Regra para o Desconto Faixa 1 = 0,5% do Valor Mensal a cada dia com medição desconforme.</p> <p>- Regra para o Desconto Faixa 2 = 1,0% do Valor Mensal a cada dia com medição desconforme.</p> <p>- Fórmula para Cálculo do Desconto = Desconto Faixa 1 + Desconto Faixa 2 = 0,5% x Valor Mensal x Qnt Dias + 1,0% x Valor Mensal x Qnt Dias</p> <p style="text-align: center;">(ver simulação de aplicação desta fórmula)</p>
Sanções	As previstas no Termo de Referência/Projeto Básico
Observações	Idem observações do indicador nº 1- Disponibilidade (D)

Indicador	
Nº 3- VELOCIDADE DE DOWNLOAD (VDL)	
Item	Descrição
Finalidade	Atender os requisitos da solução prevista no Programa de Continuidade dos Serviços de TI do CITEx
Meta a Cumprir	Download ≥ 30 Mbps
Instrumento de Medição	Software de gerenciamento
Forma de Acompanhamento	Por representante da Contratante designado
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p>VDL = Velocidade de Download. Velocidade de recebimento ou taxa de transferência (pela internet) de um pacote de dados. Medida em megabits por segundo (Mbps).</p> <p>- A medição será efetuada por demanda da CONTRATANTE, mediante a abertura de chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA.</p> <p>- A apuração da velocidade será efetuada pela transmissão de pacotes de dados sobre</p>

	os enlaces da rede da Contratada, entre os equipamentos de borda da CONTRATANTE e o simet.nic.br (servidores em Manaus-AM, Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP). - Não haverá medição concomitante aos demais indicadores. - As medidas não serão consideradas quando o enlace estiver indisponível. - Poderá ser utilizado outro critério de aferição previamente acordado entre CONTRATADA e CONTRATANTE.
Início da Vigência	A partir do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	<p>VDL ≥ 30Mbps: 100% do valor mensal</p> <p>VDL < 30Mbps : Valor mensal- Desconto</p> <p>- Regra para Cálculo do Desconto = 1,0% do Valor Mensal a cada dia com medição desconforme.</p> <p>- Fórmula Prática para Cálculo do Desconto = 1,0% x Valor Mensal x Qnt dias.</p> <p>- O valor do desconto será, no máximo, igual ao valor mensal do serviço.</p> <p style="text-align: center;">(ver simulação de aplicação desta fórmula)</p>
Sanções	As previstas no Termo de Referência/Projeto Básico
Observações	Idem observações do indicador nº 1- Disponibilidade (D)

APLICAÇÃO DO IMR PARA CÁLCULO DO VALOR DO SERVIÇO A PAGAR

OS Nº:	Data de Emissão: / /
Contrato nº:	
Contratada:	

Indicador	Meta a Cumprir	Faixas de Ajuste no Pagamento	Percentual de Redução	Valor de Redução
Nº 1 - Percentual de Disponibilidade (D)	D ≥ 95,0%	D ≥ 95,0%	0%	R\$ 0,00
		D < 95,0%	x,xx%	R\$ x,xx
Nº 2- Latência (L)	L ≤ 100 ms	L ≤ 100 ms	0%	R\$ 0,00
		100 ms < Ln ≤ 240 ms	x,xx%	R\$ x,xx
		L > 240 ms	x,xx%	R\$ x,xx
Nº 5 - Velocidade de Download (VDL)	VDL ≥ 30 Mbps	VDL ≥ 30Mbps	0%	R\$ 0,00
		VDL < 30Mbps	x,xx%	R\$ x,xx
Total de Redução			-	R\$ x,xx
Valor Mensal			-	R\$ x,xx
Valor da Nota Fiscal (Valor Mensal- Total de Redução)			-	R\$ x,xx

Fiscal do Contrato	Preposto da Contratada
Manaus-AM, xxx de xxxxxxx de 20xx	Manaus-AM, xxx de xxxxxxx de 20xx
<Nome> CPF: <CPF>	<Nome> CPF: <CPF>

SIMULAÇÃO DE APLICAÇÃO DO IMR PARA CÁLCULO DO AJUSTE DE PAGAMENTO
INDICADOR 1- DISPONIBILIDADE (D)

TO (Tempo de Operação): 720,00 horas (30 dias)

Valor Mensal dos Serviços: R\$ 10.000,00

Valor Unitário dos Serviços: R\$ 13,89/hora

Meta Disponibilidade Mínima: 95,0%

Indisponibilidade Unitária: 0,01%

Desconto por Indisponibilidade Unitárias: 0,01%

TI (dias)	TI (horas)	D (horas)	D (%)	Desconto (%)	Desconto (R\$)	Pagamento (R\$)
0,00 d	0 h	720 h	100,0%	0,00%	0,00	10.000,00
0,29 d	7 h	713 h	99,0%	0,00%	0,00	10.000,00
0,33 d	8 h	712 h	98,9%	0,00%	0,00	10.000,00
0,38 d	9 h	711 h	98,8%	0,00%	0,00	10.000,00
0,42 d	10 h	710 h	98,6%	0,00%	0,00	10.000,00
0,50 d	12 h	708 h	98,3%	0,00%	0,00	10.000,00
1,00 d	24 h	696 h	96,7%	0,00%	0,00	10.000,00
1,50 d	36 h	684 h	95,0%	0,00%	0,00	10.000,00
2,00 d	48 h	672 h	93,3%	1,67%	167,00	9.833,00
2,50 d	60 h	660 h	91,7%	3,33%	333,00	9.667,00
3,00 d	72 h	648 h	90,0%	5,00%	500,00	9.500,00
3,50 d	84 h	636 h	88,3%	6,67%	667,00	9.333,00
4,00 d	96 h	624 h	86,7%	8,33%	833,00	9.167,00
4,50 d	108 h	612 h	85,0%	10,00%	1.000,00	9.000,00
5,00 d	120 h	600 h	83,3%	11,67%	1.167,00	8.833,00
5,50 d	132 h	588 h	81,7%	13,33%	1.333,00	8.667,00
6,00 d	144 h	576 h	80,0%	15,00%	1.500,00	8.500,00
7,00 d	168 h	552 h	76,7%	18,33%	1.833,00	8.167,00
8,00 d	192 h	528 h	73,3%	21,67%	2.167,00	7.833,00
9,00 d	216 h	504 h	70,0%	25,00%	2.500,00	7.500,00
10,00 d	240 h	480 h	66,7%	28,33%	2.833,00	7.167,00
12,00 d	288 h	432 h	60,0%	35,00%	3.500,00	6.500,00
14,00 d	336 h	384 h	53,3%	41,67%	4.167,00	5.833,00
16,00 d	384 h	336 h	46,7%	48,33%	4.833,00	5.167,00
18,00 d	432 h	288 h	40,0%	55,00%	5.500,00	4.500,00
19,00 d	456 h	264 h	36,7%	58,33%	5.833,00	4.167,00
20,00 d	480 h	240 h	33,3%	61,67%	6.167,00	3.833,00
21,00 d	504 h	216 h	30,0%	65,00%	6.500,00	3.500,00
22,00 d	528 h	192 h	26,7%	68,33%	6.833,00	3.167,00
23,00 d	552 h	168 h	23,3%	71,67%	7.167,00	2.833,00
24,00 d	576 h	144 h	20,0%	75,00%	7.500,00	2.500,00
25,00 d	600 h	120 h	16,7%	78,33%	7.833,00	2.167,00
26,00 d	624 h	96 h	13,3%	81,67%	8.167,00	1.833,00
27,00 d	648 h	72 h	10,0%	85,00%	8.500,00	1.500,00
28,00 d	672 h	48 h	6,7%	88,33%	8.833,00	1.167,00
29,00 d	696 h	24 h	3,3%	91,67%	9.167,00	833,00
30,00 d	720 h	0 h	0,0%	95,00%	9.500,00	500,00
31,00 d	744 h	-24 h	-3,3%	98,33%	9.833,00	167,00

SIMULAÇÃO DE APLICAÇÃO DO IMR PARA CÁLCULO DO AJUSTE DE PAGAMENTO
INDICADOR 2- LATÊNCIA (L)

Valor Mensal dos Serviços (simulado): R\$ 10.000,00

Faixa 1 (100 ms < L ≤ 220 ms): Desconto por dia em desconformidade: 0,50%

Faixa 2 (L > 220 ms): Desconto por dia em desconformidade: 1,00%

Faixa 1			Faixa 2			Desconto Total (R\$)	Pagamento Total (R\$)
Desconformidade	Desconto	Desconto	Desconformidade	Desconto	Desconto		
0 dia	0,00%	0,00	30 dias	30,00%	3.000,00	3.000,00	7.000,00
1 dia	0,50%	50,00	29 dias	29,00%	2.900,00	2.950,00	7.050,00
2 dias	1,00%	100,00	28 dias	28,00%	2.800,00	2.900,00	7.100,00
3 dias	1,50%	150,00	27 dias	27,00%	2.700,00	2.850,00	7.150,00
4 dias	2,00%	200,00	26 dias	26,00%	2.600,00	2.800,00	7.200,00
5 dias	2,50%	250,00	25 dias	25,00%	2.500,00	2.750,00	7.250,00
6 dias	3,00%	300,00	24 dias	24,00%	2.400,00	2.700,00	7.300,00
7 dias	3,50%	350,00	23 dias	23,00%	2.300,00	2.650,00	7.350,00
8 dias	4,00%	400,00	22 dias	22,00%	2.200,00	2.600,00	7.400,00
9 dias	4,50%	450,00	21 dias	21,00%	2.100,00	2.550,00	7.450,00
10 dias	5,00%	500,00	20 dias	20,00%	2.000,00	2.500,00	7.500,00
11 dias	5,50%	550,00	19 dias	19,00%	1.900,00	2.450,00	7.550,00
12 dias	6,00%	600,00	18 dias	18,00%	1.800,00	2.400,00	7.600,00
13 dias	6,50%	650,00	17 dias	17,00%	1.700,00	2.350,00	7.650,00
14 dias	7,00%	700,00	16 dias	16,00%	1.600,00	2.300,00	7.700,00
15 dias	7,50%	750,00	15 dias	15,00%	1.500,00	2.250,00	7.750,00
16 dias	8,00%	800,00	14 dias	14,00%	1.400,00	2.200,00	7.800,00
17 dias	8,50%	850,00	13 dias	13,00%	1.300,00	2.150,00	7.850,00
18 dias	9,00%	900,00	12 dias	12,00%	1.200,00	2.100,00	7.900,00
19 dias	9,50%	950,00	11 dias	11,00%	1.100,00	2.050,00	7.950,00
20 dias	10,00%	1.000,00	10 dias	10,00%	1.000,00	2.000,00	8.000,00
21 dias	10,50%	1.050,00	9 dias	9,00%	900,00	1.950,00	8.050,00
22 dias	11,00%	1.100,00	8 dias	8,00%	800,00	1.900,00	8.100,00
23 dias	11,50%	1.150,00	7 dias	7,00%	700,00	1.850,00	8.150,00
24 dias	12,00%	1.200,00	6 dias	6,00%	600,00	1.800,00	8.200,00
25 dias	12,50%	1.250,00	5 dias	5,00%	500,00	1.750,00	8.250,00
26 dias	13,00%	1.300,00	4 dias	4,00%	400,00	1.700,00	8.300,00
27 dias	13,50%	1.350,00	3 dias	3,00%	300,00	1.650,00	8.350,00
28 dias	14,00%	1.400,00	2 dias	2,00%	200,00	1.600,00	8.400,00
29 dias	14,50%	1.450,00	1 dia	1,00%	100,00	1.550,00	8.450,00
30 dias	15,00%	1.500,00	0 dia	0,00%	0,00	1.500,00	8.500,00

Obs: hipótese de desconformidade para todos os dias de um mês de 30 dias, em pelo menos 1 das 2 faixas

SIMULAÇÃO DE APLICAÇÃO DO IMR PARA CÁLCULO DO AJUSTE DE PAGAMENTO
INDICADOR 3- VELOCIDADE DE DOWNLOAD (VDL)

Valor Mensal dos Serviços (simulado):..... R\$ 10.000,00

Meta de Velocidade de Download: VDL ≥ 30 Mbps

Desconto por dia em desconformidade: 1,00%

Desconformidade	Desconto (%)	Desconto (R\$)	Pagamento Total (R\$)
0 dias	0,00%	0,00	10.000,00
1 dias	1,00%	100,00	9.900,00
2 dias	2,00%	200,00	9.800,00
3 dias	3,00%	300,00	9.700,00
4 dias	4,00%	400,00	9.600,00
5 dias	5,00%	500,00	9.500,00
6 dias	6,00%	600,00	9.400,00
7 dias	7,00%	700,00	9.300,00
8 dias	8,00%	800,00	9.200,00
9 dias	9,00%	900,00	9.100,00
10 dias	10,00%	1.000,00	9.000,00
11 dias	11,00%	1.100,00	8.900,00
12 dias	12,00%	1.200,00	8.800,00
13 dias	13,00%	1.300,00	8.700,00
14 dias	14,00%	1.400,00	8.600,00
15 dias	15,00%	1.500,00	8.500,00
16 dias	16,00%	1.600,00	8.400,00
17 dias	17,00%	1.700,00	8.300,00
18 dias	18,00%	1.800,00	8.200,00
19 dias	19,00%	1.900,00	8.100,00
20 dias	20,00%	2.000,00	8.000,00
21 dias	21,00%	2.100,00	7.900,00
22 dias	22,00%	2.200,00	7.800,00
23 dias	23,00%	2.300,00	7.700,00
24 dias	24,00%	2.400,00	7.600,00
25 dias	25,00%	2.500,00	7.500,00
26 dias	26,00%	2.600,00	7.400,00
27 dias	27,00%	2.700,00	7.300,00
28 dias	28,00%	2.800,00	7.200,00
29 dias	29,00%	2.900,00	7.100,00
30 dias	30,00%	3.000,00	7.000,00

Obs: hipótese de desconformidade para todos os dias de um mês de 30 dias